

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

PARTE A

1. Concursos públicos

Órgãos de soberania	447
Autarquias	447
Entidades particulares	460
Rectificações	460

2. Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

Órgãos de soberania	462
Tribunais	468
Autarquias	470
Rectificações	475

3. Diversos

Convocatórias	476
Avisos	476
Associações	476

PARTE B

4. Empresas — Registo comercial

Aveiro	489
Braga	490
Leiria	496
Lisboa	496
Porto	521

PARTE A

1. Concursos públicos

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Santa Maria

Aviso

Avisam-se todos os interessados que no concurso público n.º 215/97-I.E. — Fornecimento de diverso equipamento informático, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 294, de 20 de Dezembro de 1996, foi anulado.

Serviço de Aprovisionamento do Hospital de Santa Maria, 26 de Dezembro de 1996. — A Directora do Serviço de Aprovisionamento, *Marina Peres da Silva*. 4-2-9848

Hospital de Júlio de Matos

Anúncio

Abertura de concurso público

1 — O concurso público n.º 131/96, para a prestação de serviços de recolha, lavagem e tratamento de roupa do Hospital de Júlio de Matos durante o ano de 1997, é promovido pelo Hospital de Júlio de Matos, sito na Avenida do Brasil, 53, 1799 Lisboa (telefone 7971141; telefax: 7952989).

2 — A prestação dos serviços mencionados no n.º 1 corresponde à categoria 93.01.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade (Regulamento CEE n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro), recolha, lavagem e passagem de roupa.

3 — Local da prestação dos serviços — Hospital de Júlio de Matos.

a) Designação do fornecimento — prestação de serviços de lavagem e tratamento de roupa do Hospital de Júlio de Matos.

4 — A prestação de serviços mencionado no n.º 1, compreende o período de 16 de Fevereiro de 1997 a 31 de Dezembro de 1997.

5 — Elementos e formalidades necessários à apreciação das condições de carácter profissional, técnico e económico que os concorrentes devam preencher:

a) Não se encontrar em nenhuma das situações previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março.

6 — O processo do concurso pode ser consultado ou adquirido no Serviço de Aprovisionamento (aquisições), sito na morada indicada no n.º 1, todos os dias úteis, no período das 9 às 13 horas e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados:

a) As cópias dos elementos acima referidos serão fornecidas a quem o solicitar no serviço aludido na alínea a), até ao dia do acto público do concurso;

b) O custo do processo do concurso é de 5000\$ (já incluído o IVA) e poderá ser pago em dinheiro ou cheque à ordem do Hospital de Júlio de Matos.

7 — As propostas serão dirigidas ao Serviço de Aprovisionamento (aquisições) do Hospital de Júlio de Matos, Avenida do Brasil, 53, 1799 Lisboa Codex.

8 — As propostas, redigidas em língua portuguesa, serão entregues na morada acima indicada no n.º 7, até ao dia 27 de Janeiro de 1997.

9 — A sessão pública de abertura das propostas ocorrerá pelas 10 horas e 30 minutos do dia 28 de Janeiro de 1997, na sala de concursos do Hospital de Júlio de Matos, Avenida do Brasil, 53, 1799 Lisboa.

10 — O critério de adjudicação será o da proposta mais vantajosa, tendo em conta, por ordem decrescente de importância, os seguintes factores:

Parecer dos utilizadores;

Preço;

Experiência com roupa hospitalar.

11 — a) Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 60 dias, contados da data da sessão de abertura das propostas.

b) O prazo de manutenção das propostas considera-se prorrogado por igual período de tempo, se os concorrentes nada requererem em contrário.

12 — O concorrente a quem for feita a adjudicação da prestação de serviços deverá prestar uma caução correspondente a 5% do seu valor total (sem IVA incluído).

13 — Este anúncio foi enviado para publicação no *Diário da República* no dia 23 de Dezembro de 1996.

14 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Hospital de Júlio de Matos, 23 de Dezembro de 1996. — Pelo Serviço de Aprovisionamento, Secção de Aquisições, *Rita Barbosa*. 1-2-8617

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Anúncio

Concurso público — empreitada de construção dos espaços exteriores do Bairro Fundação Salazar, Laranjeiro

1 — A entidade adjudicante é o Município de Almada, Câmara Municipal de Almada, Departamento de Administração Geral e Fi-

nanças, Divisão de Aprovisionamento, Rua do Conde Ferreira, 8, 2800 Almada (telefones: 2748965/2749118; fax: 2740406).

2 — Concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

3 — Empreitada de execução dos espaços exteriores do Bairro Fundação Salazar.

4 — Local de execução da empreitada é o Bairro Fundação Salazar, freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada.

5 — O projecto é a apresentar pelos concorrentes juntamente com a proposta.

6 — O projecto obedecerá às indicações constantes do anexo I ao caderno de encargos e terá de resultar na criação de um parque natural conseguido, fundamentalmente, através da modelação do terreno, de arrelvamento tipo prado e da plantação de árvores e arbustos, nos quais se deve privilegiar a robustez em detrimento da mera beleza estética.

7 — O prazo global da execução da obra é de 120 dias:

60 dias para a construção e plantação;

60 dias para a construção dos caminhos pedonais.

8 — O processo de concurso pode ser consultado na Divisão de Aprovisionamento, sita na Rua do Conde Ferreira, 8, em Almada, durante as horas normais de expediente, das 9 horas e 15 minutos às 12 horas e das 14 às 17 horas, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação de propostas.

8.1 — Os interessados podem obter cópias do processo de concurso desde que o solicitem no serviço referido no número anterior e mediante o pagamento prévio de 10 000\$, o qual já inclui o IVA, em numerário ou cheque.

8.2 — No caso de pretenderem o envio do processo de concurso pelo correio devem solicitá-lo até 15 dias antes do termo do prazo para entrega das propostas, enviando cheque passado à ordem do tesoureiro da Câmara Municipal de Almada, no valor mencionado no número anterior, ficando a seu cargo as despesas de correio.

9 — As propostas deverão ser entregues ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para o endereço referido no n.º 1, até às 17 horas do dia 13 de Fevereiro de 1997.

9.1 — As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidos em língua portuguesa ou, caso os documentos estejam redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, em relação à qual declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respectivos originais.

10 — Podem intervir no acto público do concurso os concorrentes ou aqueles que, para o efeito, estiverem devidamente credenciados por aqueles, no máximo de duas pessoas por concorrente.

10.1 — O acto público de abertura das propostas terá lugar no edifício do Departamento de Administração Geral e Finanças, sito na Rua de Trigueiros Martel, 1, em Almada, e realizar-se-á no dia 14 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos.

11 — A caução a prestar pelo adjudicatário para garantia da boa execução do contrato é de 5% do valor da adjudicação e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos, garantidos ou emitidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.

12 — A empreitada é por série de preços, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

13 — Podem concorrer todas as pessoas singulares ou colectivas e agrupamentos de empresas.

13.1 — As modalidades jurídicas de associação de empresas a adoptar em caso de adjudicação da empreitada são:

Consórcio externo de responsabilidade solidária;

Agrupamento complementar de empresas.

14 — O concorrente deverá ser possuidor de alvará de empreiteiro de obras públicas com a seguinte classificação — 11.ª e 12.ª subcategorias da 2.ª categoria, da classe correspondente ao valor da proposta.

15 — O prazo máximo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as propostas é de 66 dias a contar da sessão de abertura das mesmas, considerando-se tacitamente prorrogado se os concorrentes nada requererem em contrário.

16 — O critério de adjudicação é o da proposta considerada economicamente mais vantajosa tendo em conta os seguintes factores indicados, por ordem decrescente de importância:

1) Preço;

2) Qualidade do projecto:

Quantidade de árvores e arbustos;

Altura das árvores e arbustos;

Espécies;

Sistema de rega;

Iluminação;

3) Prazo de execução;

4) Prazo de garantia.

17 — Admite-se a apresentação de propostas variantes.

18 — O anúncio foi enviado para publicação no *Diário da República* em 27 de Dezembro de 1996.

19 — A Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., recebeu o anúncio para publicação no dia 27 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Almada, 23 de Dezembro de 1996. —
A Presidente da Câmara, *Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa*.
3-1-18 018

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Anúncio n.º 179/96

Concurso público para a empreitada n.º 80/DCEOD/DREP/96 — obras de reparação e conservação no edifício particular sito na Avenida do Almirante Reis, 11 [obra coerciva nos termos do artigo 166.º do R. G. E. U. (processo n.º 147/CP/96)].

1 — Concurso público promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Construção e Conservação de Edifícios (DCEOD/DREP), Rua da Palma, 248-250, 1100 Lisboa (telefone: 8878012/8876967; fax: 8877641).

2 — Concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

3 — a) Empreitada n.º 80/DCEOD/DREP/96 — obras de reparação e conservação no edifício particular sito na Avenida do Almirante Reis, 11 [obra coerciva nos termos do artigo 166.º do R. G. E. U.

b) Características gerais da obra — obra de reparação e conservação.

c) Local de execução — Avenida do Almirante Reis, 11.

d) O preço base da empreitada é de 27 345 251\$, com exclusão do IVA.

4 — O prazo de execução da empreitada é de 22 semanas.

5 — a) O processo de concurso e documentos complementares podem ser consultados, todos os dias úteis, na DMAGGRH/DAG — Divisão de Concursos, Compras e Armazéns, Rua de Pascoal de Melo, 81, 2.º, 1000 Lisboa, das 9 às 16 horas.

As peças do referido processo de concurso, podem ser adquiridas ou consultadas na DCEOD/DREP — Rua da Palma, 248-250, 1100 Lisboa, onde também serão prestados todos os esclarecimentos técnicos.

b) O pedido do processo pode ser feito até oito dias antes do termo do prazo para entrega das propostas.

c) O montante a pagar pelo fornecimento do processo é de 6075\$ já acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

6 — a) As propostas deverão ser apresentadas até às 16 horas do dia 7 de Março de 1997.

b) A sua entrega far-se-á na DMAGGRH/DAG — Divisão de Concursos, Compras e Armazéns, Rua de Pascoal de Melo, 81, 2.º, 1000 Lisboa.

c) As propostas deverão ser redigidas em português e não incluirão o IVA.

7 — a) Poderão intervir no acto público do concurso, representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o efeito.

b) O acto público do concurso terá lugar na morada indicada no n.º 6, alínea b), a partir das 9 horas e 30 minutos do dia 10 de Março de 1997.

8 — O valor da caução é de 5% do preço total da adjudicação e terá de ser prestada pelo concorrente preferido no prazo de seis dias a contar da data da notificação da adjudicação.

A caução será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.

9 — A empreitada é em regime de série de preços.

10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente numa única entidade ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.

11 — Os concorrentes estabelecidos em Portugal só serão admitidos a concurso quando titulares do alvará de empreiteiro de obras públicas da 2.ª ou 14.ª subcategoria da 1.ª categoria e da classe correspondente ao valor da sua proposta.

12 — O período durante o qual qualquer concorrente é obrigado a manter a sua proposta é de 66 dias, contados a partir da data do acto público do concurso.

13 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação da empreitada, com indicação dos factores por ordem decrescente de importância:

- a) 30% para execução de obras semelhantes nos últimos três anos;
- b) 30% para o preço;
- c) 30% para a capacidade técnica;
- d) 10% para o prazo de execução.

Paços do Concelho de Lisboa, 13 de Dezembro de 1996. —
O Vereador, *Régio Mendes*. 1-1-4377

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Anúncio

Concurso público para a empreitada de construção de CAEL — Centro de Actividades Económicas de Loures

1 — Câmara Municipal de Loures, Departamento de Obras Municipais, Divisão de Equipamentos Colectivos, Rua da República, 106, 2670 Loures (telefones: 9823130/31/32/33; fax: 9820084).

2 — Concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

3 — a) Local de execução — Odivelas.

b1) Designação da empreitada — construção de CAEL — Centro de Actividades Económicas de Loures.

b2) Natureza e extensão dos trabalhos, características gerais da obra:

Trabalhos de remodelação de interiores no piso térreo de um edifício, com criação parcial de um piso intermédio em lajes, maciças de betão armado sobre uma estrutura reticulada metálica, numa área total de 1765,26 m². Demolições de vãos e alvenarias existentes e de algumas lajes intermédias. Criação das divisórias interiores com os respectivos vãos. Trabalhos de impermeabilização no exterior;

O equipamento será dotado das infra-estruturas básicas necessárias ao seu funcionamento, designadamente instalações de segurança contra incêndios, ar condicionado e ventilação, redes de águas e esgotos, redes eléctrica e telefónica, sistema de detecção e alarme de intrusão, e equipamento hoteleiro para o funcionamento do bar.

b3) Preço base — 133 142 440\$ (sem IVA).

4 — Prazo máximo de execução da obra — 210 dias, incluindo sábados, domingos e feriados.

5 — a) O projecto, o caderno de encargos, o programa de concurso e os documentos complementares podem ser examinados, solicitados e obtidas cópias autenticadas dos referidos elementos na Secção Administrativa do Departamento de Obras Municipais, sito na Rua da República, 106, 2670 Loures, nas horas normais de expediente até 10 dias úteis após a publicação deste anúncio no *Diário da República*.

b) As cópias do processo do concurso serão fornecidas até oito dias úteis, após a data do pedido, sendo o seu custo de 19 740\$ por

exemplar, acrescido de IVA à taxa em vigor, mediante pagamento prévio.

6 — a) O prazo para entrega das propostas é de 30 dias úteis, após a data de publicação no *Diário da República*, até às 16 horas.

b) As propostas serão entregues ou enviadas para a Secção de Expediente da Câmara Municipal de Loures, sito na Praça da Liberdade, em Loures.

c) As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa, bem como os documentos que as acompanham.

7 — a) Podem assistir ao acto público do concurso todas as pessoas interessadas e intervir as devidamente credenciadas.

b) O acto público do concurso realizar-se-á na segunda-feira imediatamente a seguir ao término do prazo de entrega das propostas, pelas 10 horas e 30 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Loures, sito na Praça da Liberdade, em Loures. Caso a segunda-feira seja feriado ou dia de dispensa de trabalho, a abertura terá lugar no primeiro dia útil, que se seguir. Os concorrentes poderão consultar os processos no dia de abertura das mesmas.

8 — A caução a prestar será de 5% do valor da adjudicação.

9 — Tipo de empreitada — preço global, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro. As condições de concessão de adiamento ao empreiteiro são as previstas nos artigos 195.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

Os pagamentos serão efectuados de acordo com o mesmo decreto-lei, nos termos dos artigos 182.º e seguintes, à excepção do previsto no artigo 190.º, tendo como base os autos de medição mensais. A revisão de preços será efectuada nos termos do Decreto-Lei n.º 348-A/86, de 16 de Outubro.

10 — Podem concorrer empresas, que declarem a intenção de se constituírem juridicamente na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.

11 — Alvará exigido — 1.ª ou 2.ª subcategoria da 1.ª categoria. A classe do alvará será correspondente ao valor da proposta.

4.ª subcategoria da 1.ª categoria e 3.ª subcategoria da 4.ª categoria. As classes dos alvarás serão correspondentes aos valores dos trabalhos respectivos.

12 — O prazo de validade das propostas será de 66 dias a contar da data do acto público do concurso, nos termos do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

13 — A adjudicação nunca será feita a propostas que não ofereçam, de forma clara e inequívoca, garantia de boa execução e qualidade técnica. As propostas que obedeçam aos requisitos enumerados anteriormente serão analisadas de acordo com os seguintes critérios:

- Garantia de boa execução e capacidade técnica;
- Capacidade financeira;
- Prazo de execução;
- Preço da proposta.

14 — Não são admitidas variantes.

15 — Os concorrentes deverão apresentar listas separadas das obras mais importantes executadas nos últimos três anos e em execução, de acordo com os quadros em anexo, assim como outros documentos que consideram importantes para apreciação da sua capacidade técnica para a boa execução da obra.

Paços do Município de Loures, 23 de Dezembro de 1996. —
O Vereador do Pelouro, *Paulo Jorge Piteira Leão*. 3-1-18 009

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Anúncio n.º 136/96

Concurso público para o fornecimento de betão betuminoso basáltico para aplicação na beneficiação das Ruas de António Augusto Cabral, Teresa de Jesus Pereira e Avenida de 5 de Outubro.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 2200 t de betão betuminoso basáltico da categoria 26.82.13 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 11 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento — pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Distância ao estaleiro do fornecedor;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-5188

Anúncio n.º 137/96

Concurso público para o fornecimento de betão betuminoso basáltico e betão betuminoso calcário (binder) para aplicação na reabilitação de pavimento da E. M. 555, Moçafaneira/São Pedro da Cadeira.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 5800 t de betão betuminoso basáltico e de 2800 t de betão betuminoso calcário (binder) da categoria 26.82.13 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 39 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento — pretende-se que o fornecimento tenha início logo após o visto do Tribunal de Contas, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997.

4 — Admissão parcial de propostas — admitem-se propostas relativas a parte dos bens postos a concurso.

5 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

6 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 10 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

7 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 18 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

8 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 19 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

9 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, produto a produto, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

- Preço;
- Distância ao estaleiro do fornecedor;
- Prazo de entrega;
- Condições de pagamento.

10 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

11 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

12 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

13 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

14 — Data do envio do anúncio para publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* — 26 de Dezembro de 1996.

15 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-5202

Anúncio n.º 138/96

Concurso público para o fornecimento de betão betuminoso basáltico e betão betuminoso calcário (binder) para aplicação na reabilitação de pavimento da E. M. 575, Matacães/Monte Redondo, E. N. 115-2.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 4200 t de betão betuminoso basáltico e de 2000 t de betão betuminoso calcário (binder) da categoria 26.82.13 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 28 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento — pretende-se que o fornecimento tenha início logo após o visto do Tribunal de Contas, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997.

4 — Admissão parcial de propostas — admitem-se propostas relativas a parte dos bens postos a concurso.

5 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

6 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 10 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas

das pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito.

c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

7 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 18 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

8 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 19 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

9 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, produto a produto, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

- Preço;
- Distância ao estaleiro do fornecedor;
- Prazo de entrega;
- Condições de pagamento.

10 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

11 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

12 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

13 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

14 — Data do envio do anúncio para publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* — 26 de Dezembro de 1996.

15 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-5203

Anúncio n.º 139/96

Concurso público para o fornecimento de betão betuminoso basáltico para aplicação na reabilitação de pavimento da E. M. 630, Boavista/Praia Azul.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 2000 t de betão betuminoso basáltico da categoria 26.82.13 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 10 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento — pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Distância ao estaleiro do fornecedor;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-1991

Anúncio n.º 140/96

Concurso público para o fornecimento de betão betuminoso basáltico e betão betuminoso calcário (binder) para aplicação na reabilitação de pavimento da E. M. 558, Abrunheira/Ermegeira.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 2300 t de betão betuminoso basáltico e de 1200 t de betão betuminoso calcário (binder) da categoria 26.82.13 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 16 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento — pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997.

4 — Admissão parcial de propostas — admitem-se propostas relativas a parte dos bens postos a concurso.

5 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

6 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

7 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

8 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

9 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, produto a produto, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Distância ao estaleiro do fornecedor;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

10 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

11 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

12 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

13 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

14 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.
4-1-5192

Anúncio n.º 141/96

Concurso público para o fornecimento de *tout-venant* para construção, reparação e beneficiação de diversos arruamentos do concelho.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 12 000 t de *tout-venant*, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 3 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 12 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara

Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 13 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

- Preço;
- Prazo de entrega;
- Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.
4-1-5193

Anúncio n.º 142/96

Concurso público para o fornecimento de *tout-venant* para construção e grande reparação de estradas e caminhos municipais.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 12 000 t de *tout-venant*, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas, até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 15 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.
4-1-5194

Anúncio n.º 143/96

Concurso público para o fornecimento de britas para construção, reparação e beneficiação de diversos arruamentos do concelho.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento dos seguintes materiais, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos

por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993:

Brita 1 — 2000 t;
Brita 2 — 1000 t;
Brita 3 — 9000 t.

b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Admissão parcial de propostas — admitem-se propostas relativas a parte dos bens postos a concurso.

5 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

6 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 3 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

7 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 12 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

8 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 13 de Fevereiro de 1997, pelas 15 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

9 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, produto a produto, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

10 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

11 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o ad-

judicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

12 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

13 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

14 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-5195

Anúncio n.º 144/96

Concurso público para o fornecimento de britas para construção e grande reparação de estradas e caminhos municipais.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

a) Pretende-se o fornecimento dos seguintes materiais, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993:

Brita 1 — 2000 t;

Brita 2 — 1000 t;

Brita 3 — 9000 t.

b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;

b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Admissão parcial de propostas — admitem-se propostas relativas a parte dos bens postos a concurso.

5 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

6 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;

b) Desde que solicitadas até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;

c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

7 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

8 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 15 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;

b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

9 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, produto a produto, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;

Prazo de entrega;

Condições de pagamento.

10 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

11 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

12 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

13 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

14 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-5196

Anúncio n.º 145/96

Concurso público para o fornecimento de britas para conservação, reparação e beneficiação de estradas e caminhos municipais.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

a) Pretende-se o fornecimento dos seguintes materiais, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993:

Brita 1 — 2000 t;

Brita 2 — 1000 t;

Brita 3 — 9000 t.

b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmo-

nia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;

- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Admissão parcial de propostas — admitem-se propostas relativas a parte dos bens postos a concurso.

5 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

6 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 3 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

7 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 12 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

8 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 13 de Fevereiro de 1997, pelas 15 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

9 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, produto a produto, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

10 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

11 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

12 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

13 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

14 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.

4-1-5197

Anúncio n.º 146/96

Concurso público para o fornecimento de pó de pedra para construção, reparação e beneficiação de diversos arruamentos e praças da cidade e de outras povoações do concelho.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 12 000 t de pó de pedra, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 13 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 3 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 12 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 13 de Fevereiro de 1997, pelas 14 horas e 30 minutos, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.
4-1-5198

Anúncio n.º 147/96

Concurso público para o fornecimento de bago de arroz basáltico para construção e grande reparação de estradas e caminhos municipais.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 5000 t de bago de arroz basáltico, da categoria 14.21.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 15 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro

de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 16 horas, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

- Prego;
- Prazo de entrega;
- Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.
4-1-5199

Anúncio n.º 148/96

Concurso público para o fornecimento de asfalto 180/200 a granel para construção, reparação e beneficiação de diversos arruamentos do concelho.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 750 t de asfalto 180/200 a granel, da categoria 14.50.1 da Classificação Estatística de Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;
- b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 3 de Fevereiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 12 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 13 de Fevereiro de 1997, pelas 16 horas, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, Jacinto António Franco Leandro.

4-1-5200

Anúncio n.º 149/96

Concurso público para o fornecimento de asfalto 180/200 a granel para construção e grande reparação de estradas e caminhos municipais.

(Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março)

1 — Entidade contratante — Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras [telefone: (061) 310400; fax: (061) 310401].

2 — Objecto do concurso:

- a) Pretende-se o fornecimento de 750 t de asfalto 180/200 a granel, da categoria 14.50.1 da Classificação Estatística de

Produtos por Actividade, a que se refere o Regulamento (CEE) n.º 3696/93, do Conselho, de 29 de Outubro, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L342, de 31 de Dezembro de 1993;

- b) Valor base do concurso — 18 000 000\$.

3 — Prazo de entrega e condições de fornecimento:

- a) Pretende-se que o fornecimento tenha início logo após a celebração do contrato ou o visto do Tribunal de Contas, se a este houver lugar, de forma continuada e de harmonia com as necessidades do município, durante o ano de 1997;
- b) O fornecimento será feito com transporte do adjudicatário.

4 — Agrupamentos de empresas — ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas. Caso a adjudicação recaia num agrupamento de empresas, estas terão de associar-se, obrigatoriamente, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, antes da assinatura do contrato.

5 — Consulta e fornecimento do processo de concurso:

- a) O processo de concurso poderá ser consultado desde a data de publicação deste anúncio até ao dia e hora do acto público do concurso, durante as horas de expediente, no Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Rua de Cândido dos Reis, 2560 Torres Vedras;
- b) Desde que solicitadas até 28 de Janeiro de 1997, os interessados poderão obter cópias, devidamente autenticadas pela entidade contratante, do processo de concurso, no prazo de quatro dias úteis, contados a partir da data da recepção do respectivo pedido escrito;
- c) O processo de concurso será fornecido mediante o pagamento da quantia de 3500\$, acrescidos de IVA, em dinheiro, cheque ou vale de correio.

Os cheques ou vales de correio devem ser emitidos em nome do tesoureiro da Câmara Municipal de Torres Vedras.

6 — Data e hora limite para a entrega das propostas — as propostas devem ser entregues até às 16 horas do dia 4 de Fevereiro de 1997, na Secção de Expediente Geral e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras, Praça do Município, 2560 Torres Vedras, contra recibo ou remetidas pelo correio, sob registo com aviso de recepção.

7 — Data, hora e local do acto público do concurso e quem pode assistir:

- a) O acto público do concurso terá lugar no dia 5 de Fevereiro de 1997, pelas 16 horas, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município, na morada indicada no n.º 1;
- b) Podem assistir todas as pessoas interessadas e intervir no acto as que estiverem devidamente credenciadas.

8 — Critérios de apreciação das propostas para adjudicação — a adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, tendo em atenção os seguintes factores por ordem decrescente da sua importância:

Preço;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento.

9 — Prazo de validade das propostas — os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 60 dias, contados da data do acto público do concurso.

10 — Caução — como garantia do contrato e no prazo de seis dias após notificação de ter sido aprovada a minuta do contrato, o adjudicatário prestará caução correspondente a 5% do valor do fornecimento.

11 — Alvarás — só serão admitidos como concorrentes os titulares de alvará de fornecedor de obras públicas.

12 — Data do envio do anúncio para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

13 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Paços do Município de Torres Vedras, 26 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Jacinto António Franco Leandro*.
4-1-5201

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE SINTRA

Anúncio

Concurso público n.º 30 EP/96 para adjudicação da empreitada de remodelação de redes de distribuição em Asfaml, remodelação e prolongamento de redes.

1.1 — Concurso realizado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, sito na Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra (telefone: 4369100; telecopiadora: 9232650).

1.2 — Modalidade do concurso — concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

1.3 — a) Local de execução — concelho de Sintra.

b) A empreitada designa-se por — remodelação de redes de distribuição em Asfaml, remodelação e prolongamento de redes.

A empreitada visa proceder à abertura tapamento de valas, fornecimento e assentamento de tubagem e acessórios, execução de caixas, levantamento e reposição de pavimentos.

O preço base do concurso é de 210 000 000\$, com exclusão do IVA.

c) A empreitada é única.

1.4 — O prazo base de execução da obra é de 365 dias.

1.5 — a) O processo de concurso e documentos complementares encontram-se patentes nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra, onde podem ser examinados durante as horas normais de expediente a partir do dia 20 de Janeiro de 1997, até à data de entrega das propostas. Podem ser pedidas cópias autenticadas dos elementos referidos até às 16 horas do dia 24 de Fevereiro de 1997, e serão fornecidas nos cinco dias imediatos à apresentação do pedido por escrito.

b) O custo da documentação é de 80 000\$ acrescido do IVA, a pagar em dinheiro, cheque visado ou vale de correio a favor da entidade adjudicante.

1.6 — a) As propostas deverão ser apresentadas até às 17 horas e 30 minutos do dia 6 de Março de 1997.

b) As propostas devem ser entregues na secretaria-geral dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de recepção, sendo, neste caso, o concorrente o único responsável pelos atrasos que por ventura se verifiquem.

c) As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

1.7 — a) Só poderão intervir no acto público do concurso os representantes das firmas concorrentes devidamente credenciados.

b) Esse acto terá lugar no dia 7 de Março de 1997, a partir das 10 horas, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra, com as interrupções que se verifiquem necessárias ao desenvolvimento da sessão.

1.8 — A caução definitiva é de 5% do valor da adjudicação.

1.9 — A empreitada é por série de preços, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro, sendo os respectivos encargos suportados pela dotação do orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, e os pagamentos efectuados após aprovação dos autos de medição mensais.

1.10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Junho, ou agrupamento complementar de empresas, nos termos do Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto, tendo em vista a celebração do contrato.

1.11 — a) As empresas concorrentes deverão possuir o alvará de empreiteiro de obras públicas da 1.ª ou 13.ª subcategoria da 2.ª categoria, da classe correspondente ao valor total da sua proposta.

b) Os concorrentes deverão apresentar documentos que permitam avaliar a sua aptidão para a boa execução da obra, no que respeita às condições mínimas de carácter económico, financeiro e técnico, nomeadamente:

Indicação do estado de certificação da empresa em matéria de qualidade;

Declaração sobre as habilitações ou diplomas profissionais e *curriculum vitae* do(s) quadro(s) técnico(s) da empresa responsável(is) pela orientação da obra;

Declaração respeitante ao volume de obras da empresa nos últimos três anos;

Lista das obras mais importantes, de natureza semelhante à que se põe a concurso, realizadas nos últimos três anos, indicando donos, montantes e prazos das mesmas;

Declaração que descreva o equipamento e meios técnicos que utilizará na execução da obra;

Declaração que mencione os técnicos ou órgãos técnicos, não pertencentes ao seu quadro permanente, a que recorrerá para a execução da obra.

1.12 — O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados a partir da sua abertura.

1.13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo-se aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:

Qualidade técnica das propostas, designadamente a demonstração do conhecimento do projecto e das condições locais de execução dos trabalhos (25%);

Capacidade técnica do empreiteiro e sua experiência na execução de obras similares (22,5%);

Qualidade dos materiais e equipamentos propostos (20%);

Condições económicas das propostas (17,5%);

Prazo de execução (15%).

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, 11 de Dezembro de 1996. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Garcia de Carvalho*.
3-1-18 017

Anúncio

Concurso público n.º 31 EP/96 para adjudicação da empreitada de remodelação da conduta adutora distribuidora ao reservatório de Albarraque; remodelação da conduta adutora distribuidora a Cabra Figa; redes de Francos.

1.1 — Concurso realizado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, sito na Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra (telefone: 4369100; telecopiadora: 9232650).

1.2 — Modalidade do concurso — concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

1.3 — a) Local de execução — concelho de Sintra.

b) A empreitada designa-se por — remodelação da conduta adutora distribuidora ao reservatório de Albarraque; remodelação da conduta adutora distribuidora a Cabra Figa; redes de Francos.

A empreitada visa proceder à abertura tapamento de valas, fornecimento e assentamento de tubagem e acessórios, execução de caixas, levantamento e reposição de pavimentos.

O preço base do concurso é de 320 000 000\$, com exclusão do IVA.

c) A empreitada é única.

1.4 — O prazo base de execução da obra é de 365 dias.

1.5 — a) O processo de concurso e documentos complementares encontram-se patentes nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra, onde podem ser examinados durante as horas normais de expediente a partir do dia 20 de Janeiro de 1997, até à data de entrega das propostas. Podem ser pedidas cópias autenticadas dos elementos referidos até às 16 horas do dia 26 de Fevereiro de 1997, e serão fornecidas nos cinco dias imediatos à apresentação do pedido por escrito.

b) O custo da documentação é de 100 000\$ acrescido do IVA, a pagar em dinheiro, cheque visado ou vale de correio a favor da entidade adjudicante.

1.6 — a) As propostas deverão ser apresentadas até às 17 horas e 30 minutos do dia 10 de Março de 1997.

b) As propostas devem ser entregues na secretaria-geral dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de recepção, sendo, neste caso, o concorrente o único responsável pelos atrasos que por ventura se verifiquem.

c) As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

1.7 — a) Só poderão intervir no acto público do concurso os representantes das firmas concorrentes devidamente credenciados.

b) Esse acto terá lugar no dia 11 de Março de 1997, a partir das 10 horas, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, Avenida do Movimento das Forças Armadas, 16, 2710 Sintra, com as interrupções que se verifiquem necessárias ao desenvolvimento da sessão.

1.8 — A caução definitiva é de 5% do valor da adjudicação.

1.9 — A empreitada é por série de preços, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro, sendo os respectivos encargos suportados pela dotação do orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, e os pagamentos efectuados após aprovação dos autos de medição mensais.

1.10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Junho, ou agrupamento complementar de empresas, nos termos do Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto, tendo em vista a celebração do contrato.

1.11 — a) As empresas concorrentes deverão possuir o alvará de empreiteiro de obras públicas da 1.ª ou 13.ª subcategoria da 2.ª categoria, da classe correspondente ao valor total da sua proposta.

b) Os concorrentes deverão apresentar documentos que permitam avaliar a sua aptidão para a boa execução da obra, no que respeita às condições mínimas de carácter económico, financeiro e técnico, nomeadamente:

Indicação do estado de certificação da empresa em matéria de qualidade;

Declaração sobre as habilitações ou diplomas profissionais e *curriculum vitae* do(s) quadro(s) técnico(s) da empresa responsável(is) pela orientação da obra;

Declaração respeitante ao volume de obras da empresa nos últimos três anos;

Lista das obras mais importantes, de natureza semelhante à que se põe a concurso, realizadas nos últimos três anos, indicando donos, montantes e prazos das mesmas;

Declaração que descreva o equipamento e meios técnicos que utilizará na execução da obra;

Declaração que mencione os técnicos ou órgãos técnicos, não pertencentes ao seu quadro permanente, a que recorrerá para a execução da obra.

1.12 — O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados a partir da sua abertura.

1.13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo-se aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:

Qualidade técnica das propostas, designadamente a demonstração do conhecimento do projecto e das condições locais de execução dos trabalhos (25%);

Capacidade técnica do empreiteiro e sua experiência na execução de obras similares (22,5%);

Qualidade dos materiais e equipamentos propostos (20%);

Condições económicas das propostas (17,5%);

Prazo de execução (15%).

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, 11 de Dezembro de 1996. — O Presidente do Conselho de Administração, *Álvaro Garcia de Carvalho*.

3-1-18 016

ENTIDADES PARTICULARES

CINEL — CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA ELECTRÓNICA

Aviso

Relativamente ao concurso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 291, para a apresentação de serviços de vigilância no CINEL — Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica, concurso N. V. 1/97, p. 22 029, de 17 de Dezembro de 1996, n.º 1-2-8556, informamos de que a entrega das propostas deverá ser até ao dia 31 de Janeiro de 1997 às 17 horas e 30 minutos. O acto público do concurso realizar-se-á no dia útil imediato ao acima referido, pelas 11 horas.

CINEL — Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica. — O Director, *Luís Morazzo*. 4-2-9849

Aviso

Relativamente ao concurso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 291, para a implementação de um sistema de garantia de qualidade, no CINEL — Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica, concurso N. V. 2/97, p. 22 029, de 17 de Dezembro de 1996, n.º 1-2-8555, informamos de que a entrega das propostas deverá ser até ao dia 3 de Fevereiro de 1997 às 17 horas e 30 minutos. O acto público do concurso realizar-se-á no dia útil imediato ao acima referido, pelas 11 horas.

CINEL — Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica. — O Director, *Luís Morazzo*. 4-2-9850

RECTIFICAÇÕES

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de São Marcos

Anúncio

Concurso público internacional n.º 7/97

No *Diário da República*, 3.ª série, n.º 273, de 25 de Novembro de 1996, foi publicado o anúncio de abertura do concurso público internacional n.º 7/97, tendo sido omitida a alínea a), n.º 3, do mesmo, e no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 295, de 21 de Dezembro de 1996, foi feita a rectificação de modo insuficiente, pelo que de novo se publica na íntegra:

1 — Entidade adjudicante — Hospital de São Marcos, Largo de Carlos Amarante, 4700 Braga (telefone: 053/6013045; fax: 053/6013092).

2 — Procedimento escolhido — concurso público internacional.

3 — Categoria 17.54 — outros têxteis não identificados.

a) Produtos de penso.

4 — Local de entrega — Hospital de São Marcos, Largo de Carlos Amarante, 4700 Braga.

5 — São permitidas propostas parciais.

6 — As propostas deverão ser documentadas nos termos do artigo 53.º, sendo apresentadas nos moldes do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março.

7 — O processo do concurso está patente, para consulta pública, no Serviço de Aproveitamento do Hospital de São Marcos, sito na morada indicada no n.º 1, entre as 9 horas e as 17 horas e

30 minutos, ou pedido para o apartado 2242, 4700 Braga Codex, podendo ser fornecido a quem o solicitar, mediante o pagamento prévio na tesouraria deste Hospital da importância de 2000\$.

8 — As propostas devem ser dirigidas ao serviço indicado no n.º 7.

9 — A data limite para a apresentação das propostas termina às 17 horas e 30 minutos do dia 19 de Fevereiro de 1997. (Esta data foi calculada na base de 55 dias seguidos a contar da data do envio do anúncio para publicação).

10 — O acto público da abertura das propostas terá lugar no dia 20 de Fevereiro de 1997, pelas 10 horas, no serviço indicado no n.º 7, podendo assistir ao mesmo um representante de cada firma concorrente, devidamente credenciado para tal.

11 — Os critérios de adjudicação, por ordem decrescente de importância e de aplicação cumulativa são:

- a) Qualidade;
- b) Preço;
- c) Prazo de entrega;

- d) Parecer dos utilizadores;
- e) Custo de utilização;
- f) Avaliação qualitativa dos fornecedores.

12 — Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas até 60 dias da data do acto público de abertura das propostas.

13 — Não há publicação prévia de anúncio de informação.

14 — O presente anúncio foi enviado para publicação no *Diário da República* e no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, no dia 26 de Dezembro de 1996.

15 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no *Diário da República* — 26 de Dezembro de 1996.

Hospital de São Marcos, 26 de Dezembro de 1996. — O Administrador-Delegado, *Lino Henrique Soares Mesquita Machado*.

9-1-2876

JAIME CORTESÃO

OBRAS COMPLETAS



Volumes publicados

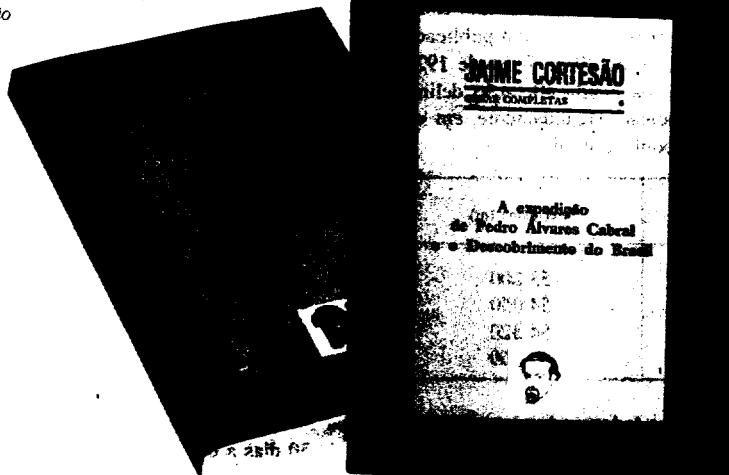
Vol. I - III - OS Descobrimentos Portugueses

Vol. IV - História da Expansão Portuguesa

Vol. V - Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização

"Toda a história escrita tende a tornar-se uma interpretação actual do passado. Por isso se tem dito que cada geração escreve, à sua maneira, a História. Assim é, e assim deve ser."

Jaime Cortesão, in "pórtico" de
A Carta de Pero Vaz de Caminha,
apud Joel Serrão



**Vol. VI - A Expedição de Pedro Álvares Cabral
e o Descobrimento do Brasil**

Vol. VII - A Carta de Pêro Vaz de Caminha



IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA
Rua 7, Francisco Manuel de Mendonça, 1300-038 LISBOA

2. Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Delegação de Transportes de Lisboa

Por despacho de 23 de Outubro de 1996, do director-geral de Transportes Terrestres exarado nos termos da competência atribuída por delegação de poderes:

Outorgada, por 10 anos, a concessão da carreira de serviço público a seguir indicada:

Regular entre Alcochete-Marquesa (fab./VW) Pinhal Novo, requerida por Belos Transportes, S. A., com sede em Vila Fresca de Azeitão, 2925 Azeitão.

Direcção-Geral de Transportes Terrestres, 20 de Novembro de 1996. — Pelo Director de Serviços, o Chefe de Divisão, *Mourinho Marcelo*. 0-2-98 555

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto Geológico e Mineiro

Aviso

Faz-se público, nos termos e para os efeitos previstos nas disposições conjugadas dos artigos 23.º e 16.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, que a Empresa das Águas do Alardo, L.ª, requereu a alteração da área da concessão de exploração da água mineral natural, denominada Águas do Alardo, sita na freguesia de Castelo Novo, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, cuja demarcação consta do alvará publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 174, de 29 de Julho de 1922, ficando a nova demarcação resultante da citada alteração delimitada pela poligonal, cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, referidas ao ponto central:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	53 200	45 330
2	54 050	45 940
3	54 320	44 990
4	53 460	44 370

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, podendo o processo ser consultado na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Geológicos, Divisão de Licenciamento, deste Instituto Geológico e Mineiro, sita na Rua do Almirante Barroso, 38, 1000 Lisboa.

As referidas reclamações deverão ser entregues neste Instituto Geológico e Mineiro, ou enviadas para a morada acima indicada, dentro do mencionado prazo.

Instituto Geológico e Mineiro, 8 de Novembro de 1996. — O Chefe da Divisão de Licenciamento, *C. Magno*. 1-2-8620

Aviso

Extracto de contrato de prospecção e pesquisa

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, publica-se o extracto do contrato para prospecção e pesquisa de depósitos minerais, no concelho da Guarda, celebrado em 2 de Outubro de 1996.

Titular dos direitos — Adelino Duarte da Mota, S. A.

Depósito — quartzo e feldspato.

Delimitação da área (1,7 km²):

Vértices	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	73 100	85 400
2	73 500	85 250
3	72 875	82 675
4	72 075	83 050
5	72 300	83 925
6	72 650	83 850
7	72 850	84 500
8	72 500	84 550

Caução — 1 500 000\$.

Período de vigência — inicial de dois anos, prorrogável por um ano, no máximo de uma vez.

Condições de abandono progressivo da área — abandonar 20%, em blocos compactos de área não inferior a 0,03 km², à escolha do titular, no termo do período inicial.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

Cartografia e reconhecimento geológico à escala 1/25 000 para seleccionar áreas potenciais para prospecção detalhada;

Amostragem geológica;

Levantamento geológico a grande escala das áreas susceptíveis de constituírem depósitos minerais com interesse económico;

Abertura de sanjas, poços ou eventualmente realização de sondagens mecânicas;

Amostragem representativa das sanjas, poços ou dos testemunhos das sondagens;

Estudos químicos, mineralógicos e tecnológicos dos minerais do âmbito do contrato;

Avaliação das reservas das áreas pesquisadas em detalhe;

Estudo de pré-viabilidade económica.

b) Na prorrogação:

Continuação dos estudos iniciados anteriormente e que porventura não tenham sido concluídos durante o período inicial.

Investimentos mínimos obrigatórios — 4 000 000\$ no período inicial; 2 000 000\$ na prorrogação.

Encargos de prospecção e pesquisa — 100 000\$/ano.

Prazo de concessão de exploração — não superior a 15 anos, prorrogável por dois períodos não superiores a 10 e 5 anos cada.

Encargos de exploração — 3% do valor do minério à boca da mina.

Instituto Geológico e Mineiro, 18 de Novembro de 1996. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís José Rodrigues da Costa*. 1-2-8621

Aviso**Extracto de contrato de prospecção e pesquisa**

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, publica-se o extracto do contrato para prospecção e pesquisa de depósitos minerais, no concelho de Óbidos, celebrado em 2 de Outubro de 1996.

Titular dos direitos — SAIBRAIS — Areias e Caulinos, S. A.

Depósitos — caulino.

Delimitação da área (6,9 km²):

Vértices	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	— 97 776	— 30 913
2	— 97 616	— 31 081
3	— 97 649	— 31 293
4	— 97 298	— 31 580
5	— 97 188	— 31 098
6	— 96 488	— 30 338
7	— 96 600	— 30 150
8	— 96 395	— 29 946
9	— 96 275	— 30 298
10	— 95 201	— 30 138
11	— 96 138	— 31 953
12	— 95 820	— 33 825
13	— 98 027	— 34 478
14	— 97 850	— 32 950

Caução — 5 000 000\$.

Período de vigência — inicial de dois anos, prorrogável por um ano, no máximo uma vez.

Condições de abandono progressivo da área — abandonar 50%, em blocos compactos de área não inferior a 0,5 km², à escolha do titular, no termo do período inicial.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

No período inicial:

- 1) Estudo fotogeológico;
- 2) Levantamento geológico à escala 1/25 000 e 1/15 000;
- 3) Sondagens carotadas e ou escavações em malha aproximada de 200 x 200 m, para reconhecimento e avaliação qualitativa do caulino;
- 4) Análises das amostras colhidas nas sondagens e ou nas escavações;
- 5) Selecção de áreas com interesse.

Na prorrogação:

- 1) Cartografia geológica de pormenor das zonas de interesse a escalas variando entre 1/5000 e 1/2000;
- 2) Sondagens e ou poços em malhas de 100 x 50 ou 50 x 50 m;
- 3) Análises das amostras colhidas;
- 4) Cálculos de reservas;
- 5) Estudo de pré-viabilidade económica;
- 6) Elaboração de projectos, se necessários.

Investimentos mínimos obrigatórios — 26 250 000\$ no período inicial; 2 500 000\$ na prorrogação.

Encargos de prospecção e pesquisa — 100 000\$ ano.

Prazo de concessão de exploração — não superior a 20 anos, prorrogável por dois períodos não superiores a 10 e 5 anos.

Encargos de exploração — 3% do valor do minério à boca da mina.

Instituto Geológico e Mineiro, 18 de Novembro de 1996. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís José Rodrigues da Costa*.

1-2-8622

Aviso**Extracto de contrato de prospecção e pesquisa**

Nos termos do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março, publica-se o extracto do contrato para prospecção e pesquisa de água mineral natural, nos concelhos de Carrizada de Ansiães e Alijó, celebrado em 2 de Outubro de 1996.

Titular dos direitos — Câmara Municipal de Carrizada de Ansiães.

Recurso — água mineral natural.

Delimitação da área (0,82 km²):

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	+ 63 480	+ 180 780
2	+ 63 480	+ 180 780
3	+ 63 800	+ 180 000
4	+ 63 000	+ 180 000
5	+ 63 000	+ 180 480

Caução — 6 000 000\$.

Período de vigência — inicial de dois anos, prorrogável por um ano, no máximo de uma vez.

Condições de abandono progressivo da área — abandonar 10%, em blocos compactos de área não inferior a 0,02 km², à escolha do titular, no termo do período inicial.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

a) No período inicial:

- 1) Caracterização geológica e hidrogeológica da zona das nascentes, incluindo cartografia geológica e fotogeológica à escala 1:10 000, com pormenores da zona das nascentes à escala adequada;
- 2) Inventário hidrogeológico;
- 3) Avaliação das condições de vulnerabilidade à poluição;
- 4) Inventário de focos de poluição;
- 5) Reinterpretação global do modelo hidrogeológico;
- 6) Execução de duas sondagens de pesquisa, sendo uma delas de carotagem contínua;
- 7) Acções tendentes à qualificação da água.

b) Na prorrogação:

- 1) Continuação dos trabalhos anteriores em função dos resultados obtidos;
- 2) Se for caso, acções tendentes à obtenção da concessão de exploração.

Investimentos mínimos obrigatórios — 7 000 000\$ no período inicial; 1 000 000\$ na prorrogação.

Prazo da concessão de exploração — não superior a 30 anos, prorrogável por dois períodos não superiores a 20 anos cada.

Encargos de exploração — 2% dos lucros líquidos da exploração, deduzidos de todos os encargos tributários inerentes.

Instituto Geológico e Mineiro, 29 de Novembro de 1996. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís José Rodrigues da Costa*.

1-2-8623

Aviso**Extracto de contrato de exploração**

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 86/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração da água mineral natural a que corresponde o n.º HM-21 de cadastro e a denominação de Caldas do Carlão, localizada na freguesia de Canedo, concelho de Murça, distrito de Vila Real, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 46.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90 e nos termos do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março:

Concessionário — João Augusto Alves Elias.

Área concedida — 50,17 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são as seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
A	63 120	184 780
B	63 430	185 270
C	64 160	184 840
D	63 860	184 330

Caracterização da água — a água caracteriza-se pelos parâmetros constantes da análise físico-química completa realizada pelo Laboratório da então Direcção-Geral de Geologia e Minas sobre colheita efectuada em 15 de Setembro de 1992, a qual figura no processo arquivado neste Instituto e será explorada para fins termiais a partir da captação designada por Nascente do Banho, sem prejuízo de outras que posteriormente venham a ser legalizadas no âmbito da revisão do plano de exploração.

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 50 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária por prazo de 20 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações. Atentos os mesmos princípios, será concedida nova prorrogação de 20 anos.

Obrigações:

Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano aprovado;

Apresentar as análises físico-químicas e bacteriológicas da água nos termos e prazos constantes dos programas anuais definidos pelo Instituto Geológico e Mineiro;

Propor a definição do perímetro de protecção no prazo de três meses contados da data da publicação no *Diário da República* do presente extracto;

Manter o Instituto Geológico e Mineiro, informado de quaisquer modificações ao pacto social e das alterações na composição dos órgãos sociais, as quais devem ser comunicadas no prazo de 30 dias após a sua realização;

Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 1 000 000\$.

Caducidade — em caso de caducidade do contrato por decurso do prazo, todos os bens afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena do concessionário.

Instituto Geológico e Mineiro, 25 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luís José Rodrigues da Costa*.
1-2-8624

Aviso

Extracto do contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração do depósito mineral de sal-gema, a que corresponde o n.º C-65 de cadastro e a denominação de Matacães, localizado na freguesia de Matacães, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 46.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90, e nos termos dos artigos 65.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março:

Concessionário — SAGEMA — Sociedade Mineira, L.ª

Área concedida — 165,7826 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértices	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
A	— 93 788,8	— 64 079,9
B	— 93 935,0	— 64 345,0
C	— 94 559,5	— 64 760,3
D	— 94 862,6	— 64 660,7
E	— 95 071,9	— 64 465,2
F	— 95 071,9	— 64 206,3
G	— 94 821,9	— 64 206,3
H	— 94 821,9	— 63 974,4
I	— 95 071,9	— 63 974,4
J	— 95 071,9	— 63 646,5
K	— 94 942,4	— 63 508,2
L	— 94 888,2	— 63 450,6
M	— 95 419,8	— 63 340,0
N	— 95 450,0	— 63 310,0
O	— 95 450,0	— 62 750,0
P	— 94 600,0	— 62 750,0
Q	— 94 350,0	— 63 000,0
R	— 94 350,0	— 63 245,0

Vértices	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
S	— 94 415,6	— 63 340,0
T	— 94 656,0	— 63 499,0
U	— 94 786,0	— 63 585,0

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 40 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo de 30 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações. Atentos os mesmos princípios, será concedida nova prorrogação de 20 anos.

Obrigações:

a) Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de lavra e os programas anuais aprovados;

b) Fornecer a preços de mercado os minérios necessários à laboração das indústrias que, visando a sua utilização, existam ou venham a existir no País;

c) Manter o Instituto Geológico e Mineiro informado de quaisquer modificações ao pacto social da sociedade, incluindo a cedência ou transmissão de quotas, bem como da mudança de órgãos sociais, os quais devem ser comunicados no prazo de 30 dias após a sua realização;

d) Submeter à aprovação do Instituto Geológico e Mineiro no prazo de 12 meses contados da data da celebração do contrato, um plano de lavra unificado e actualizado de acordo com o previsto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março;

e) Dar toda a colaboração na possível criação de complexos industriais, de comprovada viabilidade económica, relacionados com a actividade, em condições justas e de acordo com os objectivos de desenvolvimento nacional e regional;

f) Se no decurso dos trabalhos de exploração forem detectadas ocorrências minerais, de reconhecido valor económico, que não as abrangidas pelo presente contrato, a sociedade obriga-se a informar o Instituto Geológico e Mineiro, indicando também as medidas que se propõe adoptar, em face das características da ocorrência, tendo em vista o seu aproveitamento;

g) Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 3 000 000\$.

Verificando-se a caducidade do presente contrato por decurso do prazo ou qualquer outro facto, os bens afectos à concessão manter-se-ão na propriedade perfeita da SAGEMA, ressalvados os direitos de terceiros.

Instituto Geológico e Mineiro, 26 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Rodrigues da Costa*.
1-2-8625

Aviso

Extracto do contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração do depósito mineral de sal-gema, a que corresponde o n.º C-66 de cadastro e a denominação de Várzea da Rainha, localizado na freguesia de Óbidos (São Pedro), concelho de Óbidos, distrito de Leiria, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 46.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90, e nos termos dos artigos 65.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março:

Concessionário — SAGEMA — Sociedade Mineira, L.ª

Área concedida — 95,5621 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértices	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
A	— 89 899,82	— 32 736,42
B	— 88 899,82	— 32 736,42
C	— 88 738,26	— 33 486,10
D	— 89 649,50	— 33 897,98

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 40 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo de 30 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações. Atentos os mesmos princípios, será concedida nova prorrogação de 20 anos.

Obrigações:

- Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de lavra e os programas anuais aprovados, tendo em conta que será apresentado ao Instituto Geológico e Mineiro um plano de lavra reformulado e actualizado de acordo com o previsto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, no prazo de quatro anos contados da data da celebração do contrato;
- Fornecer a preços de mercado os minérios necessários à laboração das indústrias que, visando a sua utilização, existam ou venham a existir no País;
- Manter o Instituto Geológico e Mineiro informado de quaisquer modificações ao pacto social da sociedade, incluindo a cedência ou transmissão de quotas, bem como da mudança de órgãos sociais, os quais devem ser comunicados no prazo de 30 dias após a sua realização;
- Dar toda a colaboração na possível criação de complexos industriais, de comprovada viabilidade económica, relacionados com a actividade, em condições justas e de acordo com os objectivos de desenvolvimento nacional e regional;
- Se no decurso dos trabalhos de exploração forem detectadas ocorrências minerais, de reconhecido valor económico, que não as abrangidas pelo presente contrato, a sociedade obriga-se a informar o Instituto Geológico e Mineiro, indicando também as medidas que se propõe adoptar, em face das características da ocorrência, tendo em vista o seu aproveitamento;
- Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 2 000 000\$.

Verificando-se a caducidade do presente contrato por decurso do prazo ou qualquer outro facto, os bens afectos à concessão manter-se-ão na propriedade perfeita da SAGEM, ressalvados os direitos de terceiros.

Instituto Geológico e Mineiro, 26 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Rodrigues da Costa*.

1-2-8626

Aviso

Extracto do contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração do depósito mineral de quartzo e feldspato, a que corresponde o n.º C-67 de cadastro e a denominação de Serrado 1, localizado na freguesia de Maçainhas, concelho de Belmonte, distrito de Castelo Branco, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90, e nos termos dos artigos 16.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março:

Concessionário — Adelino Duarte da Mota, S. A.

Área concedida — 4,80 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	72 150	80 433
2	72 150	80 583
3	72 470	80 583
4	72 470	80 433

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 20 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo de 10 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações.

Obrigações:

- Comunicar ao Instituto Geológico e Mineiro com a antecedência de 30 dias a data prevista para a entrada em produção, tendo em conta que esta deverá ser iniciada dentro de três meses, contados da data da publicação no *Diário da República* do presente extracto;
- Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de lavra e os programas anuais aprovados;
- Dar toda a colaboração na possível criação de complexos industriais, de comprovada viabilidade económica, relacionados com a actividade, em condições justas e de acordo com os objectivos de desenvolvimento nacional e regional;
- Se no decurso dos trabalhos de exploração forem detectadas ocorrências minerais, de reconhecido valor económico, que não as abrangidas pelo presente contrato, a sociedade obriga-se a informar o Instituto Geológico e Mineiro, indicando também as medidas que se propõe adoptar, em face das características da ocorrência, tendo em vista o seu aproveitamento;
- Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 2 000 000\$;
- Pagar a título de encargo de exploração uma percentagem de 3% do valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

Todos os bens afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena da sociedade sem prejuízo dos direitos de terceiros, quando se verifique a caducidade do presente contrato no termo do seu período inicial ou da prorrogação concedida nos termos do seu artigo 3.º

Instituto Geológico e Mineiro, 27 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Rodrigues da Costa*.

1-2-8627

Aviso

Extracto do contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração do depósito mineral de quartzo e feldspato, a que corresponde o n.º C-68 de cadastro e a denominação de Serrado 2, localizado na freguesia de Maçainhas, concelho de Belmonte, distrito de Castelo Branco, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90, e nos termos dos artigos 16.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março:

Concessionário — Adelino Duarte da Mota, S. A.

Área concedida — 4,6280 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	71 784	80 580
2	71 784	80 725
3	71 909	80 725
4	71 909	80 802
5	72 013	80 802
6	72 046	80 697
7	72 037	80 580

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 20 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo de 10 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações.

Obrigações:

- Comunicar ao Instituto Geológico e Mineiro com a antecedência de 30 dias a data prevista para a entrada em produção, tendo em conta que esta deverá ser iniciada dentro de três meses contados da data da publicação no *Diário da República* do presente extracto;

- b) Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de lavra e os programas anuais aprovados;
- c) Dar toda a colaboração na possível criação de complexos industriais, de comprovada viabilidade económica, relacionados com a actividade, em condições justas e de acordo com os objectivos de desenvolvimento nacional e regional;
- d) Se no decurso dos trabalhos de exploração forem detectadas ocorrências minerais, de reconhecido valor económico, que não as abrangidas pelo presente contrato, a sociedade obriga-se a informar o Instituto Geológico e Mineiro, indicando também as medidas que se propõe adoptar, em face das características da ocorrência, tendo em vista o seu aproveitamento;
- e) Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 2 000 000\$;
- f) Pagar a título de encargo de exploração uma percentagem de 3% do valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

Todos os bens afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena da sociedade sem prejuízo dos direitos de terceiros, quando se verifique a caducidade do presente contrato no termo do seu período inicial ou da prorrogação concedida nos termos do seu artigo 3.º

Instituto Geológico e Mineiro, 26 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luis Rodrigues da Costa*.

1-2-8628

Aviso

Extracto do contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração do depósito mineral de quartzo e feldspato, a que corresponde o n.º C-69 de cadastro e a denominação de ADE, localizado nas freguesias de Ade e Monte Perobolço, concelho de Almeida, distrito da Guarda, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90, e nos termos dos artigos 16.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março:

Concessionário — Adelino Duarte da Mota, S. A.

Área concedida — 57,0313 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	95 400	99 000
2	96 100	98 950
3	98 200	99 650
4	98 200	99 525
5	96 425	98 800
6	95 500	98 700

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 20 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo de 10 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações.

Obrigações:

- a) Comunicar ao Instituto Geológico e Mineiro com a antecedência de 30 dias a data prevista para a entrada em produção, tendo em conta que esta deverá ser iniciada dentro de três meses contados da data da publicação no *Diário da República* do presente extracto;
- b) Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de lavra e os programas anuais aprovados;
- c) Prosseguir com os trabalhos de reconhecimento da área demarcada tendo em vista a sua completa avaliação;
- d) Dar toda a colaboração na possível criação de complexos industriais, de comprovada viabilidade económica, relacionados com a actividade, em condições justas e de acordo com os objectivos de desenvolvimento nacional e regional;

- e) Se no decurso dos trabalhos de exploração forem detectadas ocorrências minerais, de reconhecido valor económico, que não as abrangidas pelo presente contrato, a sociedade obriga-se a informar o Instituto Geológico e Mineiro, indicando também as medidas que se propõe adoptar, em face das características da ocorrência, tendo em vista o seu aproveitamento;
- f) Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 2 000 000\$;
- g) Pagar a título de encargo de exploração uma percentagem de 3% do valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

Todos os bens afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena da sociedade sem prejuízo dos direitos de terceiros, quando se verifique a caducidade do presente contrato no termo do seu período inicial ou da prorrogação concedida nos termos do seu artigo 3.º

Instituto Geológico e Mineiro, 27 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luis Rodrigues da Costa*.

1-2-8629

Aviso

Extracto do contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto do contrato de concessão de exploração do depósito mineral de quartzo e feldspato, a que corresponde o n.º C-70 de cadastro e a denominação de Gonçalves Sul, localizado na freguesia de Gonçalves, concelho e distrito da Guarda, celebrado em 2 de Outubro de 1996, ao abrigo dos artigos 9.º e 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 90/90, e nos termos dos artigos 16.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março:

Concessionário — José Almeida Lagoa & Filhos, L.ª

Área concedida — 51,2963 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértice	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
1	67 210,0	83 397,5
2	67 662,5	84 207,5
3	67 944,5	83 901,5
4	67 941,5	83 428,5
5	67 335,6	83 024,6
6	67 204,5	83 123,5

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 15 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo de 10 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações. Atentos os mesmos princípios, poderá ser concedida nova prorrogação que não exceda cinco anos.

Obrigações:

- a) Comunicar ao Instituto Geológico e Mineiro com a antecedência de 30 dias a data prevista para a entrada em produção, tendo em conta que esta deverá ser iniciada dentro de três meses contados da data da publicação no *Diário da República* do presente extracto;
- b) Executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de lavra e os programas anuais aprovados;
- c) Prosseguir com os trabalhos de reconhecimento visando a total avaliação da área demarcada, tendo em conta as necessidades decorrentes do desenvolvimento da exploração;
- d) Dar toda a colaboração na possível criação de complexos industriais, de comprovada viabilidade económica, relacionados com a actividade, em condições justas e de acordo com os objectivos de desenvolvimento nacional e regional;
- e) Se no decurso dos trabalhos de exploração forem detectadas ocorrências minerais, de reconhecido valor económico,

mico, que não as abrangidas pelo presente contrato, a sociedade obriga-se a informar o Instituto Geológico e Mineiro, indicando também as medidas que se propõe adoptar, em face das características da ocorrência, tendo em vista o seu aproveitamento;

- f) Prestar uma caução sob a forma de garantia bancária no valor de 2 000 000\$;
- g) Pagar a título de encargo de exploração uma percentagem de 3% do valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados.

Todos os bens afectos à exploração manter-se-ão na propriedade plena da sociedade ressalvados os direitos de terceiros, quando se verifique a caducidade do presente contrato no final do seu período inicial ou das prorrogações concedidas nos termos do seu artigo 3.º

Instituto Geológico e Mineiro, 27 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Rodrigues da Costa*.

1-2-8630

Aviso

Extracto da adenda ao contrato de exploração

Para efeitos do n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, publica-se o extracto da adenda assinada em 2 de Outubro de 1996, pela qual é alterada, ao abrigo do artigo 24.º do mesmo decreto-lei a área da concessão de exploração do depósito mineral de caulino, a que corresponde o n.º C-3 de cadastro e a denominação de Mosteiros, localizado nas freguesias de Alcanede e Gançaria, concelho e distrito de Santarém, concedida por contrato celebrado em 18 de Setembro de 1991, cujo extracto foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 1992.

Concessionário — CAULIMINAS — Sociedade Mineira, S. A.

Área concedida após alteração — 405,4622 ha, delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas rectangulares planas, no sistema Hayford-Gauss, referidas ao ponto central são os seguintes:

Vértices	Meridiana (m)	Perpendicular (m)
A	— 61 888,902	— 26 463,091
B	— 61 589,606	— 27 302,098
C	— 61 950,000	— 27 670,000
D	— 62 200,000	— 27 420,000
E	— 62 900,000	— 28 110,000
F	— 63 075,000	— 27 935,000
G	— 65 190,000	— 30 050,000
H	— 65 800,000	— 29 440,000
I	— 65 070,000	— 28 740,000
J	— 64 980,000	— 28 820,000
K	— 62 900,000	— 26 690,000
L	— 62 635,000	— 26 940,000
M	— 61 982,226	— 26 282,461

Prazo — o prazo inicial da concessão é de 40 anos, o qual será prorrogado a pedido da concessionária pelo prazo não superior a 15 anos, desde que não se verifique falta de cumprimento das suas obrigações. Atentos os mesmos princípios, poderá ser concedida nova prorrogação de 10 anos. Os prazos de duração da concessão são contados a partir de 18 de Setembro de 1991, data da assinatura do respectivo contrato de concessão.

A sociedade obriga-se a apresentar no prazo máximo de seis meses contados da data da celebração da adenda, um plano de lavra unificado e actualizado que tenha em conta a actual demarcação da concessão e a redefinição das medidas de protecção ambiental à luz das recomendações da Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental de Mosteiros.

Instituto Geológico e Mineiro, 25 de Novembro de 1996. —
O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Rodrigues da Costa*.

1-2-8631

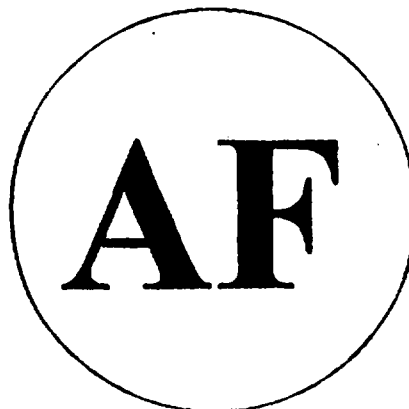
Instituto Português da Qualidade

Certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.96.6.214

Ao abrigo do artigo 8.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, e do artigo 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 272/89, de 19 de Agosto, e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86, de 25 de Outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro, e das disposições da Portaria n.º 299/86, de 20 de Junho, é reconhecida a qualificação à empresa António Pais Fazenda, com sede em Santa Marinha, 6270 Seia, na qualidade de instalador de tacógrafos, estando autorizado a realizar a 2.ª fase da primeira verificação e a verificação periódica bienal e a colocar a respectiva marca própria, em anexo, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem previstos nos respectivos esquemas constantes dos processos arquivados no Instituto Português da Qualidade.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

Instituto Português da Qualidade, 12 de Novembro de 1996. —
O Vice-Presidente, *Manuel Vidigal*.



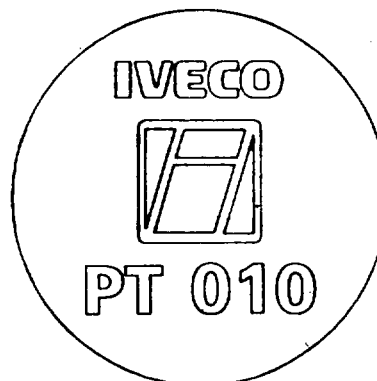
0-2-98 496

Certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.96.6.215

Ao abrigo do artigo 8.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, e do artigo 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 272/89, de 19 de Agosto, e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86, de 25 de Outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro, e das disposições da Portaria n.º 299/86, de 20 de Junho, é reconhecida a qualificação à empresa Rodosul — Companhia dos Veículos do Sul, S. A., com sede na EN 10, Edifício Rodosul, Vale do Cobro, 2900 Setúbal, na qualidade de instalador de tacógrafos, estando autorizado a realizar a 2.ª fase da primeira verificação e a verificação periódica bienal e a colocar a respectiva marca própria, em anexo, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem previstos nos respectivos esquemas constantes dos processos arquivados no Instituto Português da Qualidade.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

Instituto Português da Qualidade, 12 de Novembro de 1996. —
O Vice-Presidente, *Manuel Vidigal*.



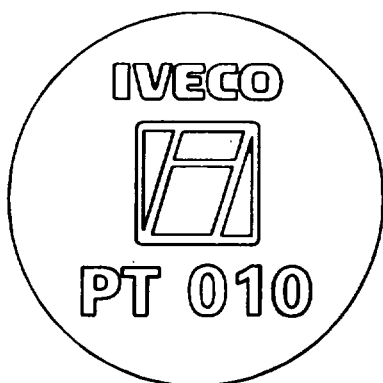
0-2-98 497

**Certificado de reconhecimento de qualificação
de instalador de dispositivos limitadores de velocidade
n.º 101.99.96.6.212**

Ao abrigo do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 281/94, de 11 de Novembro, e nos termos das disposições da Portaria n.º 279/95, de 7 de Abril, é reconhecida a qualificação à empresa Rodosul — Companhia de Veículos do Sul, S. A., com sede na EN 10, Edifício Rodosul, Vale do Cobro, 2900 Setúbal, na qualidade de instalador de dispositivos limitadores de velocidade, estando autorizado a colocar a respectiva marca própria, em anexo, nos locais previstos nos respectivos esquemas de selagem.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

Instituto Português da Qualidade, 21 de Novembro de 1996. —
O Vice-Presidente, *Manuel Vidigal*.



0-2-98 498

**MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL**

Direcção-Geral da Acção Social

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, aplicável por força da Portaria n.º 466/86, de 25 de Agosto, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da associação abaixo identificada, instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 14/96, a fls. 115 v.º e 116, do livro n.º 1 das Instituições Com Fins de Saúde e considera-se efectuado em 9 de Dezembro de 1996, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Évora.

Sede — (provisória) Rua de Manuel do Olival, 16, Évora.

Os objectivos e as condições de admissão e exclusão de sócios, constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 154, de 6 de Julho de 1994.

Direcção-Geral da Acção Social, 16 de Dezembro de 1996. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.
9-2-2828

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade

social, abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 55/91, a fl. 191 do livro n.º 4 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 21 de Março de 1990, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Foi igualmente lavrado, pelo averbamento n.º 1, o registo provisorio da alteração global de estatutos, convertido em definitivo pelo averbamento n.º 2 à referida inscrição.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — Associação Social, Cultural e Recreativa e Desportiva de Moure de Madalena.

Sede — Moure de Madalena, freguesia do Campo, Viseu.

Fins — Apoiar a infância, juventude e terceira idade, em ocupação de tempos livres.

Admissão de sócios — Podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e pessoas colectivas.

Exclusão de sócios — Perdem a qualidade de associado os sócios que, pedirem a sua exoneração, os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses e os que, por actos dolosos, tenham prejudicado materialmente a associação.

Direcção-Geral da Acção Social, 16 de Dezembro de 1996. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.
9-2-2829

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 63/96, a fl. 137 v.º do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 9 de Novembro de 1995, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação — Associação de Solidariedade Montejunto.

Sede — Lugar de Pragança, freguesia de Lamas, concelho do Cadaval.

Os objectivos e condições de admissão e exclusão dos associados, constam do *Diário da República*, 3.ª série, n.º 248, de 26 de Outubro de 1995.

Direcção-Geral da Acção Social, 17 de Dezembro de 1996. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.
9-2-2830

TRIBUNAIS

2.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE ALMADA

Anúncio

A Dr.ª Maria Adelaide de Jesus Domingos, juiz de direito do Tribunal Judicial da Comarca de Almada:

Faz saber que por sentença proferida em 26 de Novembro de 1996, nos autos de recuperação de empresa n.º 637/95, que correm seus termos pelo 2.º Juízo Cível desta Comarca, foi declarada a falência da sociedade Construções António Lopes Barbós, L.ª, fixando a sede da falida na Estrada Nacional 10, lote B, 8.º, direito, Corroios, 2840 Seixal.

Para liquidatário judicial foi nomeado o Dr. Carlos Pedro Machado de Sousa Góis, tendo sido nomeados para constituir a comissão de credores a Caixa Económica Montepio Geral, que presidirá, Caixa Geral de Depósitos e Crédito Predial Português.

Na douda sentença foi decretada a apreensão dos bens e fixado o prazo de 60 dias para a reclamação de créditos que começa a correr desde a data da publicação da sentença no *Diário da República*, não carecendo os credores cujos créditos já foram reclamados de voltar a reclamá-los, pois é aproveitado todo o anterior processado.

2.º Juízo Cível da Comarca de Almada, 17 de Dezembro de 1996. — A Juíza de Direito, *Maria Adelaide Jesus Domingos*. — O Escrivão-Adjunto, *Vítor Manuel J. Antunes*. 3-2-28 480

2.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio

Faz-se saber que pelo 2.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Braga corre termos o processo especial de falência n.º 630/2/96 em que é requerente Confecções Montez, L.ª, sociedade comercial por quotas, contribuinte n.º 502395575, com sede na Rua dos Barbosas, 79, rés-do-chão, Braga, ficam por este meio citados todos os credores da requerente, Confecções Montez, L.ª, para, no prazo de 14 dias, findos os éditos de 14 dias, contados da data da publicação do último anúncio, não só deduzirem oposição ou justificarem os seus créditos, como propor qualquer providência para a recuperação da empresa diferente da requerida, devendo em todos os casos, oferecer logo os meios de prova de que disponham, conforme o n.º 2 do artigo 20.º do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril, bem como para, querendo, os credores, pronunciar-se quer sobre a pessoa a nomear como liquidatário judicial, sendo que a apresentante sugere o Dr. Joaquim Fernandes da Silva, casado, gestor de empresas com escritório na Rua do Dr. Francisco Duarte, 75, 3.º, A, Braga, e ainda para se pronunciar quanto ao pedido de apoio judiciário formulado pela requerente.

Consigna-se para os fins do disposto no artigo 19.º, n.º 1, do referido Código, que a petição inicial deu entrada em juízo em 4 de Novembro de 1996.

2.º Juízo Cível da Comarca de Braga, 12 de Novembro de 1996. — O Juiz de Direito, *João Manuel Araújo Ramos Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Virgília Maria Ribeiro da Costa e Silva*. 0-2-98 595

8.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio

O Dr. José Manuel Pinto Rocha, juiz de direito da 3.ª Secção do 8.º Juízo Cível de Lisboa:

Faz saber que neste juízo e secção, correm termos uns autos de falência, registados sob o n.º 889/96, os quais foram distribuídos no dia 14 de Novembro de 1996, em que é requerente Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., com sede na Avenida da Liberdade, 195, em Lisboa, e requerida Manuel da Silva Barreiros e Filhos, L.ª, com sede na Rua do Convento da Encarnação, 33, em Lisboa.

São citados todos os credores da requerida, para no prazo de 14 dias, finda a dilação de 14 dias, que começa a contar da data da publicação do anúncio no *Diário da República*, para deduzirem oposição ao pedido, justificarem os seus créditos, proporem qualquer providência diferente da requerida, devendo, em todos os casos, oferecerem os meios de prova de que disponham, se pronunciarem, até ao despacho sobre o prosseguimento da acção, sobre a identidade do liquidatário e dos credores a nomear para a comissão de credores, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril.

8.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, 9 de Novembro de 1996. — O Juiz de Direito, *José Manuel Pinto Rocha*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Margarida P. R. S. Neves*. 3-2-28 474

14.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio

O Dr. Luciano Farinha Alves, juiz de direito do 14.º Juízo Cível de Lisboa, 1.ª Secção:

Faz saber que pela 1.ª Secção deste Juízo e Secção e nos autos de recuperação de empresa n.º 444/96, em que é requerente Confecções Temper, L.ª, com sede na Rua de Salvador Allende, lote 15, 2.º, em Sacavém, correm éditos de 14 dias, citando os credores desconhecidos, para, no prazo de 14 dias, findo o dos éditos, contados da publicação do último anúncio, deduzirem oposição, justificarem sumariamente os créditos ou requererem algumas das providências diferentes da requerida nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril (Código dos Processos Especiais de Recuperação e Empresas e de Falência) devendo ainda juntar documentos e requerer os demais meios de prova.

Para constar se lavrou o presente edital e mais dois de igual teor a fim de serem devidamente afixados.

14.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa, 18 de Dezembro de 1996. — O Juiz de Direito, *Luciano Farinha Alves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*). 2-2-179

TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Anúncio

Faz-se saber que, por sentença de 29 de Maio de 1992, proferida nos autos de insolvência n.º 242/91, em que é requerente Banco Comercial Português, S. A., com sede na Rua de Júlio Dinis, 705-719, Porto, e requeridos José Manuel Castro Oliveira e mulher, Matilde Eduarda Henriques de Barros Castro Oliveira, residentes na Rua do Dr. Gaspar Frutuoso, 4 e 6, Funchal, foram os requeridos, declarados insolventes, tendo sido fixado em 60 dias, contados da publicação deste anúncio, no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos.

Tribunal da Comarca do Funchal, 24 de Junho de 1992. — O Juiz de Direito, *José Augusto Gonçalves da Fonseca e Ramos*. — O Escrivão-Adjunto, *Armando da Ponte Pestana*. 0-2-98 591

TRIBUNAL DA COMARCA DO MONTIJO

Anúncio

A Dr.ª Carla Isabel de Jesus Oliveira, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca do Montijo:

Faz saber que neste juízo correm éditos de 14 dias, contados da segunda e última publicação dos anúncios, citando os credores desconhecidos da requerida firma Cerâmica Amados, L.ª, com sede na Rua da Barreiras, Montijo, para virem aos autos de falência n.º 320/96, 1.º Juízo, em que são requerentes José Domingos de Jesus, residente na Rua de Sacadura Cabral, 41, 1.º, Montijo, e Guilherme Nicolau Soares, residente em Alto da Pacheca, São Francisco, Alcochete, a qual deu entrada neste Tribunal no dia 7 de Outubro de 1996, no prazo de 14 dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem oposição, justificarem os seus créditos ou proporem quaisquer providências diferentes da requerente, devendo logo consignar os meios que disponham (artigos 14.º e 20.º ambos do Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril).

Para constar se lavrou o presente e para os fins de publicação.

Tribunal da Comarca do Montijo, 19 de Novembro de 1996. — A Juíza de Direito, *Carla Isabel de Jesus Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Olímpia de Sousa*. 0-2-98 570

TRIBUNAL DA COMARCA DE SINTRA

Anúncio

Faz-se saber que, por sentença de 14 de Novembro de 1996, foi declarada em estado de falência a firma Pulrevi Pultrusão de Resina e Vidro, S. A., com sede nem Manique de Cima, Sintra, tendo sido fixado o prazo de 40 dias, a contar da publicação do anúncio no *Diário da República*, para os credores reclamarem créditos.

Tribunal da Comarca de Sintra, 18 de Novembro de 1996. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Soares*. — A Escrivã-Adjunta, *Diamantina Fialho Marques*. 3-2-28 481

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Anúncio

Concurso externo de Ingresso para técnico superior (biblioteca e documentação) de 2.ª classe

Afixação de lista de classificação

Para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 52/91, de 25 de Janeiro, com referência à alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º, por remissão do artigo 33.º, ambos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que a lista de classificação final do concurso externo, de ingresso, para técnico superior (biblioteca e documentação) de 2.ª classe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 120, de 23 de Maio de 1996, encontra-se afixada no átrio de entrada do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, à Avenida da República, 21, 1050 Lisboa, para consulta dos interessados.

Paços do Concelho de Lisboa, 26 de Dezembro de 1996. — O Director do Departamento, por subdelegação, o Chefe da Divisão de Administração, *Carlos Remédio Pires*. 4-1-5205

Anúncio

Concurso Interno geral de acesso para engenheiro técnico civil, especialista

Afixação de lista de classificação

Para efeitos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 52/91, de 25 de Janeiro, com referência à alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º, por remissão do artigo 33.º, ambos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso, para engenheiro técnico civil, especialista, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 120, de 23 de Maio de 1996, encontra-se afixada no átrio de entrada do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, à Avenida da República, 21, 1050 Lisboa, para consulta dos interessados.

Paços do Concelho de Lisboa, 26 de Dezembro de 1996. — O Director do Departamento, por subdelegação, o Chefe da Divisão de Administração, *Carlos Remédio Pires*. 4-1-5206

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do signatário de 10 de Dezembro de 1996, foi concedida à funcionária *Maria Irene Costa Reis*, licença sem vencimento pelo período de 90 dias, ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, com efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1996.

Paços do Município de Sesimbra, 13 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Ezequiel Lino*. 3-1-18 015

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso

Concurso externo para provimento de seis lugares de viveirista

Para os devidos efeitos torna-se público que por despacho de 4 de Dezembro de 1996, e nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, foi determinado abrir o concurso externo de ingresso para provimento de seis lugares de viveirista, existente no quadro de pessoal desta Câmara Municipal, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A remuneração será a correspondente ao índice 125 da escala indicária para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente no valor de 65 400\$.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 52/91, de 25 de Janeiro, faz-se constar:

1 — Consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, informou não existir de momento qualquer efectivo excedente com as características referidas.

2 — O concurso é de provimento, válido para as vagas postas a concurso.

3 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

3.1 — Gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3.2 — Habilitações literárias e ou profissionais — a escolaridade obrigatória.

4 — Métodos de selecção:

4.1 — Métodos de selecção:

Entrevista — 50%;

Prova prática de conhecimentos — 50%.

4.2 — Factores de ponderação da entrevista:

Motivação;

Conhecimentos profissionais.

4.3 — A prova prática de conhecimentos consistirá no seguinte:

Envasamento de plantas, sachas e mondas, utilização de fertilizantes, podas e trabalhos inerentes à boa conservação e manutenção de floreiras.

5 — As candidaturas devem ser formuladas mediante requerimento, em folha A4 ou em minuta própria existente na Divisão de Gestão de Pessoal, dirigida ao presidente desta Câmara, dele devendo constar:

- a) Identificação completa (nome completo, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número fiscal de contribuinte);
- b) Habilitações literárias;
- c) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

5.1 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae*;
- b) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
- c) Declaração ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea c) do número anterior, sem o que as mesmas não serão consideradas;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;
- e) Dos requisitos gerais de admissão previstos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 3.1 do presente aviso.

5.2 — A apresentação da documentação mencionada na alínea e) do número anterior é temporariamente dispensada, desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

5.3 — O requerimento e demais documentação devem ser entregues pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Gestão de Pessoal, sita na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 10, rés-do-chão, Loures, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao fim do prazo fixado, para a Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, 2670 Loures.

6 — O local de trabalho é no concelho de Loures.

7 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República* e afixadas nos Paços do Município.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria de Lourdes Alves Rodrigues, directora do Departamento de Recursos Humanos.

Vogais efectivos:

- 1.º Dr. João Evangelista Moura Pires, técnico superior de psicologia principal.
- 2.º Engenheiro Vítor Bernardino Figueiredo, engenheiro técnico agrário especialista.

Vogais suplentes:

- 1.º Fausto Augusto Neves Marinho, encarregado de serviços de higiene e limpeza.
- 2.º Dr. Sérgio Manuel Pratas, estagiário jurista.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

9 — Descrição sumária de funções — executa tarefas em viveiros de plantas, tendo por objectivo a cultura de sementes, bolbos e podas, porta-enxertos, arbustos, árvores e flores ao ar livre ou em estufas no sentido de criar novas variedades.

Paços do Município de Loures, 6 de Dezembro de 1996. — Por Delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Francisco Pereira*.

3-1-18 010

Aviso

Concurso externo para provimento de seis lugares de fiel de armazém

Para os devidos efeitos torna-se público que por despacho de 4 de Dezembro de 1996, e nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, foi determinado abrir o concurso externo de ingresso para provimento de seis lugares de fiel de armazém, existente no quadro de pessoal desta Câmara Municipal, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A remuneração será a correspondente ao índice 125 da escala indicária para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente no valor de 65 400\$.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 52/91, de 25 de Janeiro, faz-se constar:

1 — Consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, informou não existir de momento qualquer efectivo excedente com as características referidas.

2 — O concurso é de provimento, válido para as vagas postas a concurso.

3 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

3.1 — Gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3.2 — Habilitações literárias e ou profissionais — a escolaridade obrigatória.

4 — Métodos de selecção:

4.1 — Métodos de selecção:

Entrevista — 40%;
Avaliação curricular — 30%;
Prova de conhecimentos — 30%.

4.2 — Factores de ponderação da entrevista:

Motivação;
Conhecimentos profissionais.

4.3 — A prova prática de conhecimentos consistirá no seguinte:

Lei das autarquias locais — Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelas:

Lei n.º 25/95, de 12 de Agosto;
Lei n.º 18/91, de 12 de Junho.

Constituição da República Portuguesa — títulos VIII e IX.

5 — As candidaturas devem ser formuladas mediante requerimento, em folha A4 ou em minuta própria existente na Divisão de Gestão de Pessoal, dirigida ao presidente desta Câmara, dele devendo constar:

- a) Identificação completa (nome completo, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número fiscal de contribuinte);
- b) Habilitações literárias;
- c) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

5.1 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae*;
- b) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
- c) Declaração ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea c) do número anterior, sem o que as mesmas não serão consideradas;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;
- e) Dos requisitos gerais de admissão previstos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 3.1 do presente aviso.

5.2 — A apresentação da documentação mencionada na alínea e) do número anterior é temporariamente dispensada, desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

5.3 — O requerimento e demais documentação devem ser entregues pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, Divisão

de Gestão de Pessoal, sita na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 10, rés-do-chão, Loures, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao fim do prazo fixado, para a Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, 2670 Loures.

6 — O local de trabalho é no concelho de Loures.

7 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República* e afixadas nos Paços do Município.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria de Lourdes Alves Rodrigues, directora do Departamento de Recursos Humanos.

Vogais efectivos:

1.º Dr. João Evangelista Moura Pires, técnico superior de psicologia principal.

2.º Dr.ª Susana Paula Custódio Santos, técnico superior de gestão de empresas estagiária.

Vogais suplentes:

1.º Dr. Sérgio Manuel Pratas, estagiário jurista.

2.º Manuel Francisco Patinhas Mendes, chefe de armazém.

O presidente será substituído na suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

9 — Descrição sumária de funções — recebe, armazena e fornece contra requisição, matérias-primas, ferramentas, acessórios e materiais diversos, escritura as entradas e saídas dos materiais em fichas próprias. Determina os saldos e regista-os e envia periodicamente aos serviços competentes toda a documentação necessária à contabilização das operações subsequentes. Zela pelas boas condições de armazenagem dos materiais e arruma-os e retira-os para fornecimento.

Paços do Município de Loures, 6 de Dezembro de 1996. — Por Delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Francisco Pereira*.

3-1-18 011

Aviso

Concurso externo de ingresso para pedreiro do quadro de pessoal

Para os devidos efeitos torna-se público que por despacho de 4 de Dezembro de 1996, e nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, foi determinado abrir o concurso externo de ingresso para provimento de 21 pedreiros, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A remuneração será a correspondente ao índice 125 da escala indicatória para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente no valor de 65 400\$.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 52/91, de 25 de Janeiro, faz-se constar:

1 — Consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, informou não existir de momento qualquer efectivo excedente com as características referidas.

2 — O concurso é de provimento, válido para as vagas postas a concurso.

3 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

3.1 — Gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias e ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3.2 — Habilitações literárias e ou profissionais — a escolaridade obrigatória.

4 — Métodos de selecção:

4.1:

Prova prática — 50%;

Entrevista — 50%.

4.2 — Factores de ponderação da entrevista:

Motivação;

Conhecimentos profissionais.

4.3 — Programa da prova prática:

Execução de reboco;

Assentamento de alvenarias e azulejos.

5 — As candidaturas devem ser formuladas mediante requerimento, em folha A4 ou em minuta própria existente na Divisão de Gestão de Pessoal, dirigida ao presidente desta Câmara, dele devendo constar:

- Identificação completa (nome completo, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número fiscal de contribuinte);
- Habilitações literárias;
- Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

5.1 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

- Curriculum vitae*;
- Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea c) do número anterior, sem o que as mesmas não serão consideradas;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Dos requisitos gerais de admissão previstos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 3.1 do presente aviso.

5.2 — A apresentação da documentação mencionada na alínea e) do número anterior é temporariamente dispensada, desde que o candidato declare no requerimento, sob compromisso de honra, a situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais mencionados.

5.3 — O requerimento e demais documentação devem ser entregues pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Gestão de Pessoal, sita na Rua do Dr. Manuel de Arriaga, 10, rés-do-chão, Loures, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao fim do prazo fixado, para a Câmara Municipal de Loures, Praça da Liberdade, 2670 Loures.

6 — O local de trabalho é no concelho de Loures.

7 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República* e afixadas nos Paços do Município.

Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Maria de Lourdes Alves Rodrigues, directora do Departamento de Recursos Humanos.

Vogais efectivos:

1.º Dr. Sérgio Manuel Pratas, estagiário jurista.

2.º Engenheiro Martiniano Elias Gomes Mateus, chefe da Divisão de Infra-Estruturas.

Vogais suplentes:

1.º Engenheiro Fernando Flores dos Santos, chefe da Divisão de Habitação.

2.º Engenheiro José António Rodrigues André, chefe da Divisão de Conservação e Manutenção de Equipamento.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

8 — Descrição sumária de funções — aparelha pedra em grosso; executa alvenaria de pedra, tijolo, de blocos de cimento, podendo também fazer o respectivo reboco; procede ao assentamento de manilhas, tubos e cantarias; executa muros e estruturas simples, com ou sem armaduras, podendo também encarregar-se de montagem de armaduras muito simples; executa outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; instrui ou supervisiona no trabalho dos aprendizes ou serventes que lhe estejam afectos.

Paços do Município de Loures, 11 de Dezembro de 1996. — Por Delegação do Presidente da Câmara, o Vereador, *Francisco Pereira*.
3-1-18 012

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 105/96

Abertura de concursos internos gerais de acesso

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do conselho de administração de 30 de Outubro de 1996, encontram-se abertos pelo prazo de 10 dias úteis, contado da data da publicação deste aviso no *Diário da República* os concursos internos gerais de acesso mencionados no n.º 5.

1 — Estes concursos regem-se pelo Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 52/91, de 25 de Janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

2 — Os candidatos deverão entregar pessoalmente na secretaria-geral dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, ou remeter pelo correio, com aviso de recepção, até ao prazo acima referido, para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, Rua da Ilha da Madeira, 2, 2670 Loures, requerimento de admissão aos concursos abaixo mencionados, em minuta própria existente no sector de recrutamento e selecção da Divisão de Recursos Humanos, ou em folha A4.

O requerimento de candidatura deverá ser dirigido ao presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Loures, do qual deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome completo, naturalidade, estado civil, data de nascimento, número, data de emissão e de validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, morada, código postal e telefone);
- Identificação da categoria, natureza do vínculo, bem como menção do lugar a que concorre e do *Diário da República* em que o presente aviso foi publicado;
- Menção qualitativa da classificação de serviços dos anos relevantes para promoção.

Será dispensada a apresentação de documentos comprovativos das situações acima descritas, desde que os candidatos declarem no requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram, com assinatura.

Os candidatos deverão anexar ao requerimento de candidatura fotocópia do bilhete de identidade actualizado, *curriculum vitae* detalhado e declaração onde conste o tempo de serviço na categoria, na carreira e na administração pública, bem como quaisquer outros elementos que entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito, juntando prova dos mesmos.

O júri deverá exigir aos candidatos, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

3 — O local de trabalho situa-se na área do concelho de Loures.

4 — As remunerações dos lugares a concurso serão as que resultarem do novo posicionamento na escala indiciária, em função do posicionamento actual dos candidatos, nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro, e demais remunerações acessórias e regalias sociais vigentes para a função pública.

5 — Relação de concursos:

5.1 — Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de tesoureiro de 2.ª classe (grupo de pessoal administrativo).

Caracterização genérica do conteúdo funcional — procede a cobranças e pagamentos entregando ou recebendo documentos de liquidação. Faz depósitos e levantamentos em bancos. Entrega os valores recebidos ou talões de depósitos, elaborando o respectivo documento.

Área de recrutamento — de entre tesoureiros de 3.ª classe e segundos-oficiais administrativos, todos com, pelo menos, três anos de serviço, classificados de *Bom* [alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho].

Constituição do júri:

Presidente — José Manuel Abrantes dos Santos, vogal do conselho de administração.

Vogais efectivos:

- 1.º Dr.ª Maria Elisabete Pais de Carvalho, chefe da Divisão de Recursos Humanos.
- 2.º Dr.ª Helena Costa Lopes Moura Campos, directora dos Serviços Administrativos.

Vogais suplentes:

- 1.º Joaquim Monteiro Marques, chefe da Divisão Financeira.
- 2.º Maria Ofélia Sequeira Machado Barata, chefe de secção.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

5.2 — Concurso interno geral de acesso para provimento de cinco lugares na categoria de oficial administrativo principal (grupo de pessoal administrativo).

Caracterização genérica do conteúdo funcional — funções que se enquadram em directivas gerais dos dirigentes e chefias, de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade-processamento, pessoal e aprovisionamento e economato, tendo em vista assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos da prestação de bens e serviços.

Área de recrutamento — de entre primeiros-oficiais com um mínimo de três anos na categoria, classificados de *Bom* [alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, por força do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho].

Constituição do júri:

Presidente — José Manuel Abrantes dos Santos, vogal do conselho de administração.

Vogais efectivos:

- 1.º Dr.ª Maria Elisabete Pais de Carvalho, chefe da Divisão de Recursos Humanos.
- 2.º Dr.ª Maria Virgínia Rodrigues Boto Domingos Rosa, chefe da Divisão Comercial.

Vogais suplentes:

- 1.º Joaquim Monteiro Marques, chefe da Divisão Financeira.
- 2.º Engenheiro Paulino Carvalho Costa, chefe da Divisão de Águas.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

5.3 — Concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares na categoria de segundo-oficial administrativo (grupo de pessoal administrativo).

Caracterização genérica do conteúdo funcional — funções que se enquadram em directivas gerais dos dirigentes e chefias, de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade-processamento, pessoal e aprovisionamento e economato, tendo em vista assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos da prestação de bens e serviços.

Área de recrutamento — de entre terceiros-oficiais com um mínimo de três anos na categoria, classificados de *Bom* [alínea a) do

n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, por força do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho].

Constituição do júri:

Presidente — José Manuel Abrantes dos Santos, vogal do conselho de administração.

Vogais efectivos:

- 1.º Dr.ª Maria Elisabete Pais de Carvalho, chefe da Divisão de Recursos Humanos.
- 2.º Dr.ª Maria Virgínia Rodrigues Boto Domingos Rosa, chefe da Divisão Comercial.

Vogais suplentes:

- 1.º Dr. Carlos Fernando Alves Jacinto, técnico superior de 1.ª classe.
- 2.º Maria Margarida Santos Freitas, chefe de secção.

O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

6 — Métodos de selecção:

6.1 — Métodos de selecção a aplicar ao concurso 5.1:

Avaliação curricular — 50%;
Entrevista profissional de selecção — 50%.

$$CF = 0,5AC + 0,5EPS$$

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

$$AC = \frac{2,5EP + 0,5FP + 3CS}{6}$$

AC = avaliação curricular;
EP = experiência profissional;
FP = formação profissional;
CS = classificação de serviço.

Experiência profissional:

$$EP = 0,5a + 0,2b + 0,1c + 0,2d$$

Formação profissional:

Sem cursos — 12 valores;
Até 35 horas — 15 valores;
>35<=70 horas — 18 valores;
>70 horas — 20 valores.

Classificação de serviço — a classificação de serviço será igual a duas vezes a média aritmética das classificações de serviço dos últimos três anos.

Entrevista profissional de selecção:

Conhecimento da actividade dos SML;
Conhecimento das funções inerentes à categoria;
Relacionamento interpessoal;
Expectativas profissionais.

A entrevista profissional de selecção será classificada de 0 a 20 valores.

6.2 — Métodos de selecção a aplicar aos concursos 5.2 e 5.3:

$$CF = 0,5AC + 0,5EPS$$

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

$$AC = \frac{1HL + 3EP + 1FP + 2CS}{7}$$

AC = avaliação curricular;
HL = habilitações literárias;
EP = experiência profissional;
FP = formação profissional;
CS = classificação de serviço.

Habilitações literárias:

9.º ano — 16 valores;
Até ao 12.º ano — 18 valores;
>12.º ano — 20 valores.

Experiência profissional:

$$EP = 0,5a + 0,3b + 0,1c + 0,1d$$

Formação profissional:

Sem cursos — 14 valores;
Até 30 horas — 16 valores;
>30<=90 horas — 18 valores;
>90 horas — 20 valores.

Classificação de serviço — a classificação de serviço será igual a duas vezes a média aritmética das classificações de serviço dos últimos três anos.

Entrevista profissional de selecção:

Conhecimento da actividade dos SML;
Expectativas profissionais;
Relacionamento interpessoal;
Descrição das funções desenvolvidas.

A entrevista profissional de selecção será classificada de 0 a 20 valores.

6.3 — Factores de apreciação do parâmetro experiência profissional inserido na avaliação curricular, válidos para os concursos 5.1, 5.2 e 5.3:

EP = experiência profissional.

a = actividade desenvolvida;
b = tempo de serviço na categoria;
c = tempo de serviço na carreira;
d = tempo de serviço na administração pública.

a — A actividade desenvolvida, como factor de avaliação da experiência profissional, é classificada da seguinte forma:

Muito Bom — 18 a 20 valores;
Bom — 14 a 17 valores;
Suficiente — 10 a 13 valores;
Insuficiente — 0 a 9 valores.

b — Tempo de serviço na categoria:

- a) Antiguidade igual ou superior a 10 anos — 20 valores;
- b) Antiguidade igual ou superior a 8 anos e inferior a 10 anos — 18 valores;
- c) Antiguidade igual ou superior a 6 anos e inferior a 8 anos — 16 valores;
- d) Antiguidade igual ou superior a 4 anos e inferior a 6 anos — 14 valores;
- e) Antiguidade inferior a 4 anos — 12 valores;

c — Tempo de serviço na carreira:

- a) Antiguidade igual ou superior a 14 anos — 20 valores;
- b) Antiguidade igual ou superior a 12 anos e inferior a 14 anos — 18 valores;
- c) Antiguidade igual ou superior a 10 anos e inferior a 12 anos — 16 valores;
- d) Antiguidade igual ou superior a 8 anos e inferior a 10 anos — 14 valores;
- e) Antiguidade igual ou superior a 6 anos e inferior a 8 anos — 12 valores;
- f) Antiguidade inferior a 6 anos — 10 valores;

d — Tempo de serviço na administração pública:

- a) Antiguidade igual ou superior a 20 anos — 20 valores;
- b) Antiguidade igual ou superior a 16 anos e inferior a 20 anos — 18 valores;
- c) Antiguidade igual ou superior a 12 anos e inferior a 16 anos — 16 valores;
- d) Antiguidade igual ou superior a 8 anos e inferior a 12 anos — 14 valores;
- e) Antiguidade inferior a 8 anos — 10 valores;

7 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e as listas de classificação final dos concursos serão publicadas no *Diário da República* e afixadas nos locais de estilo nas instalações destes serviços.

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, 23 de Dezembro de 1996. — O Vogal do Conselho de Administração, *José Manuel Abrantes*. 3-1-18 008

Aviso n.º 111/96

Para os devidos efeitos torna-se público que o conselho de administração destes Serviços Municipalizados deliberou em reunião de 18 de Dezembro de 1996, nomear os candidatos aprovados nos seguintes concursos:

Concurso interno geral de acesso para um lugar de topógrafo especialista de 1.ª classe.

José Manuel Brito da Fonseca.

Concurso interno geral de acesso para um lugar de desenhador especialista:

Domingos Norberto Cardoso Cabaço.

Concurso interno geral de acesso para dois lugares de desenhador principal:

José Filipe Batista Isaac.

Mário de Sousa Fernandes.

Concurso interno geral de acesso para um lugar de tesoureiro de 1.ª classe:

Maria Perpétua Esteves Melo Martins.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

Mais se torna público que os nomeados deverão assinar os termos de aceitação de nomeação, no prazo de 20 dias contado da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, 20 de Dezembro de 1996. — O Vogal do Conselho de Administração, *José Manuel Abrantes*.

3-1-18 007

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso

Para os devidos efeitos, se torna público que o conselho de administração na sua reunião de 8 de Outubro de 1996, deliberou nomear, no concurso externo para um lugar de tractorista, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 136, de 14 de Junho de 1996, o candidato classificado em segundo lugar:

José João Conceição Matias (processo n.º 91 741, visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Dezembro de 1996. São devidos emolumentos.)

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Torres Vedras, 23 de Dezembro de 1996. — O Administrador com Delegação de Poderes na Área de Pessoal, *Francisco Manuel Costa Fernandes*.

4-1-5204

RECTIFICAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Aviso de rectificação

Para os devidos efeitos se rectifica o aviso desta Câmara Municipal, datado de 4 de Novembro de 1996, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 272, de 23 de Novembro de 1996, onde se lê «no uso da competência delegada por deliberação da Câmara de 3 de Janeiro de 1994» deverá ler-se «no uso da competência estabelecida na alínea a) do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho».

Paços do Município de Sesimbra, 26 de Novembro de 1996. — O Presidente da Câmara, *Ezequiel Lino*.

3-1-18 014

3. Diversos

CONVOCATÓRIAS

FIAÇÃO DE ALGODÕES DE COIMBRA (FIACO), S. A.

Assembleia geral anual

CONVOCATÓRIA

Convoco os Srs. Accionistas da Fiação de Algodões de Coimbra (FIACO), S. A., com sede no Loreto, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, com o capital social, integralmente realizado, de 300 000 000\$, pessoa colectiva n.º 500115044, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra sob o n.º 926, a fl. 120 do livro C-5, a reunirem-se em assembleia geral anual, que se realizará na sede social, no dia 15 de Fevereiro de 1997, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 1995;
- 2) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3) Proceder à apreciação global da administração e fiscalização da sociedade;
- 4) Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

O relatório de gestão e os documentos de prestação de contas estão patentes aos accionistas na sede da sociedade, nas horas de expediente, a partir do dia de hoje.

Nesta assembleia geral têm direito a estar presentes e a votar os accionistas que possuírem, pelo menos, 10 acções.

Coimbra, 16 de Dezembro de 1996. — O Presidente da Assembleia Geral, *Jorge António Bernardo*. 5-2-19 604

AVISOS

CENTRALCER — CENTRAL DE CERVEJAS, S. A.

Sede: Avenida do Almirante Reis, 115, Lisboa

Capital social: 9 500 000 000\$, integralmente realizado

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1631.

Pessoa colectiva n.º 500825815.

Reembolso dos 3 000 000 de títulos de participação Emissão de 1986

Informam-se os titulares dos títulos de participação Centralcer — Central de Cervejas, S. A. — Emissão de 1986, de que esta sociedade irá proceder ao reembolso dos mesmos, conforme deliberação aprovada pela assembleia geral de accionistas realizada no dia 10 de Dezembro de 1996.

O referido reembolso será efectuado a partir de 31 de Janeiro de 1997, através do Banco Espírito Santo.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1996. — Pelo Conselho de Administração, *(Assinatura ilegível.)* 1-2-8643

ASSOCIAÇÕES

ACB — ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO.

Certifico que, por escritura de 11 de Novembro de 1996, lavrada de fl. 53 a fl. 54 v.º do livro de escrituras diversas n.º 121-D do 2.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, a cargo do notário licenciado Eduardo Augusto de Paiva Taveira, foi constituída uma associação com

a denominação em epígrafe, que tem a sua sede na Rua de Álvaro Castêlhos, 77, rés-do-chão, esquerdo, cidade e concelho de Vila Nova de Famalicão e que tem por objecto a realização de acções cívicas, culturais, desportivas, beneficentes, educativas e recreativas, dirigidas a todos os níveis etários.

Está conforme e confere com o original na parte transcrita.

2.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, 20 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Goreti da Costa Ferreira*. 0-2-98 445

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE CAÇADORES E PESCADORES DE SANTIAGO DO ESCOURAL

Certifico que, por escritura de hoje, lavrada de fl. 27 v.º a fl. 30 do livro de notas para escrituras diversas n.º 149-B do Cartório Notarial de Montemor-o-Novo, a cargo da notária licenciada Maria do Rosário Namora Guerreiro da Cunha, foi constituída uma associação de caçadores e pescadores desportivos, sem fins lucrativos, com a denominação em epígrafe, que adopta a sigla ADCPSE, tem a sua sede na Rua de Machado dos Santos, 1, vila do Escoural, freguesia de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo, e que durará por tempo indeterminado, a contar da data da sua constituição.

Esta Associação tem como objecto promover concursos de pesca, caça de batida às raposas, torneios de tiro aos pratos e jogos diversos tais como damas, dominó, cartas, *snoocker*, jogos de vídeo e matraquilhos.

Podem associar-se todas as pessoas singulares maiores ou, no caso dos menores, quando devidamente autorizados por quem de direito, mediante proposta apresentada à direcção, desde que aceitem os estatutos e o regulamento geral interno, que serão elaborados em conformidade com as leis vigentes.

Os associados efectivos ficam obrigados ao pagamento de uma jóia inicial e de uma quota mensal, cujos montantes, que constarão do regulamento geral interno, serão fixados e alterados em assembleia geral, que igualmente deliberará acerca das subvenções e contribuições dos associados. Os montantes da jóia inicial e da quota mensal ficam, desde já, fixados, a título provisório, respectivamente, em 2500\$ e 150\$.

Está conforme e na parte omitida nada há além ou em contrário do que aqui se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Montemor-o-Novo, 19 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Rosa Maria Quadrado Cardoso Saiote*. 0-2-98 446

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE VALE DE MIRA

Certifico que, por escritura de 7 de Novembro de 1996, lavrada de fl. 14 a fl. 16 do livro de notas n.º 22-C do Cartório Notarial de Miranda do Douro, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede no lugar de Vale de Mira, freguesia de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro, e que tem por fim promover o convívio e o recreio entre a população de Vale de Mira, desenvolver acções com vista à defesa, promoção, divulgação e vivência da cultura mirandesa, com especial destaque para as vertentes do folclore, usos, costumes, tradições, língua, jogos tradicionais, arquitectura rural, artesanato e gastronomia, e ainda promover a realização de exposições agrícola-industriais e fomentar a realização de acções de esclarecimento e formação profissional que levem a um desenvolvimento global e harmonioso dos recursos humanos.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Miranda do Douro, 12 de Novembro de 1996. — A Notária, *(Assinatura ilegível.)* 0-2-98 447

SERVIÇOS SOCIAIS DA COOPERATIVA DE SOURE

Certifico que, por escritura datada de hoje, exarada a fls. 97 v.º e seguintes do respectivo livro de notas n.º 178-B do Cartório Notarial de Soure, a cargo da notária licenciada Fernanda da Fonseca Maurício Ferreira da Silva, foi constituída, por tempo indeterminado, uma associação, sem fins lucrativos, com a denominação de Serviços Sociais da Cooperativa de Soure, que vai ter a sua sede nas instalações da Cooperativa Agrícola de Soure, C. R. L., na Rua do Dr. Tomás Oliveira e Silva, na vila, freguesia

e concelho de Soure, a qual tem por finalidade a promoção cultural, recreativa e sócio-profissional dos seus associados, podendo para o efeito levar a cabo todo o tipo de iniciativas, acções e eventos, na qual serão admitidos como associados todos os trabalhadores da Cooperativa Agrícola de Soure, C. R. L.

Está conforme.

Cartório Notarial de Soure, 3 de Outubro de 1996. — O Primeiro-Ajudante, *António de Jesus Neto*. 0-2-98 448

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KOSHO-RYU KENPO

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 6 de Novembro de 1996, lavrada no Cartório Notarial de Arruda dos Vinhos, a cargo da notária licenciada Maria Dina da Fonseca Lopes Ferreira, e exarada de fl. 55 v.º a fl. 57 do livro de notas para escrituras diversas n.º 103-C, foram constituídos e definidos os estatutos da Associação Portuguesa de Kosho-Ryu Kenpo, a qual tem a sua sede na Rua de João de Deus, 5, 1.º, em Alhandra, freguesia de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.

A Associação tem por objecto o ensino e divulgação da arte marcial do Kosho-Ryu e Kenpo Fu-Shih.

Podem associar-se todos os indivíduos que se inscrevam e aceitem os estatutos e os regulamentos. Os associados podem exonerar-se a qualquer momento, desde que liquidem as suas dívidas para com a Associação até à data da exoneração, e só podem ser excluídos por falta grave, apontada pelo conselho técnico, apreciada pela direcção, após ratificação da assembleia geral.

Os associados obrigam-se ao pagamento de uma quota anual, alterada por deliberação da assembleia geral.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção, o conselho fiscal e o conselho técnico.

A Associação fica obrigada com as assinaturas de dois membros da direcção, sendo uma a do presidente e a outra do tesoureiro.

Está conforme o original e declara-se que na parte omitida nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

Cartório Notarial de Arruda dos Vinhos, 11 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria José Carvalho Batista*. 0-2-98 449

CCD/ABVL — CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DA ASSOCIAÇÃO DA BOLSA DE VALORES DE LISBOA

Certifico que, por escritura de 29 de Outubro de 1996, lavrada a fls. 103 e 103 v.º do livro para escrituras diversas n.º 175-F do 23.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da adjunta do notário Anabela dos Santos de Aguiar Pinto, foi constituída, por tempo indeterminado, a contar de hoje, uma associação, sem fins lucrativos, com a denominação em epígrafe.

Que a Associação tem a sua sede na Rua de Socorro Pereira Gomes, Edifício da Bolsa, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, e tem por objecto promover um adequado e racional aproveitamento dos tempos livres dos seus sócios, mediante o desenvolvimento de actividades ligadas à cultura e desporto, bem como quaisquer outras actividades de carácter social que sejam do interesse dos sócios.

Podem ser seus associados os sócios propostos à direcção e por ela aprovados em assembleia geral.

Perdem o estatuto de sócios todos aqueles em relação aos quais se deixem de verificar os requisitos de admissão.

23.º Cartório Notarial de Lisboa, 29 de Outubro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Domingues de Campos*. 0-2-98 450

ROTARY CLUBE DO SEIXAL

Certifico que, por escritura de 25 de Outubro de 1996, lavrada de fl. 126 v.º a fl. 127 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 20-H do 2.º Cartório Notarial de Setúbal, a cargo do notário licenciado João Farinha Alves, foi constituída uma associação denominada Rotary Clube do Seixal, com sede na Rua de Abel Manta, 14, rés-do-chão, direito, Alto do Moinho, freguesia de Corroios, concelho do Seixal, membro do Rotary Internacional, obrigando-se a respeitar as suas directivas e a exercer primordialmente a sua actividade neste concelho.

A associação tem por fim desenvolver o companheirismo como forma útil de proporcionar oportunidades de servir, reconhecer o mérito de todas as ocupações úteis e a difusão das normas de ética profissional; contribuir para a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e privada; aproximar profissionais de todo o mundo, visando a consolidação de boas relações de cooperação e da paz entre as nações, e contribuir para o bem-estar social das populações.

Podem ser membros da associação adultos de boa reputação e idoneidade.

São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme.

2.º Cartório Notarial de Setúbal, 25 de Outubro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Helena de Brito Lopes Escorrega Leborgne*. 0-2-98 451

CLUBE DE BASKET DE QUARTEIRA TUBARÕES

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 29 de Outubro de 1996, lavrada a fl. 149 v.º do livro n.º 64-D, de notas para escrituras diversas do 1.º Cartório Notarial de Loulé, a cargo do notário licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva, foram totalmente remodelados os estatutos da associação, de fim ideal e sem fins lucrativos, com a denominação em epígrafe, com sede no Centro Comercial Miravila, loja 6, na Rua de D. João V, na vila e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, que tem por fim a promoção desportiva, recreativa e cultural dos seus associados, tendo como modalidade única o basquetebol, competindo-lhe a prática do basquetebol e formação de equipas, jovens e seniores em todos os escalões masculinos e femininos, com o objectivo de disputarem os respectivos campeonatos regionais, nacionais e internacionais, cujo património é essencialmente constituído pelas quotas dos seus associados, da qual podem ser sócios todos os indivíduos que se inscrevam e aceitem os estatutos e regulamentos, sendo os seus órgãos a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal, cuja direcção é por tempo indeterminado e que se dissolverá nos termos legais e por deliberação da assembleia geral, verificados que sejam certos condicionalismos.

Está conforme.

1.º Cartório Notarial de Loulé, 29 de Outubro de 1996. — O Notário, *Nuno António da Rosa Pereira da Silva*. 0-2-98 452

SOMBRA DE RUA, ASSOCIAÇÃO TIRSENSE DE TEATRO

Certifico que, por escritura lavrada aos 16 de Outubro de 1996, de fl. 90 a fl. 90 v.º do livro de notas para escrituras n.º 56-E do 1.º Cartório Notarial de Santo Tirso, foi constituída uma associação denominada Sombras de Rua, Associação Tirsenense de Teatro, com sede na Rua de São Cristóvão, 404, freguesia de Areias, deste concelho, cujos objectivos são divulgar o teatro na sociedade tirsenense, alargando-se também a todo o País.

Está conforme.

1.º Cartório Notarial de Santo Tirso, 17 de Outubro de 1996. — A Ajudante, *Maria Manuela de Castro Martins*. 0-2-98 453

CENTRO RECREATIVO E DESPORTIVO ABRUNHOSENSE

Certifico que, por escritura de 2 de Agosto de 1995, lavrada no 2.º Cartório Notarial de Viseu, no respectivo livro n.º 45-E, de fl. 41 a fl. 42 v.º, se encontra exarada uma escritura de alteração de estatutos de associação do Centro Recreativo e Desportivo Abrunhosense, instituição particular de solidariedade social, com sede no lugar de Abrunhosa do Mato, freguesia da Cunha Baixa, concelho de Mangualde, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 502089020, que tem por objectivos o exercício de actividades de acção social e a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados, assim como dos demais interessados, ainda que não residam na área deste grupo, e o seu âmbito de acção abrange a freguesia da Cunha Baixa. Podem ser associados pessoas singulares, maiores de 18 anos, e pessoas colectivas. São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original.

2.º Cartório Notarial de Viseu, 8 de Novembro de 1996. — O Ajudante Principal, *António Manuel Borges*. 4-2-9825

GRUPO DE PAULTEIROS DE SOBERIRÓ DE BAIXO

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 17 de Novembro de 1982, iniciada a fl. 47 do livro de notas para escrituras diversas A-161 do Cartório Notarial de Vinhais, foi constituída a associação em epígrafe, com sede na freguesia e concelho de Vinhais, que tem como objecto promover a cultura, desporto e recreio dos seus associados, por meio de palestras e reuniões culturais, festas, saraus, competições desportivas, récitos, danças, jogos lícitos e teatro amador.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Vinhais, 21 de Novembro de 1996. — A Notária Interina, *Armandina Alves Agrochão*. 6-2-41 797

CENTRO DE DIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

Certifico que, por escritura outorgada em 13 de Novembro de 1996, exarada a fls. 2 v.º e 3 do livro de notas para escrituras diversas n.º 513-B do Cartório Notarial de Sousel, a cargo do notário licenciado Nelson Pinheiro, foi constituída uma associação denominada Centro de Dia Nossa Senhora dos Milagres, com sede na freguesia de Assumar, concelho de Monforte, a qual tem como objecto:

- a) Apoio domiciliário em toda a freguesia;
- b) Centro de dia e convívio para a terceira idade;
- c) Outros fins sociais.

Podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e pessoas colectivas. Haverá três categorias de associados: honorários, efectivos e juvenis.

Perdem a qualidade de associados:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 12 meses;
- c) Os que demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 11.º

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme ao original, na parte transcrita.

Cartório Notarial de Sousel, 13 de Novembro de 1996. — O Notário, *Nelson Pinheiro*. 0-2-98 534

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE ALDEIA DO MATO

Certifico que, a fl. 38 do livro de notas para escrituras diversas n.º 6-D do Cartório Notarial de Reguengos de Monsaraz, a cargo do notário Luís Germano Beato de Oliveira Meruje, se encontra exarada escritura com data de 18 de Novembro do corrente ano, pela qual foram alterados totalmente os estatutos da associação com a denominação de Associação de Caçadores de Aldeia do Mato, que tem sede no Monte das Pedras, freguesia de Corval, concelho de Reguengos de Monsaraz, e por objecto defender os interesses dos associados relacionados com o exercício da caça e tiro e, em geral, incentivar e desenvolver o desporto, a cultura e o recreio.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal, eleitos pela assembleia geral pelo período de dois anos, compostos por três, cinco e três membros, respectivamente, e obriga-se com a assinatura de dois directores, das quais uma obrigatoriamente do presidente, e são receitas da Associação as jóias e quotas dos associados.

Está conforme.

Cartório Notarial de Reguengos de Monsaraz, 20 de Novembro de 1996. — O Notário, *Luís Germano Beato de Oliveira Meruje*. 0-2-98 535

COMISSÃO DE FESTAS DE PARDAIS

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 15 de Novembro de 1996, lavrada de fl. 98 a fl. 99 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-D do Cartório Notarial de Vila Viçosa, a cargo do notário licenciado António Pedro Monteiro Correia Marques Tavares, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, tem a sua sede no Largo da Igreja, 56, em Pardais, Vila Viçosa, e tem por objecto a manutenção e desenvolvimento da cultura e tradições da freguesia de Pardais, nomeadamente através da realização das festas anuais em honra da sua padroeira.

A condição de associado adquire-se através de proposta escrita ou verbal, sem nenhuma condição, a não ser o compromisso de realizar os fins a que a associação se destina, e com a aprovação do presidente da administração.

Os direitos e deveres dos associados são os constantes do regulamento geral interno da associação.

Está conforme.

Cartório Notarial de Vila Viçosa, 15 de Novembro de 1996. — O Notário, *António Pedro Monteiro Correia Marques Tavares*. 0-2-98 536

CLUBE DA BAIXA ENTROPIA — ASSOCIAÇÃO

Certifico, narrativamente, que, por escritura outorgada em 21 de Novembro de 1996, exarada de fl. 39 v.º a fl. 40 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 91-A do Cartório Notarial de Peso da Régua, a cargo do notário licenciado João Gonçalves Moreira da Silva, foi constituída uma associação que adoptou a denominação Clube da Baixa Entropia — Associação, com sede na Avenida de Ovar, Edifício Santa Rita II, 10.º, esquerdo, trás, na cidade de Peso da Régua, a qual tem por objecto a divulgação do conceito de entropia e defesa do ambiente, pagando os associados quotas segundo as normas estabelecidas pela assembleia geral, sob proposta da direcção.

São órgãos da associação em epígrafe a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme.

Cartório Notarial de Peso da Régua, 22 de Outubro de 1996. — A Ajudante, *Silvia Maria Pinto Marinho*. 0-2-98 529

MANUAL FARIA — ASSOCIAÇÃO CULTURAL

Certifico que, por escritura de 18 de Novembro corrente, exarada de fl. 23 a fl. 27 do livro de escrituras diversas n.º 202-B do 1.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, a cargo da notária licenciada Maria Angelina e Silva Alves Barbosa Leão, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede na Rua do Dr. Manuel Faria, 67, na freguesia de Seide (São Miguel), concelho de Vila Nova de Famalicão, que durará por tempo indeterminado e tem por objecto o desenvolvimento do gosto musical dos seus associados e dos indivíduos dos vários ambientes em que venha a implantar-se.

Está conforme e confere com o original, na parte transcrita.

Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, 19 de Novembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Maria Rosa Gonçalves Roque*. 0-2-98 530

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE ALMOFALA

Certifico que, por escritura lavrada em 28 de Outubro deste ano, a fl. 55 v.º do livro n.º 27-F do Cartório Notarial de Rio Maior, a cargo da notária licenciada Maria Idalina Fernandes Pereira Amador, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede no lugar de Almofala, freguesia de Alvorninha, concelho das Caldas da Rainha, cujo objecto é a pesquisa, divulgação e promoção cultural e desportiva e a defesa e beneficiação do património arquitectónico de Almofala.

Dos seus estatutos consta, nomeadamente:

Podem ser associadas todas as pessoas singulares ou colectivas residentes ou sediadas no referido lugar de Almofala, ou qualquer pessoa cuja admissão seja aprovada em assembleia geral.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Rio Maior, 4 de Novembro de 1996. — A Notária, *Maria Idalina Fernandes Pereira Amador*. 0-2-98 528

ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DE TOMAR**Estatutos****ARTIGO 1.º****Denominação**

A Associação de Pais do Jardim-de-Infância de Tomar, adiante designada por Associação, constitui uma instituição sem fins lucrativos, reger-se-á pelos presentes estatutos e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º**Sede**

A Associação tem a sua sede no Jardim-de-Infância de Tomar, sito na Rua do Coronel Garcês Teixeira, na freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Tomar, podendo a assembleia geral deliberar a sua transferência para qualquer outro local que se afigure mais conveniente.

ARTIGO 3.º**Objecto**

A Associação tem por objectivo a defesa e a promoção dos interesses das crianças que frequentam o jardim-de-infância e o acompanhamento do processo de educação em que estão inseridas, estabelecendo mecanismos de colaboração com as entidades intervenientes nessa educação.

ARTIGO 4.º**Dos associados**

São membros da Associação os pais e encarregados de educação que nela voluntariamente se inscreverem.

§ único. Poderão também ser propostos e admitidos em assembleia geral membros beneméritos e personalidades individuais de idoneidade e valor reconhecidos pela sua actuação em prol das associações de pais.

ARTIGO 5.º**Dos mandatos**

Os órgãos sociais são eleitos em assembleia geral e o seu mandato tem a duração de um ano, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 6.º**Dos órgãos sociais**

São órgãos sociais da Associação a assembleia geral, o conselho executivo e o conselho fiscal.

ARTIGO 7.º**Da assembleia geral**

A assembleia geral é constituída por todos os membros efectivos, sendo a respectiva mesa formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

ARTIGO 8.º**Do conselho executivo**

Ao conselho executivo incumbe gerir a Associação e é constituído por um presidente, um secretário e um tesoureiro.

ARTIGO 9.º**Do conselho fiscal**

O conselho fiscal é constituído por um presidente, um secretário e um relator.

ARTIGO 10.º**Dos casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos por aplicação do regulamento interno e pelo disposto na lei.

Está conforme o original.

Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 9 de Outubro de 1996. —
R. Melo. 9-2-2713

GEOTA — GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO AMBIENTE

Certifico que, no dia 15 do corrente mês de Novembro, de fl. 76 a fl. 78 do livro de notas n.º 158-H de escrituras diversas do 6.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado José Joaquim de Carvalho Botelho, se encontra exarada uma escritura de alteração parcial dos estatutos de uma associação, donde, além do mais, consta o seguinte:

Sede — o GEOTA tem a sua sede na Travessa do Moinho de Vento, 17, cave direita, em Lisboa.

Admissão e exclusão de associados:

1) São associados aderentes as pessoas singulares ou colectivas que sejam admitidas pela direcção de acordo com os critérios estabelecidos em regulamento interno;

2) São associados efectivos as pessoas singulares ou colectivas que sejam admitidas em assembleia geral com dois terços de votos favoráveis dos associados efectivos e honorários no uso dos seus direitos;

3) São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas que tenham desenvolvido actividades de grande relevância para o GEOTA ou para a defesa do ambiente e que sejam admitidas em assembleia geral, com dois terços de votos favoráveis dos associados efectivos e honorários presentes, sob proposta da direcção ou de um terço dos associados efectivos e honorários no uso dos seus direitos.

Está conforme o original.

6.º Cartório Notarial de Lisboa, 22 de Novembro de 1996. — O Notário,
José Joaquim de Carvalho Botelho. 9-2-2798

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEVER DO VOUGA.

Estatutos**CAPÍTULO I****Denominação, duração e fins****ARTIGO 1.º**

1 — Os presentes estatutos regulam a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária de Sever do Vouga, que é uma associação voluntária e sem fins lucrativos.

2 — A Associação é estabelecida por duração indeterminada e possui a sua sede na vila de Sever do Vouga.

ARTIGO 2.º

1 — A Associação tem por finalidade essencial assegurar a efectivação do direito e dever que assiste aos pais ou encarregados de educação de participarem na educação dos seus filhos ou educandos.

2 — A Associação exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa, procurando assegurar que a educação dos filhos dos associados se processe segundo as normas do direito natural universalmente aceites.

ARTIGO 3.º

1 — As atribuições da Associação são, essencialmente:

a) Resolver quaisquer situações lesivas dos interesses cívicos ou morais dos alunos;

b) Colaborar com os estabelecimentos de ensino, sempre que possível, com actividades circum-escolares ou de natureza social;

c) Prestar aos estabelecimentos de ensino, dentro das suas possibilidades, a colaboração que lhe seja eventualmente pedida, desde que compatível com suas finalidades, para a resolução de quaisquer problemas.

2 — Para a consecução dos fins previstos, a Associação deve, nomeadamente:

a) Analisar todas as situações anormais de que tenha conhecimento e, uma vez reconhecido que elas são lesivas dos legítimos interesses dos alunos ou dos pais ou encarregados de educação, expô-las a quem de direito, envidando todos os esforços e dando toda a colaboração para que sejam imediatamente resolvidas;

b) Informar os associados da política educacional definida pelo Ministério e pelos estabelecimentos de ensino, quando para isso seja solicitada;

c) Criar, eventualmente, comissões ou grupos de trabalho dedicados a actividades específicas dos aspectos educacionais, designadamente:

1) Estudo de problemas pedagógicos e de educação familiar e cívica, com vista a sugerir soluções de forma que a acção educadora dos associados não seja posta à margem;

2) Realização de cursos, conferências, palestras culturais e reuniões, colaborando com os estabelecimentos de ensino na utilização dos tempos livres;

3) Organização de actividades circum-escolares, complementares das actividades dos estabelecimentos de ensino, de carácter cultural, desportivo e educativo, de forma a proporcionar aos alunos uma educação integral;

4) Vigiar pelo cumprimento dos direitos da criança no âmbito da sua inserção regional.

CAPÍTULO II**Dos associados****ARTIGO 4.º**

São associados por direito próprio os pais ou encarregados de educação dos alunos do estabelecimento de ensino que se inscrevam na Associação e que tenham as quotas em dia.

ARTIGO 5.º

Constituem direitos dos associados:

a) Participarem nas assembleias gerais;

b) Elegerem e serem eleitos para órgãos de gestão da Associação;

c) Utilizarem os serviços da Associação dentro do âmbito das suas atribuições.

ARTIGO 6.º

Constituem deveres dos associados:

a) Pagarem as quotas que voluntariamente fixarem, nunca inferior ao valor estabelecido pela assembleia geral, exceptuando-se, quando for reconhecida pela mesma assembleia, a fraca potencialidade económica do associado;

b) Cooperarem nas actividades da Associação e contribuírem, na medida das suas possibilidades, para a realização dos seus objectivos;

c) Exercerem com zelo e diligência os cargos para que forem eleitos.

ARTIGO 7.º

Perde-se a qualidade de associado:

a) A pedido do associado, feito por escrito, em qualquer altura do ano;

b) Por proposta da direcção, sancionada pela assembleia geral, convocada para o efeito, ficando consignado o direito de defesa do associado;

c) Por infracção dos estatutos, reconhecida pela assembleia geral;

d) Quando não tiver qualquer filho ou educando a estudar no âmbito desta Associação local.

CAPÍTULO III**Dos órgãos de gestão****ARTIGO 8.º**

1 — São órgãos de gestão a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 — Nenhum cargo nos órgãos de gestão será remunerado, salvo o disposto no n.º 2 do artigo 15.º

ARTIGO 9.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

2 — A mesa da assembleia geral será constituída por um presidente e dois secretários, eleitos por dois anos, e constituirá o órgão soberano da Associação.

3 — As atribuições da assembleia geral são:

- a) Apreciar e votar as propostas de alteração dos estatutos da Associação em assembleia geral convocada para o efeito;
- b) Eleger os membros dos órgãos de gestão da Associação;
- c) Discutir e dar parecer sobre as actividades da Associação;
- d) Discutir e aprovar o relatório e contas anuais.

4 — A assembleia geral reunirá ordinariamente durante os últimos 10 dias do mês de Maio e nos primeiros 10 dias do mês de Outubro de cada ano e extraordinariamente sempre que a assembleia, a direcção ou 10% dos sócios no gozo pleno dos seus direitos solicite ao presidente da mesa a sua convocação ou a pedido do conselho fiscal.

5 — Cada associado, seja pai, mãe ou encarregado de educação, tem direito a um voto, qualquer que seja o número de alunos seus filhos ou educandos.

6 — Uma delegação dos estabelecimentos de ensino, composta por um máximo de três alunos, três professores e três funcionários, devidamente credenciados, poderá participar na assembleia geral, embora sem direito de voto, quando aquele estabelecimento assim o solicitar à direcção ou ao presidente da assembleia geral, ou ainda a pedido dos órgãos de gestão, desde que a Associação ache conveniente.

7 — A assembleia geral será convocada pelo seu presidente com, pelo menos, oito dias de antecedência, por escrito. A convocatória indicará a data, hora, local e ordem de trabalhos.

8 — A assembleia geral só poderá funcionar desde que esteja presente a maioria absoluta dos seus membros efectivos ou meia hora depois, com qualquer número de associados.

9 — As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos de:

- a) Alterações dos estatutos, para o que se torna necessário observar a maioria de três quartos dos presentes;
- b) Extinção da Associação, para que se torna necessário observar a maioria de três quartos da totalidade dos associados.

ARTIGO 10.º

1 — A Associação será gerida por uma direcção eleita pela assembleia geral.

2 — A direcção é composta por cinco membros: presidente, 1.º secretário, 2.º secretário, tesoureiro e um vogal.

3 — Os membros da direcção serão eleitos por dois anos.

4 — As atribuições da direcção são:

- a) Dar cumprimento às deliberações da assembleia geral e executar todas as actividades que se enquadrem nas finalidades da Associação;
- b) Gerir os bens da Associação;
- c) Submeter à apreciação da assembleia geral e do conselho fiscal o relatório e contas anuais para discussão e aprovação;
- d) Representar a Associação e em seu nome defender os seus direitos e assumir as suas obrigações;
- e) Propor à assembleia geral a perda de direitos de associados, assim como a sua suspensão até à próxima assembleia geral convocada para o efeito, desde que se verifique infracção dos estatutos da Associação, por decisão tomada pela maioria dos membros da direcção, avisando o associado por carta registada.

5 — A direcção reunirá ordinária, trimestral e extraordinariamente sempre que qualquer dos seus membros o solicite.

6 — A direcção deliberará quando estiver presente a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

ARTIGO 11.º

1 — À direcção competirá elaborar o regulamento interno, em especial sobre:

- a) Definição de funções e delegações;
- b) Funcionamento de grupos de trabalho;
- c) Horário e funcionamento dos serviços.

2 — Na impossibilidade de reunir a assembleia geral para tratar de qualquer assunto da sua competência ou de urgente e inadiável solução, reunir-se-ão em conjunto os órgãos de gestão, os quais, tão pronto quanto possível, mas num prazo nunca superior a 20 dias, submeterão à sanção da assembleia geral a decisão que provisoriamente houverem tomado.

ARTIGO 12.º

1 — O conselho fiscal, eleito pela assembleia geral, será constituído por um presidente e dois vogais.

2 — Compete ao conselho fiscal de contas:

- a) Dar parecer anual à assembleia geral sobre o relatório e contas;
- b) Verificar as contas sempre que o entenda conveniente;
- c) Fiscalizar a escrituração e exigir que ela esteja sempre em ordem, de modo a reflectir permanentemente a situação da Associação;
- d) Dar parecer sobre qualquer assunto, mediante pedido da assembleia geral ou da direcção;

e) Verificar a legalidade e conformidade estatutária das despesas efectuadas.

3 — O conselho fiscal reunirá ordinária, semestral e extraordinariamente a pedido do presidente, dos vogais ou da direcção.

CAPÍTULO IV

Das eleições

ARTIGO 13.º

1 — A eleição dos membros dos órgãos de gestão da Associação é feita por escrutínio secreto.

2 — As candidaturas para a direcção e conselho fiscal constarão de listas a apresentar ao presidente da mesa da assembleia geral. Estas listas conterão os nomes dos candidatos apresentados e a designação dos respectivos cargos, quando for caso disso.

3 — Poderão concorrer uma ou mais listas.

CAPÍTULO V

Do regime financeiro

ARTIGO 14.º

As receitas da Associação compreendem:

- a) As quotizações dos associados a estabelecer em assembleia geral;
- b) As subvenções ou doações que eventualmente lhe sejam atribuídas;
- c) Outras provenientes de iniciativas que a Associação haja por bem determinar.

CAPÍTULO VI

Do pessoal

ARTIGO 15.º

1 — A Associação não terá, em princípio, pessoal próprio remunerado.

2 — A direcção, ouvido o conselho fiscal, poderá contratar pessoal eventual se verificar tal necessidade, desde que decidido por maioria dos seus membros, conforme preceitua o artigo 10.º, n.º 6.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

ARTIGO 16.º

A Associação poderá, por deliberação da direcção sancionada pela assembleia geral, federar-se com outras associações congéneres, a nível regional ou nacional, sem perda da sua independência de princípios e finalidades.

ARTIGO 17.º

A Associação poderá manter, através da direcção, ligações de tipo informativo com associações semelhantes constituídas por outros graus de ensino, a nível regional, nacional e internacional.

* ARTIGO 18.º

A Associação poderá filiar-se em associações ou clubes de carácter cultural ou desportivo, desde que dessa filiação resultem vantagens colectivas para os filhos ou educandos dos seus associados.

a) O símbolo da Associação será escolhido pela primeira direcção a ser eleita.

ARTIGO 19.º

A Associação obriga-se:

- a) Pelas assinaturas do presidente (ou de quem o substitua nos seus impedimentos) e de outro membro da direcção;
- b) Em assuntos de ordem financeira, pelas assinaturas de dois membros da direcção, sendo um deles o tesoureiro.

ARTIGO 20.º

Em caso de dissolução da Associação, salvo determinação em contrário da assembleia geral, os bens da Associação reverterão para o estabelecimento de ensino.

ARTIGO 21.º

Os estatutos poderão ser revistos um ano após a sua aprovação, caso se verifique tal necessidade.

ARTIGO 22.º

Nos casos omissos dos presentes estatutos observar-se-á o disposto na lei geral e no regulamento interno, a aprovar em assembleia geral.

Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 6 de Dezembro de 1996. —
R. Melo.

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS GESTORAS DE FUNDOS DE PENSÕES

Certifico que, por escritura de 15 de Julho de 1996, lavrada a fls. 17 e seguintes do livro n.º 174-I, do 17.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário interino António dos Reis, foram alterados os estatutos da associação com a denominação em epígrafe, com sede na Rua de Santa Marta, 45, rés-do-chão, em Lisboa, quanto à redacção dos seguintes artigos:

ARTIGO 2.º

Sede

1 — A Associação tem a sua sede na Rua da Misericórdia, 76, sala 215, freguesia do Sacramento, em Lisboa, podendo a mesma ser transferida para qualquer outro local da cidade de Lisboa ou para concelho limítrofe por simples deliberação da respectiva direcção.

2 — A direcção poderá estabelecer delegações ou outras formas de representação em qualquer outro local do território nacional.

ARTIGO 6.º

Direitos e deveres dos sócios

1 — São direitos dos sócios:

- a) Participar na actividade da Associação;
- b) Tomar parte nas assembleias gerais;
- c) Requerer a convocação da assembleia geral, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º;
- d) Utilizar os serviços que a Associação preste aos sócios.

2 — São deveres dos sócios:

- a) Observar o preceituado nos estatutos e cumprir as deliberações da assembleia geral e os regulamentos internos da Associação;
- b) Pagar a jóia e as quotas.

ARTIGO 8.º

Órgãos sociais

1 — São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção, o conselho fiscal e o conselho consultivo.

2 — As associadas que se proponham integrar a direcção indicarão as pessoas físicas que as devem representar naquele órgão.

3 — Em caso de substituição definitiva do representante de uma associada na direcção, a designação do substituto deverá ser ratificada em assembleia geral a realizar no prazo de 15 dias úteis, iniciando-se posteriormente o efectivo exercício de funções.

ARTIGO 12.º

Convocação da assembleia geral

1 — A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente até ao fim do 1.º trimestre de cada ano para deliberar sobre as matérias constantes das alíneas b) e c) do artigo 10.º e, quando for caso disso, eleger os titulares dos cargos sociais.

2 — A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que o presidente da mesa a convoque, por sua iniciativa ou a requerimento da direcção ou do conselho consultivo ou mediante pedido fundamentado subscrito, pelo menos, por um quinto do número de sócios da Associação.

3 — A convocação de qualquer reunião da assembleia geral deverá ser feita por meio de aviso postal expedido para cada um dos sócios com a antecedência mínima de oito dias, no qual se indicará o dia, a hora e o local da reunião e respectiva ordem de trabalhos.

ARTIGO 17.º

Vinculação da Associação

1 — A Associação obriga-se nos seguintes termos:

- a) Pela assinatura conjunta de dois membros da direcção;
- b) Pela assinatura conjunta de um membro da direcção e um procurador, nos termos e dentro dos limites fixados no respectivo instrumento de mandato;
- c) Pela assinatura do secretário-geral, nos termos e dentro dos limites fixados nos actos de delegação de poderes referidos no artigo 15.º, n.º 2, supra.

2 — Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer dos membros da direcção ou de mandatário.

ARTIGO 19.º

Conselho consultivo

1 — O conselho consultivo é constituído por seis membros, dos quais fazem parte, por inerência, o presidente da mesa da assembleia geral, o presidente do conselho fiscal, sendo os restantes três membros eleitos pela assembleia geral por períodos de dois anos.

Está conforme.

17.º Cartório Notarial de Lisboa, 23 de Setembro de 1996. — A Ajudante, *Maria da Graça Mendes Zuzarte*. 0-2-98 523

ASSOCIAÇÃO DE EX-PRESOS POLÍTICOS TIMORENSES (AEPOLTI)

Certifico que, por escritura de 17 de Outubro em curso, lavrada nas notas do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a fl. 76 v.º do livro n.º 1392-B, foi constituída uma associação sem fins lucrativos com a denominação em epígrafe, que tem a sua sede na Rua de São Bento, 182, em Lisboa.

O objectivo social é, será o seguinte: apoio técnico, económico e financeiro aos presos políticos timorenses e ao movimento da Resistência Timorense; integração na sociedade portuguesa dos ex-presos políticos timorenses residentes em Portugal; luta política a desenvolver nas instâncias internacionais a favor dos presos políticos timorenses e combate à violação dos direitos humanos praticada em Timor Leste.

Podem ser associados todos os naturais de Timor na diáspora, todos aqueles que são familiares de presos ou ex-presos políticos timorenses, sem distinção de raça, credo e ideologia. A admissão como associado faz-se mediante a apresentação por dois associados de proposta subscrita pelo interessado e da decisão da direcção. Da decisão da direcção cabe recurso para a assembleia geral ordinária. São suspensos os sócios que se atrasarem no pagamento das quotas por mais de seis meses consecutivos. Serão excluídos os sócios que violarem gravemente os estatutos de AEPOLTI e os que injustificadamente se atrasarem no pagamento das quotas por um período superior a um ano.

Está conforme ao original.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 25 de Outubro de 1996. — A Ajudante, *Ana Maria Pinto Serra Martins*. 0-2-98 503

CENTRO DESPORTIVO E RECREATIVO DE BELMONTE

Certifico que, por escritura de 5 de Novembro de 1996, lavrada a fl. 1 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 68-A do Cartório Notarial de Belmonte, a cargo da notária licenciada Maria da Conceição Pacheco Gomes Patrício, o outorgante Vítor Manuel Caronho Paulo Rato, casado, natural da freguesia e concelho de Belmonte, onde reside habitualmente, na Rua da Igreja, o qual outorga em representação da associação denominada Centro Desportivo e Recreativo de Belmonte, com sede na Rua da Igreja, 4, nesta vila de Belmonte, pessoa colectiva n.º 503591270, constituída por escritura de 15 de Fevereiro de 1996, lavrada a fl. 41 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 64-A, altera por esta escritura os estatutos da sua representada quanto ao artigo 6.º, n.ºs 3 e 8, os quais passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 6.º

3 — Podem ser associados os trabalhadores residentes no concelho de Belmonte.

8 — Os associados efectivos contribuirão com uma jóia e uma quota anual, cujos valores serão fixados em regulamento interno.

§ único. Só os associados efectivos que tenham condições para se inscrever no INATEL e que sejam moradores no concelho de Belmonte gozam dos direitos e regalias dos CCDS, nos termos do artigo 5.º do regulamento do Centro de Cultura e Desporto.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Belmonte, 3 de Dezembro de 1996. — A Ajudante, *(Assinatura ilegível)*. 0-2-98 540

UNIÃO DESPORTIVA DE TANCOS

Certifico que, por escritura lavrada em 27 de Novembro de 1996, exarada de fl. 76 a fl. 77 do livro de notas para escrituras diversas n.º 390-C do Cartório Notarial de Vila Nova da Barquinha, a cargo da notária licenciada Maria de Fátima Pereira Pessoa, foi constituída a associação denominada União Desportiva de Tancos, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

A associação denomina-se União Desportiva de Tancos, tem a sua sede na Rua da Escola Velha, no referido lugar e freguesia de Tancos, e a sua duração é por tempo indeterminado, a partir de hoje.

2.º

A associação tem por objecto:

- 1) Providenciar no sentido de um adequado e racional aproveitamento dos tempos livres dos seus associados, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e a dos seus familiares;
- 2) Promover iniciativas e realizações culturais, desportivas e sócio-económicas, de forma a alcançar o definido no número anterior;
- 3) Estimular a colaboração com outras organizações afins.

3.º

São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

4.º

A competência, a convocação e a forma de funcionamento da assembleia geral são as prescritas nas disposições legais aplicáveis, nomeadamente nos artigos 170.º a 179.º do Código Civil.

§ único. A mesa da assembleia é composta por três associados efectivos (um presidente, um vice-presidente e um secretário) e três suplentes, competindo-lhe convocar e dirigir as reuniões e redigir as actas dos trabalhos das assembleias gerais.

5.º

A direcção é composta por cinco associados efectivos (um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e dois secretários) e cinco suplentes e compete-lhe a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar e ainda a representação da associação em juízo e fora dele.

6.º

O conselho fiscal é composto por três associados efectivos (um presidente, um secretário e um relator) e três suplentes, competindo-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da associação, verificar as suas contas e relatórios e dar parecer sobre actos que impliquem aumento de despesas ou diminuição de receitas sociais.

7.º

Constituem património da associação as receitas das quotas, as taxas cobradas pelos serviços prestados e, mediante deliberação da assembleia geral, quaisquer bens adquiridos por doação, legados, heranças ou a título oneroso e ainda donativos, subsídios e outras receitas legítimas.

8.º

No que os estatutos sejam omissos rege o regulamento geral interno, cuja aprovação e alteração são da competência da assembleia geral.

Está conforme ao original e certifico que na parte omitida nada há em contrário ou além do que neste se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Vila Nova da Barquinha, 28 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *Carlos Alberto Simões de Carvalho Rodrigues*.

0-2-98 538

ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA OS MONCHIQUEIROS

Certifico que, por escritura de 19 de Novembro de 1996, exarada a fl. 22 do livro de notas n.º 24-E do Cartório Notarial de Lagoa (Algarve), foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede na Rua da Fonte Velha, 4, na vila, freguesia e concelho de Monchique, que tem por objecto representar os caçadores e pescadores a nível local junto das entidades regionais e nacionais, fomentar o desporto da caça e pesca e dar o parecer que a lei confere às organizações associativas sempre que para tal seja solicitada.

Podem associar-se todos os indivíduos residentes ou não no concelho que se inscrevam e aceitem estes estatutos e o regulamento interno a aprovar, desde que obtenham deliberação favorável da assembleia geral mediante proposta da direcção.

A exclusão preventiva ou definitiva de qualquer sócio é da competência da direcção, segundo as especificações constantes do regulamento interno.

Está conforme.

Cartório Notarial de Lagoa (Algarve), 19 de Novembro de 1996. — A Escriturária-Superior, *Isilda Maria Santos Custódio Sacramento Correia*.

0-2-98 539

FLEXOR — ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE PONTE DE SOR

Cópia extraída da escritura exarada a fls. 88 v.º e 89 do livro de notas n.º 309-A do Cartório Notarial de Ponte de Sor, a cargo do notário Romão Esteves.

Constituição de associação

No dia 11 de Novembro de 1996, no Cartório Notarial de Ponte de Sor, perante mim, João Romão Esteves, notário do referido Cartório, compareceram, como outorgantes, Miguel Pedro Mendes Pimenta Jacinto, casado, natural da freguesia de Campo Grande, concelho de Lisboa, residente habitualmente na Avenida do Rio de Janeiro, 13, 3.º, direito, em Lisboa, José Filipe Cordeiro Batista, solteiro, maior, natural de Angola, residente habitualmente na Estrada de Abrantes, 12, 2.º, em Ponte de Sor, e Ana Cristina Marques da Silva, solteira, maior, natural desta freguesia e concelho, onde reside habitualmente, na Rua do Colégio, 11, 1.º, direito.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal.

Declararam que pela presente escritura constituem entre si uma associação que adopta a denominação de FLEXOR — Associação Desportiva e Cultural de Ponte de Sor, que irá reger-se pelos estatutos que constam do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que os outorgantes declararam ter lido, tendo perfeito conhecimento do seu conteúdo.

Foi-me exibido um certificado passado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 30 de Julho do ano corrente, pelo qual se comprova a admissibilidade da denominação adoptada. Arquivo sob o n.º 37 o citado documento complementar.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta e na presença simultânea de todos.

Miguel Pedro Mendes Pimenta Jacinto — José Filipe Cordeiro Batista — Ana Cristina Marques da Silva. — O Notário, (Assinatura ilegível.)

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

ARTIGO 1.º

A associação denomina-se FLEXOR — Associação Desportiva e Cultural de Ponte de Sor, tem a sua sede na Rua de João de Deus, 7, em Ponte de Sor, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

ARTIGO 2.º

A Associação tem por objecto a promoção recreativa, cultural e desportiva dos seus associados.

ARTIGO 3.º

Constituem receitas da Associação:

- a) A jóia de inscrição a pagar por cada associado no acto da admissão, de montante a fixar pela assembleia geral;
- b) As quotizações dos associados, cujos montantes e periodicidade serão também fixados pela assembleia geral;
- c) Os donativos, doações, legados e subsídios de que a Associação seja beneficiária;
- d) Quaisquer outras receitas admitidas por lei e que sejam aprovadas pela assembleia geral sob proposta da direcção.

ARTIGO 4.º

Podem ser associados todos os indivíduos que se inscrevam e se comprometam a respeitar o regulamento interno e cuja admissão seja aprovada pela direcção, cabendo recurso para a assembleia geral.

ARTIGO 5.º

É motivo de demissão o comportamento dos associados que comprometa seriamente os fins a que se propõe a Associação e prejudique os interesses e unidade da Associação.

ARTIGO 6.º

1 — Os órgãos da Associação são a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 — O mandato dos titulares de cada um dos órgãos terá a duração de três anos, os quais poderão ser reeleitos por uma ou mais vezes.

ARTIGO 7.º

1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, por um vice-presidente e por um secretário.

2 — A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa, a requerimento de pelo menos um quinto dos associados, com, pelo menos, oito dias de antecedência, e terminará sempre que o presidente o entender necessário, ou seja, quando igualmente requerido por um quinto dos associados.

ARTIGO 8.º

1 — A direcção é composta por um presidente e dois vogais.

2 — Compete à direcção a representação da Associação em juízo e fora dele, bem como a gestão e administração da Associação.

3 — A direcção reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada trimestre.

4 — A Associação obriga-se em todos os actos e contratos com a assinatura conjunta dos directores, mostrando-se todavia suficiente a assinatura de apenas um deles nos actos de mero expediente.

ARTIGO 9.º

1 — O conselho fiscal é composto por três membros, sendo um deles o presidente e os outros os vogais.

2 — O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada trimestre.

ARTIGO 10.º

A direcção e o conselho fiscal reunir-se-ão extraordinariamente sempre que convocados pelos respectivos presidentes ou por dois dos seus titulares.

ARTIGO 11.º

A Associação reger-se-á pelos presentes estatutos e seu regulamento e, no que estes forem omissos, pelas disposições legais vigentes.

Miguel Pedro Mendes Pimenta Jacinto — Ana Cristina Marques da Silva — José Filipe Cordeiro Batista. — O Notário, (Assinatura ilegível.)

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Ponte de Sor, Novembro de 1996. — A Ajudante, (Assinatura ilegível.) 0-2-98 537

ASSOCIAÇÃO EDUCAÇÃO E MÉDIA

Certifico, narrativamente, que, por escritura de 13 de Novembro de 1996, lavrada de fl. 150 a fls. 1 e 1 v.º dos livros de notas para escrituras diversas n.º 69-F e 70-F, respectivamente, do 22.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária Maria Isabel Rita Buco, foi constituída uma associação sem fins lucrativos com a denominação em epígrafe e sede na Rua de Vítor Hugo, 16, 3.º, frente, freguesia de São João de Deus, concelho de Lisboa, tendo por objectivos:

- Constituir um espaço autónomo de encontro, de debate e de colaboração entre todos os parceiros e agentes interessados na educação e nos média;
- Incentivar a cooperação entre docentes de vários níveis de ensino e profissionais dos média;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma opinião pública esclarecida e interventiva;
- Intervir na definição de políticas educativas relativas à educação para os média;
- Intervir na definição de políticas do domínio dos média no que respeita à educação;
- Alargar o debate em torno do papel dos média na sociedade actual, em especial na comunidade escolar;
- Contribuir para o desenvolvimento de metodologias activas do ensino e da aprendizagem que visem uma intervenção reflectida, esclarecida e fundamentada;
- Fomentar e incentivar actividades de investigação que abordem problemas gerais ou específicos na intersecção dos campos pedagógicos e comunicativos;
- Promover a adopção de estratégias que incentivem as crianças e os jovens a desenvolver uma consciência cívica e crítica em relação aos média;
- Consciencializar a comunidade escolar, assim como a sociedade em geral, para a necessidade de incentivar uma alfabetização funcional nas linguagens mediáticas.

Dos associados:

- A Associação terá associados fundadores, associados efectivos, associados honorários e associados colaboradores;
 - Podem ser membros da Associação todas as pessoas, singulares ou colectivas, que se proponham contribuir para a prossecução dos seus objectivos e das suas actividades;
 - A proposta de admissão deve ser subscrita por dois associados fundadores ou efectivos e ratificada pela direcção;
 - A condição de sócio de associado implicará a aceitação e o cumprimento dos presentes estatutos, assim como dos regulamentos que venham a ser fixados;
 - São associados honorários todos aqueles que, em assembleia geral e por proposta da direcção, adquiram tal qualidade em função dos serviços relevantes prestados à Associação ou por que se tenham distinguido em domínios afins;
 - São associados fundadores todos os elementos que, até à realização da primeira assembleia geral, tenham participado no processo de constituição da Associação;
 - São associados efectivos todos os membros que tenham sido admitidos nessa qualidade, posteriormente à realização da primeira assembleia geral;
 - São associados colaboradores todos aqueles que, sendo nacionais ou estrangeiros e desenvolvendo actividade na área de intervenção da Associação, solicitem ao presidente o seu ingresso.
- A sua admissão terá de ser aprovada por maioria de votos da direcção;
- A qualidade de associado cessa por morte, dissolução de pessoa colectiva, demissão ou expulsão;
 - O pedido de demissão de um associado deverá ser apresentado à direcção;
 - A expulsão de um associado será decidida pela direcção, na sequência de procedimento disciplinar, no qual seja feita prova de que o associado lesou gravemente os interesses da Associação;
 - A perda de qualidade de associado não dá lugar à restituição de parte alguma do património da Associação.

Está conforme.

22.º Cartório Notarial de Lisboa, 19 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *Manuel Jorge Pereira de Resende Mendes Pereira.* 0-2-98 457

ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE AVEIRO

Certifico que, por escritura de 15 de Novembro de 1996, iniciada a fl. 22 do livro de notas para escrituras diversas n.º 27-F do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, a cargo do notário licenciado José Carreto Lages, foram alterados os estatutos da associação com a denominação em epígrafe, pessoa colectiva n.º 501573950, com sede na Rua de Espinho, 57, nesta cidade de Aveiro, que teve o seu início em 4 de Maio de 1979, mantendo-se a sua sede e objecto.

Está conforme ao original.

2.º Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, 18 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, *Maria Fernanda Oliveira Costa Santos Pinto.* 0-2-98 473

AADRUCA — ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONCELHO DO ALANDROAL

Certifico que, por escritura de 11 de Novembro de 1996, a fls. 13 v.º e seguintes do respectivo livro n.º 89-B do Cartório Notarial de Estremoz, a cargo da notária Maria da Conceição Garcia Tavares Correia, foi constituída uma associação denominada AADRUCA — Associação de Agricultores para o Desenvolvimento Rural do Concelho do Alandroal e tem a sua sede na Rua de Estremoz, 4, na vila e freguesia de Terena, concelho de Alandroal.

Tem por objecto principal:

Efectuar estudos, investigações e divulgação no âmbito das actividades praticadas pelos associados;

Prestar serviços diversos, nomeadamente apoio técnico aos associados;

Efectuar, através dos meios e das técnicas adequados, operações respeitantes à natureza dos produtos provenientes dos seus associados;

Adquirir e administrar os bens de utilização colectiva e de apoio a actividades desenvolvidas pelos associados, com vista à utilização em comum, de forma mais racional, dos meios de produção agrícola.

Podem ser associados as pessoas singulares ou colectivas que exerçam a exploração agrícola, pecuária ou florestal dentro da área de acção.

Serão excluídos da Associação os associados que violarem grave e culposamente os deveres sociais previstos no artigo 9.º dos respectivos estatutos.

Está conforme.

Cartório Notarial de Estremoz, 11 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, (Assinatura ilegível.) 0-2-98 474

ASSOCIAÇÃO DE LARES FAMILIARES PARA CRIANÇAS E JOVENS — NOVO FUTURO

Certifico que, por escritura de 5 de Novembro de 1996, exarada a fl. 36 v.º e seguintes do livro n.º 28-L do 3.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Maria do Carmo Antunes dos Santos, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede em Oeiras, na Rua de D. João de Castro, 1-E, freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, concelho de Oeiras, da qual consta o seguinte:

Denominação — Associação de Lares Familiares para Crianças e Jovens — Novo Futuro.

Sede social — Rua de D. João de Castro, 1-E, freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, concelho de Oeiras.

Fins — a Associação tem por objectivo a constituição de lares para recolha de crianças e jovens que careçam de ambiente familiar normal.

A Associação tem como fim fundamental a promoção humana, social e cultural das crianças e jovens sem família biológica conhecida ou que, tendo-a, hajam sido por ela abandonados ou ainda que, por qualquer circunstância, se encontrem, de facto, privados de ambiente familiar.

Admissão — podem ser associados pessoas singulares, maiores de 18 anos, e pessoas colectivas.

Exoneração — perdem a qualidade de associados:

a) Os que pedirem a sua exoneração;

b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 24 meses;

c) Os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do artigo 11.º

No caso previsto na alínea b) do número anterior, considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso o não faça no prazo de 60 dias.

Está conforme o original.

3.º Cartório Notarial de Lisboa, 5 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, (Assinatura ilegível.) 0-2-98 475

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E DESPORTIVA DOS ZÉS PEREIRAS DE LUSTOSA

Certifico que, no dia de hoje, a fls. 84 v.º e 85 do livro de notas n.º 39-G do 1.º Cartório Notarial de Viseu, a cargo do notário Dr. Rui

Figueiredo Jorge Branco, foi feita uma escritura de constituição de associação, denominada Associação Recreativa e Desportiva dos Zés Pereiras de Lustosa, com sede no lugar de Lustosa, freguesia de Ribafeita, concelho de Viseu, e tem por objectivo proporcionar aos seus associados e familiares a satisfação de interesses relacionados com o seu bem-estar, contribuindo para uma melhor ocupação de tempos livres através da prática de actividades culturais e recreativas e ou desportivas.

A Associação terá três categorias de sócios:

- Efectivos;
- Auxiliares; e
- Honorários.

Podem ser sócios efectivos os trabalhadores de serviço do Estado, instituto público, autarquia ou moradores no agregado ou agregados populacionais a indicar;

Podem ser sócios auxiliares as pessoas singulares ou colectivas que, não sendo sócios efectivos, voluntariamente contribuam com uma quota para o centro; e

A assembleia geral pode conferir a qualidade de sócio honorário a pessoas singulares ou colectivas cujo mérito ou serviços prestados à Associação o justifique.

São causas da perda da qualidade de sócio:

- a) O pedido de cancelamento da inscrição apresentada por escrito;
- b) A perda dos requisitos exigidos para a admissão;
- c) A prática de actos contrários aos fins da Associação ou susceptíveis de afectar gravemente o seu prestígio;
- d) O atraso no pagamento das quotas pelo período igual ou superior a dois anos.

No caso da alínea c) do número anterior, a exclusão compete à assembleia geral, sob proposta da direcção, e, no caso da alínea d), a exclusão compete à direcção, que poderá igualmente decidir a readmissão depois de liquidado o débito.

O sócio que haja perdido esta qualidade não tem direito algum ao património da Associação ou à reposição das importâncias com que para ela haja contribuído, nem pode fazer uso de qualquer insígnia, logótipo, formulário ou impresso da Associação.

Está conforme o original.

1.º Cartório Notarial de Viseu, 14 de Junho de 1995. — A Ajudante, Maria de Lurdes Ferreira Loureiro Albuquerque. 0-2-98 476

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA REGIÃO CENTRO

Certifico que, por escritura de 13 de Novembro de 1996, exarada de fl. 28 a fl. 29 do livro de notas para escrituras diversas n.º 278-B do Cartório Notarial de Tondela, a cargo da notária licenciada Maria Carlota de Sousa Ribeiro de Castro, foi constituída uma associação denominada Associação dos Engenheiros Técnicos em Ciências Agrárias da Região Centro, tem a sua sede provisória em Coimbra e durará por tempo indeterminado, a partir daquela data, tendo por fins promover a dignificação académica e profissional dos seus associados e participar nas acções de desenvolvimento local e regional, através da promoção de estudos de investigação/experimentação, de projectos e de acções concernentes à dignificação do mundo rural.

Podem associar-se como membros efectivos os titulares dos cursos em Ciências Agrárias e equiparadas.

As admissões e exclusões de membros serão da competência da direcção eleita, com ratificação em assembleia geral.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tondela, 20 de Novembro de 1996. — A Ajudante, Maria José Sousa Marques de Matos Ferreira. 0-2-98 477

RANCHO FOLCLÓRICO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSOCIAÇÃO DE CULTURA POPULAR

Certifico que, por escritura de 12 de Novembro deste ano, lavrada a fls. 94 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 420-A do Cartório Notarial de Vila Nova de Foz Côa, foi constituída entre José Silvério Maximino de Almeida, casado, natural desta Vila, onde reside, na Avenida de Gago Coutinho, 37, António José Rodrigues, casado, natural desta Vila, onde reside, na Estrada Nacional n.º 222, 10, 1.º, direito, Maria da Cruz Nazaré Correia Rodrigues, casada, natural da freguesia e concelho de Tarouca, e residente nesta Vila, na Estrada Nacional n.º 222, 10, 1.º, direito, António Fernando Trabulo, casado, natural desta Vila, onde reside, no Bairro Flor da Rosa, 7, casado, natural da freguesia de Santiago de Piães, concelho de Cinfães, e residente nesta Vila, na Rua de D. Berta de Montalvão, 25, Manuel dos Santos Pinto, casado, natural desta Vila, onde reside, na Rua Nova do Mercado, 26, 2.º, Maria Cândida Pombinho, divorciada, natural desta Vila, onde reside, na Rua do Tenente Adão Carrapatoso, 28, Maria de Lurdes Nunes dos Reis, casada, natural de Moçambique, e residente nesta Vila, na Rua de São Miguel, 14, Maria do Céu Garcia Beselga, casada, natural desta Vila, onde reside, na Praça da República, 17, 2.º, Aurélio Fernando Freixeiro Tiago, solteiro, maior,

natural desta Vila, onde reside, na Rua de Trás do Quartel, 22-24, e Marisa Cristina dos Reis Manso, solteira, maior, natural de África do Sul, e residente nesta Vila, na Rua de São Miguel, 14, uma associação com a denominação de Rancho Folclórico de Vila Nova de Foz Côa — Associação de Cultura Popular, com sede nesta Vila, que se irá reger pelos seguintes estatutos:

ARTIGO 1.º

1 — A Associação, denominada Rancho Folclórico de Vila Nova de Foz Côa — Associação de Cultura Popular, tem por objecto a recolha, o estudo e a divulgação das danças, da música, da cultura e das tradições de raiz popular, designadamente da região beiro-transmontana, e, em especial, do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

2 — A Associação tem a sua sede em Vila Nova de Foz Côa, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

3 — A Associação Rancho Folclórico de Vila Nova de Foz Côa — Associação de Cultura Popular adoptará o lema «Eh! Vila Nova!».

4 — O rancho folclórico desta Associação sucede, no que respeita ao seu património moral, artístico e histórico, ao antigo rancho folclórico de Vila Nova de Foz Côa, que foi constituído em 1956 e que, poucos anos depois, veio a desaparecer, e assume-se como o legítimo continuador do rancho folclórico que esteve, durante alguns anos, sob o apoio da ex-Casa do Povo e, mais recentemente, da Junta de Freguesia de Vila Nova de Foz Côa.

ARTIGO 2.º

1 — São sócios desta Associação todos os indivíduos que forem considerados como tais pelos corpos directivos, de acordo com o regulamento interno da Associação.

2 — Os associados obrigam-se ao pagamento inicial de uma quota mensal e, eventualmente, de uma jóia, cujas quantias serão fixadas em assembleia geral.

ARTIGO 3.º

1 — Os corpos directivos desta Associação são a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2 — A composição, o funcionamento e a competência dos corpos directivos são os prescritos no regulamento interno da Associação, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, nomeadamente nos artigos 170.º a 179.º do Código Civil, bem como do disposto no número seguinte.

3 — A direcção será constituída por cinco associados, três dos quais deverão acumular essa qualidade com a de membros do rancho folclórico desta Associação.

4 — O rancho folclórico é constituído, no mínimo, pelo seu director, pelo apresentador, pelo porta-bandeira, por um grupo musical, por um grupo coral e por um grupo de dança.

São considerados fundadores da Associação todos associados que subscrevem estes estatutos.

ARTIGO 4.º

O património social desta Associação é constituído por todos os bens, valores e direitos adquiridos e a adquirir, a título gratuito ou oneroso, para a realização dos seus fins.

ARTIGO 5.º

Para obrigar a Associação bastarão as assinaturas do presidente ou do vice-presidente da direcção e do tesoureiro ou de quem o substitua.

ARTIGO 6.º

No que estes estatutos sejam omissos rege o regulamento geral interno da Associação, cuja aprovação e alterações são da competência da assembleia geral.

ARTIGO 7.º

Enquanto não for possível convocar a assembleia geral que elegerá os corpos directivos da Associação, ficam desde já designados para exercerem as respectivas funções os sócios fundadores.

Está conforme o original na parte que respeita, o que certifico.

Cartório Notarial de Vila Nova de Foz Côa, 14 de Novembro de 1996. — A Notária, Dinora Rocha Martins Gomes. 0-2-98 478

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATÉ BU-JUTSU

Certifico que, por escritura de 22 de Maio de 1996, lavrada de fl. 87 a fl. 89 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 307-F do 2.º Cartório Notarial de Sintra, a cargo da licenciada Maria de Fátima Tavares Pequeto Valente, Fernando Manuel Trindade Batista, Pedro Miguel Germano dos Santos, Alberto Cameira Teixeira Bastos, Carlos Artur Simões Ferreira Alves e António Manuel Tavares Canas Marques constituíram uma associação denominada Associação Portuguesa de Karaté Bu-Jutsu, com sede na Rua do Dr. João de Barros, lote 5, 1.º, direito, em Mem Martins, freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra.

O objecto da Associação é o estudo e divulgação de Karaté Nihon Bu-Juitsu Ryu.

Poderão ser admitidos sócios sob proposta de dois associados e após parecer favorável da direcção e poderão ser destituídos de sócios pela mesma direcção e aprovação da assembleia geral por maioria absoluta de votos dos associados presentes.

Está conforme o original e nada há que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

2.º Cartório Notarial de Sintra, 22 de Maio de 1996. — A Ajudante,
Ana Maria Cadete Almeida. 0-2-98 489

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE INFANTIL DE AVEIRO

Certifico que, por escritura de 22 de Outubro de 1996, iniciada a fl. 63 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 26-F do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, a cargo do notário licenciado José Carreto Lages, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, com sede provisória no serviço de pediatria do Hospital Distrital de Aveiro, freguesia da Glória, concelho de Aveiro, e o seu objecto é promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos entre os seus associados e outras pessoas interessadas pela saúde infantil, contribuir para o desenvolvimento da educação e ensino em saúde infantil e outros relacionados com tratamentos e saúde infantil.

Poderão ser sócios de honra todas as pessoas singulares ou colectivas que hajam prestado à Associação serviços de excepção importância, de mérito, os profissionais ou pessoas colectivas ligadas à saúde infantil que hajam prestado à Associação serviços relevantes ou distintos e efectivos todos os indivíduos que prestem serviços no Hospital Distrital de Aveiro e que requeiram a sua admissão.

A admissão de sócios de honra e de mérito é da competência exclusiva da assembleia geral, mediante proposta da direcção, e os efectivos serão admitidos pela direcção.

Está conforme ao original.

2.º Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, 24 de Outubro de 1996. — A Escriutária Superior, Maria Fernanda Oliveira Costa Santos Pinto. 0-2-98 490

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA RIBA-DOURO

Certifico que, em 22 de Novembro de 1996, de fl. 9 v.º a fl. 11 do livro de notas n.º 129-A do Cartório Notarial de Baião, a cargo do notário licenciado Alberto da Costa Santos, foi exarada uma escritura de constituição de uma associação com a denominação de Associação Cultural Desportiva Riba-Douro, com sede no lugar da Pala, freguesia de Ribadouro, concelho de Baião, que visa a actividade cultural, recreativa e desportiva; iniciou a sua actividade no dia 22 de Novembro de 1996 e durará por tempo indeterminado.

Está conforme e certifico que na parte omitida da referida escritura nada há em contrário ou além do que aqui se narra ou transcreve.

Cartório Notarial de Baião, 22 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, Maria Amélia de Mesquita Magalhães. 0-2-98 491

ASSOCIAÇÃO — CENTRO DE TREINO OSTEOPÁTICO DE LISBOA

Certifico que, por escritura de 14 de Novembro de 1996, lavrada com início a fl. 68 do livro n.º 154-I do 16.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do adjunto do notário João José Gonçalves Antunes Afonso, foram alterados os estatutos da associação em epígrafe, quanto aos seus artigos 1.º e 5.º, ficando os mesmos com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

É constituída uma associação científica e técnica, pessoa colectiva privada e sem fins lucrativos, denominada Instituto de Técnicas de Saúde, que se rege pelos respectivos estatutos e pela lei.

ARTIGO 5.º

O Instituto de Técnicas de Saúde tem por objecto o ensino de terapias manuais e de outras técnicas de saúde, assim como a prestação de serviços relativos a estas terapias manuais.

Está conforme.

16.º Cartório Notarial de Lisboa, 19 de Novembro de 1996. — A Ajudante, Rosa Maria Ferreira Silva Amadeu Vaz. 0-2-98 499

MOTO-CLUBE ÁGUIAS DO OCEANO

Certifico que, por escritura de 27 de Novembro de 1996, lavrada a fl. 20 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 32-C do Cartório Notarial de Sines, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada Moto-Clube Águias do Oceano, com sede na Ribeira de Baixo, na freguesia e concelho de Sines, tendo por objecto promover a inter-relação com outros clubes dedicados ao motociclismo, para realização de acções conjuntas.

Os associados concorrem para o património social com uma jóia e quotas mensais, a fixar em assembleia geral.

A associação funciona através de uma direcção composta de um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, dois secretários e dois vogais.

Cartório Notarial de Sines, 27 de Novembro de 1996. — A Ajudante, (Assinatura ilegível.) 0-2-98 500

ASSOCIAÇÃO TAEKWON-DO ESTREMADURA

Certifico que, por escritura de 21 de Novembro corrente, lavrada de fl. 65 v.º a fl. 67 do livro de notas para escrituras diversas n.º 102-C do Cartório Notarial da Moita, a cargo do notário interino Mário Salvador Nunes, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe e com sede provisória na Praceta de Angelina Vidal, 2.º, 3.º, frente, freguesia de Amora, concelho do Seixal, tendo como seu objecto o ensino da prática de taekwon-do, promover torneios, cursos de arbitragem, instrutores e monitores.

Podem ser sócios da Associação todos os praticantes da modalidade ou quaisquer pessoas singulares interessadas na prática da modalidade.

A eliminação por falta de pagamento das quotas será da competência da direcção.

A expulsão da Associação é da competência da assembleia geral, após processo disciplinar devidamente fundamentado.

É certidão narrativa que fiz extrair e vai conforme.

Cartório Notarial da Moita, 25 de Novembro de 1996. — A Ajudante, Maria da Conceição Alves da Silva Oliveira. 0-2-98 501

AESE — ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS SUPERIORES DE EMPRESA

Certifico que, por escritura de 8 de Novembro em curso, lavrada nas notas do 15.º Cartório Notarial de Lisboa, a fl. 63 do livro n.º 122-I, foram alterados integralmente os estatutos da associação sem fins lucrativos com a denominação em epígrafe, que tem a sua sede na Rua de Francisco Stropm, 7, 1.º, G, em Lisboa. A Associação mantém o seu objecto, que é o de proporcionar formação específica em gestão e direcção de empresas, segundo uma perspectiva cristã do homem e da sociedade. Para atingir esta finalidade, a Associação poderá desenvolver todas as actividades adequadas, nomeadamente:

- Organizar cursos e outras acções de formação a diversos níveis de direcção e gestão de empresas;
- Elaborar estudos sobre o seu objecto;
- Promover a edição de publicações;
- Apoiar ou participar em acções úteis à realização do seu objecto;
- Colaborar, em geral, com entidades nacionais ou estrangeiras que prossigam fins análogos ou que, pela sua natureza, possam apoiar a acção desenvolvida pela Associação.

Podem ser sócios da Associação pessoas singulares e pessoas colectivas. Os sócios classificam-se em duas categorias: efectivos e aderentes. São sócios efectivos os sócios fundadores da Associação e as pessoas singulares como tais admitidas pela assembleia geral, sob proposta da direcção. São sócios aderentes as entidades singulares ou colectivas que o solicitarem e forem admitidas pela direcção, em razão da sua participação nas actividades da Associação. Os sócios efectivos são demitidos pela assembleia geral, sob proposta fundamentada da direcção.

15.º Cartório Notarial de Lisboa, 14 de Novembro de 1996. — A Ajudante, Ana Maria Pinto Serra Martins. 0-2-98 502

TRILHOS — ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Certifico que, por escritura de 11 de Novembro de 1996, iniciada a fl. 19 do livro de notas n.º 60-D do Cartório Notarial de Rio Tinto, Jorge Miguel Antunes Nunes, casado, residente na Rua de D. António Castro Meireles, 2019, D, 1.º, Centro, Baguim do Monte, Gondomar, Ana Lúcia de Oliveira Cruz, solteira, maior, residente na Rua do Alto de Barreiros, 666, Fânzeres, Gondomar, e Márcia de Oliveira Cruz Nunes, casada, residente na dita Rua de D. António Castro Meireles, 2019-D, 1.º, centro, constituíram uma associação denominada Trilhos — Associação Juvenil

de Educação Ambiental, com sede na Rua do Alto de Barreiros, 666, freguesia de Fânzeres, concelho de Gondomar, com os seguintes objectivos:

- a) Desenvolver a cooperação e solidariedade entre os seus associados, na base da realização de iniciativas relativas à problemática da juventude;
- b) Organizar e dinamizar actividades de educação ambiental;
- c) Promover a animação e formação juvenil.

Está conforme.

Cartório Notarial de Rio Tinto, 12 de Novembro de 1996. —
A Ajudante, (Assinatura ilegível.) 0-2-98 504

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE ALMACINHA

Certifico que, por escritura lavrada em 3 de Outubro do corrente ano, de fls. 44 a 46 do livro de notas para escrituras diversas n.º 314-A do Cartório Notarial de Mortágua, foi constituída a associação denominada Associação Cultural e Recreativa de Almacinha, com sede em Almacinha, freguesia e concelho de Mortágua, que se regerá nos termos constantes das cláusulas seguintes:

1.º

A associação adopta a denominação de Associação Cultural e Recreativa de Almacinha, com sede em Almacinha, freguesia e concelho de Mortágua.

2.º

A Associação tem por finalidade a promoção cultural, recreativa e desportiva dos seus associados e população em geral.

3.º

Podem ser associados todos os indivíduos admitidos pela direcção e que aceitem os estatutos e os regulamentos da Associação.

4.º

Os associados ficam obrigados ao pagamento de uma jóia inicial e de uma quota mensal cujos montantes serão fixados em assembleia geral.

5.º

Perdem a qualidade de associados:

- a) Os que pedirem a sua exoneração;
- b) Os que tiverem em atraso mais de 12 quotas e não regularizem a sua situação, mesmo depois de avisados, dentro dos três meses seguintes;
- c) Os que por palavras ou actos difamem ou prejudiquem a Associação;
- d) Os que voluntariamente destruírem ou contribuírem para a destruição do património da Associação ou desvio de quaisquer bens ou valores à mesma pertencentes, independentemente do procedimento judicial que lhe corresponda.

6.º

Os órgãos sociais da Associação são a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

7.º

A assembleia geral é constituída por todos os sócios admitidos e é dirigida pela respectiva mesa, que se compõe do presidente, vice-presidente e secretário.

8.º

Compete à assembleia geral:

- a) Eleger, no mês de Outubro e de dois em dois anos, a sua mesa, a direcção e o conselho fiscal;
- b) Aprovar os estatutos e regulamentos internos, apresentados pela direcção;
- c) Deliberar em tudo o que seja do interesse da Associação, no âmbito da sua competência, de acordo com as disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 170.º a 179.º do Código Civil.

9.º

1 — A assembleia geral será convocada pelo seu presidente para as reuniões ordinárias previstas nos presentes estatutos e ainda extraordinariamente a pedido da direcção ou quando requerida por pelo menos um terço dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

2 — A assembleia geral será convocada por meio de aviso postal expedido para cada um dos associados com antecedência mínima de oito dias.

10.º

Compete à mesa da assembleia geral:

- a) Fazer funcionar a assembleia em primeira convocatória à hora marcada com a maioria dos associados ou em segunda convocatória meia hora mais tarde, com os presentes;
- b) Dar posse aos corpos sociais.

11.º

A direcção da Associação é constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

12.º

À direcção compete gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Gerir o património da Associação com a maior dedicação, elaborando o relatório e contas de exercício e submetendo-os ao parecer do conselho fiscal e posteriormente à aprovação da assembleia geral;
 - b) Dirigir a vida associativa, tomando as iniciativas e medidas que melhor conduzam aos seus fins;
 - c) Aprovar a admissão de sócios;
 - d) Representar a Associação em juízo e fora dele.
- A Associação obriga-se com a assinatura de dois elementos da direcção.

13.º

O conselho fiscal é composto por um presidente, um relator e um vogal.

14.º

Compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção;
- b) Verificar as suas contas e relatórios.

15.º

Os casos omissos nos presentes estatutos serão resolvidos em assembleia geral ou regulamento interno.

Cartório Notarial de Mortágua, 8 de Outubro de 1996. — A Ajudante,
Ana Maria do Nascimento Carvalho Vieira. 0-2-98 505

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA

Certifico que, por escritura outorgada em 7 de Março do ano corrente, a fls. 103 e seguintes do livro n.º 380-G do 1.º Cartório Notarial de Braga, a cargo do notário licenciado Rodrigo António Prieto da Rocha Peixoto, foram alterados na totalidade os estatutos da Associação de Futebol de Braga.

1.º Cartório Notarial de Braga, 10 de Outubro de 1996. — O Ajudante,
Carlos Manuel Sampaio de Sousa Martins. 0-2-98 506

SEMENTES DE ESPERANÇA — ASSOCIAÇÃO DE AUTO-AJUDA A DESEMPREGADOS DO CONCELHO DE PORTEL

Certifico que, por escritura outorgada no Cartório Notarial da Vidigueira, no dia 27 de Novembro de 1996, lavrada a fls. 29 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 7-C, foi constituída uma associação com a denominação Sementes de Esperança — Associação de Auto-Ajuda a Desempregados do Concelho de Portel, tem a sua sede na Rua do Álamo, 36, na vila de Portel, e tem como fim contribuir para a motivação dos desempregados e pessoas afastadas do mercado de trabalho, desenvolver e apoiar iniciativas, informação e acompanhamento na procura de emprego, aproximação do mercado de trabalho, dinamizar mercado de emprego local, educação e formação profissional e actividades sociais.

O património e os meios de subsistência da Associação serão assegurados por uma quota mensal no valor a fixar pela assembleia.

São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

A competência e forma de funcionamento da assembleia geral é regulada pelas normas dos artigos 172.º a 179.º do Código Civil.

A mesa da assembleia geral é composta por três associados, eleitos por maioria simples, sendo um presidente e dois vogais, competindo-lhes convocar e dirigir os trabalhos das assembleias gerais e lavrar as respectivas actas.

A direcção é composta por cinco associados, sendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e dois vogais, competindo-lhe a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar.

O conselho fiscal é composto por três associados, competindo-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, verificar as suas contas e relatório e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento de despesas ou diminuição de receitas, devendo reunir-se uma vez em cada trimestre.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Vidigueira, 29 de Novembro de 1996. —
A Ajudante, (Assinatura ilegível.) 0-2-98 507

PARTE B

ÍNDICE

EMPRESAS — REGISTO COMERCIAL

<i>Alcobaça</i>	496	<i>Marco de Canaveses</i>	522
<i>Amarante</i>	521	<i>Oeiras</i>	507
<i>Braga</i>	490	<i>Penafiel</i>	523
<i>Cascais</i>	496	<i>Porto:</i>	
<i>Lisboa:</i>		1.ª Secção	524
2.ª Secção	503	2.ª Secção	534
4.ª Secção	503	<i>Santa Maria da Feira</i>	489
<i>Loures</i>	504	<i>Torres Vedras</i>	519
		<i>Vila Nova de Famalicão</i>	492

4. Empresas — Registo comercial

AVEIRO

SANTA MARIA DA FEIRA

A. G. — PARTICIPAÇÕES, S. G. P. S., S. A.

Sede: Rua do Cedro, Mozelos, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 4601/960124; identificação de pessoa colectiva n.º 503583251; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 46/960529.

Certifico que foi feita a prestação de contas do ano de exercício de 1995, da sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 25 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02578824

MDS — IMOBILIÁRIA, L.ª

Sede: Padrão, Vila Maior, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3779/930428; identificação de pessoa colectiva n.º 502982390; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/951003.

Certifico que foi alterado o pacto social da sociedade em epígrafe, quanto aos artigos 2.º, 3.º e 5.º, cuja redacção actualizada é a seguinte:

ARTIGO 2.º

O seu objecto social consiste na compra e venda de bens imobiliários e construção e engenharia civil.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5 000 000\$, dividido em cinco quotas: uma de 1 500 000\$, do sócio Manuel Dias Ferreira e Silva; uma de 1 100 000\$, do sócio Manuel Armando Dias da Silva; uma de 1 000 000\$, do sócio Luís Filipe Dias da Silva; uma de 900 000\$, da sócia Carla Isabel da Silva Dias; e uma de 500 000\$, da sócia Alzira da Silva e Sousa.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada aos sócios Manuel Dias Ferreira e Silva e Manuel Armando Dias da Silva, desde já nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos, é necessária a intervenção conjunta de dois gerentes, excepto para os actos de mero expediente, em que é suficiente a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 29 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02576805

PRISMA — INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S. A.

Sede: Meladas, Mozelos, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3204-A/901220; identificação de pessoa colectiva

n.º 502537642; inscrições n.ºs 7 e 15; números e datas das apresentações: 27/950607 e 53/961112.

Certifico que:

a) Cessaram funções os membros do conselho de administração, António Paulo de Araújo Portugal Guichard Alves e António Rios de Amorim e da vogal do conselho fiscal: Graça Ferrer Oliveira Castro, por renúncia, em 31 de Março de 1995;

b) Foi efectuado o registo da prestação de contas do ano de exercício de 1995, tendo os documentos sido depositados na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 29 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02319780

GRAÇA MARIA FERREIRA DA CONCEIÇÃO GOMES, L.ª

Sede: Rua do Rapigo, Mozelos, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3585/920911; identificação de pessoa colectiva n.º 502841281; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 15/951122.

Certifico que o capital da sociedade em epígrafe foi aumentado de 800 000\$ para 10 000 000\$, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 3.º do pacto social, cuja redacção actualizada é a seguinte:

3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social, é de 10 000 000\$, dividido em duas quotas de 5 000 000\$ cada, pertencentes uma a cada um dos sócios, Joaquim de Sousa Gomes e Graça Maria Ferreira da Conceição Gomes.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na respectiva pasta.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 27 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02577771

PROIMO — S. G. P. S., S. A.

Sede: Meladas, Mozelos, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3753/930331; identificação de pessoa colectiva n.º 501403868; inscrições n.ºs 11 e 13; números e datas das apresentações: 39/941114 e 25/950607.

Certifico que foram efectuados os seguintes registos:

a) Cessação de funções do vogal do conselho fiscal, José Jacinto Queirós da Costa Veloso e do revisor oficial de contas César Gonçalves, João Rodrigues & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Jorge de Oliveira Rodrigues, por renúncia, em 31 de Março de 1995;

b) Designação de membros do conselho fiscal para preenchimento de vagas e por remodelação: presidente, César Gonçalves, João Rodrigues & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Jorge de Oliveira Rodrigues (revisor oficial de contas), (em substituição de José Jacinto Queirós da Costa Veloso e por remodelação); vogal suplente, José Manuel Ruivo da Pena (revisor oficial de contas), (por alargamento do conselho fiscal).

Data da designação: 31 de Março de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 25 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02319764

EUROCÁPSULAS — INDÚSTRIAS DE CÁPSULAS, L.^{da}

Sede: Zona Industrial de Argoncilhe, à Avenida da Seixa, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3312/910829; identificação de pessoa colectiva n.º 502642947; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 54/960523.

Certifico que foi alterado o pacto social da sociedade em epígrafe, quanto ao artigo 1.º, cuja redacção actualizada é a seguinte:

1.º

A sociedade continua a girar sob a denominação Eurocápsulas — Indústrias de Cápsulas, L.^{da}, passa a ter a sua sede na Zona Industrial de Argoncilhe, à Avenida da Seixa, do concelho de Santa Maria da Feira.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 29 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02533537

REIS PELE CONFECÇÕES, L.^{da}

Sede: Aldeia de Baixo, Escapães, Santa Maria da Feira

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 3777/930428; identificação de pessoa colectiva n.º 502982438; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 49/960329.

Certifico que o capital da sociedade em epígrafe foi aumentado de 1 000 000\$ para 10 000 000\$, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 3.º do pacto social, cuja redacção actualizada é a seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos valores constantes da escrituração social, é de 10 000 000\$ dividido em duas quotas que são: uma de 9 000 000\$, pertença de Manuel Fernando Vieira Reis e uma de 1 000 000\$, pertença de Cecília Maria Macedo Ferreira.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na respectiva pasta.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 25 de Novembro de 1996. — A Adjunta do Conservador, *Carmen Maria Coelho Mota Neves*. 02531860

BRAGA

BRAGA

GASPAR BORGES, IMOBILIÁRIA, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 5053; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 44/960603.

Certifico que a sociedade em epígrafe, constituída entre Gaspar Gonçalves Borges e mulher, Carmo Barbosa Lopes Borges, Marta Daniela Barbosa Gonçalves Borges, solteira, menor, Cláudia Maria Barbosa Gonçalves Borges, Luís Filipe Barbosa Gonçalves Borges e Eva Luci Barbosa Gonçalves Borges, solteiros, maiores, se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Gaspar Borges, Imobiliária, L.^{da}, tem a sua sede na Rua do Caires, 10, salas 1 e 2, freguesia de Braga (Maximinos), da cidade de Braga.

§ único. A sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro local do concelho de Braga, por simples deliberação da gerência.

2.º

O seu objecto é a construção civil, compra e venda de imóveis.

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 5 000 000\$ e está dividido em seis quotas, sendo uma de 2 750 000\$, pertencente ao sócio Gaspar Gonçalves Borges, e cinco de 450 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos restantes sócios, Carmo Barbosa Lopes Borges, Marta Daniela Barbosa Gonçalves Borges, Cláudia Maria Barbosa Gonçalves Borges, Eva Luci Barbosa Gonçalves Borges e Luís Filipe Barbosa Gonçalves Borges.

4.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, até ao limite de 500 000 000\$, na proporção do valor das quotas, por uma ou mais vezes, desde que por deliberação tomada pela maioria dos votos correspondentes ao capital social seja reconhecida a sua necessidade para o desenvolvimento dos negócios sociais.

§ único. Independentemente do que fica consignado quanto a prestações suplementares de capital, poderá qualquer dos sócios fazer suprimentos a sociedade, nas condições estabelecidas por deliberação social.

5.º

A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete ao sócio Gaspar Gonçalves Borges, desde já nomeado gerente, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para que a sociedade fique obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura do gerente.

§ 2.º Ficam incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de veículos automóveis da e para a sociedade.

6.º

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças e abonações, sob pena de o infractor ser responsável pessoal e ilimitadamente, pelo acto em que intervier, sendo, além disso, responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

7.º

É livremente permitida a cessão total ou parcial de quotas entre os sócios; porém, a cessão a estranhos depende do consentimento dos sócio ou sócios não cedentes, os quais gozam do direito de preferência em primeiro lugar e, em segundo lugar, a sociedade.

8.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio titular nos seguintes casos:

a) Insolvência ou falência do sócio titular;

b) Arresto, arrolamento ou penhora, aos quais não tenha sido deduzida oposição ou esta tenha sido julgada judicialmente improcedente;

c) Arrematação e venda ou adjudicação judiciais, excepto inventário.

§ 1.º A amortização em qualquer destes casos é feita pelo valor determinado segundo o último balanço aprovado, sendo o pagamento feito em seis prestações semestrais.

§ 2.º Considera-se para todos os efeitos realizada a amortização logo que a primeira prestação do valor da quota seja depositada na Caixa Geral de Depósitos à ordem do interessado ou de quem de direito.

9.º

No caso de falecimento de algum dos sócios a sociedade continuará com os sócios sobreviventes e os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

10.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias, salvo nos casos para que a lei prescreva outra forma de convocação.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Braga, 6 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 03035964

RESTAURANTE SANTA MARGARIDE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 2973; identificação de pessoa colectiva n.º 502227630; número e data da apresentação: 17/960418.

Certifico que cessou funções de gerência, Paulino Fernandes Malainho, por renúncia, em 12 de Fevereiro de 1996, e Maria da Graça Teixeira da Silva, por renúncia, em 12 de Fevereiro de 1996.

Mais certifico que foram nomeados gerentes Luís Eugénio Teixeira da Silva, casado, e Elsa Maria Teixeira da Silva, solteira, maior, em 12 de Fevereiro de 1996.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Braga, 6 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 02989590

PENHOES DO NORTE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4935; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/960209.

Certifico que a sociedade em epígrafe, constituída entre Arlindo Júlio da Silva Ferreira, solteiro, maior, e Maria José Mestre Castro, divorciada, se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade denominação Penhores do Norte, L.ª, tem a sua sede na Avenida de Norton de Matos, 44, 1.º, esquerdo, na cidade de Braga e o seu início conta-se a partir da data do registo definitivo da sociedade na competente conservatória de registo comercial.

2 — Por simples deliberação da gerência a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a indústria de empréstimos sobre penhores.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 520 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 260 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios, Arlindo Júlio da Silva Ferreira e Maria José Mestre Castro.

ARTIGO 4.º

Na cessão de quotas, total ou parcial, mesmo entre sócios carece do consentimento da sociedade à qual, em segundo lugar e aos sócios não cedentes, em primeiro, é reservado o direito de preferência.

1 — Para o exercício dos direitos de preferência, previstos no corpo deste artigo, o sócio que pretender alienar onerosamente a sua quota, no todo ou em parte, transmitirá a sua vontade aos restantes sócios e à gerência da sociedade, por meio de cartas registadas com aviso de recepção, indicando as condições em que pretende efectuar a cessão e todas as responsabilidades das quais se pretende exonerar e cada um dos preferentes, por sua vez, comunicará àquele, pela mesma forma e dentro do prazo máximo de 15 dias a contar da recepção da respectiva carta, se pretendem adquirir a quota nas condições referidas.

2 — A cessão onerosa de quotas, total ou parcial, a estranhos apenas é permitida no caso de nenhum sócio nem a sociedade exercerem os respectivos direitos de preferência, nos termos e condições do corpo e do n.º 1 deste artigo.

3 — No caso de cessão gratuita de quotas, total ou parcial, os sócios, em primeiro lugar e a sociedade em segundo, têm direito de preferência, o qual será exercido pelo valor da quota resultante de um balanço efectuado para o efeito.

4 — Ao direito de preferência consignado neste artigo é atribuída eficácia real, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 421.º do Código Civil.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade é exercida por ambos os sócios que, desde já, são nomeados gerentes.

2 — A fixação de remuneração dos gerentes compete à assembleia geral, podendo tal remuneração ser constituída por uma parte fixa e outra variável.

3 — Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência noutro gerente e a sociedade poderá constituir mandatários com poderes para determinados negócios ou espécie de negócios.

4 — A sociedade fica obrigada:

a) Pela assinatura de um gerente;
b) Pela assinatura de um procurador, agindo este dentro dos limites da respectiva procuração.

5 — Compete designadamente à gerência:

a) Exercer, em geral, os poderes normais de administração social;
b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente, podendo desistir, confessar e transigir em processos judiciais.

ARTIGO 6.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO 7.º (transitório)

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar o capital social depositado para fazer face às despesas de constituição, registo e início da actividade.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Braga, 6 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 02987279

BRAGATEL — COMPANHIA DE TELEVISÃO POR CABO DE BRAGA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4038; identificação de pessoa colectiva n.º 503078220; número e data da apresentação: 5/961111.

Certifico que cessou funções de gerência Robert Jean Pierre Antoine, por renúncia, em 31 de Maio de 1996.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Braga, 6 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 03039234

VILA NOVA DE FAMALICÃO

ABÍLIO DA COSTA ARAÚJO & FILHOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão.
Matrícula n.º 365/670509; identificação de pessoa colectiva
n.º 500006520; inscrição n.º 3; número e data da apresentação:
60/960123.

Certifico que os sócios da referida sociedade deliberam aumentar o respectivo capital social de 45 000 000\$ para 71 000 000\$, todo ele realizado em dinheiro, por entradas já efectuadas por todos os sócios que, assim, reforçam as quotas que actualmente possuem.

Assim, o sócio Álvaro Sebastião Matos de Araújo entrou com a quantia de 13 000 000\$, ficando a possuir uma quota de 35 500 000\$; a sócia Maria de Lurdes Matos de Araújo entrou com a quantia de 6 500 000\$, ficando a possuir uma quota de 17 750 000\$; a sócia Maria Bernardete Ribeiro Ferreira entrou com a quantia de 4 327 500\$ ficando a possuir uma quota de 11 820 000\$; e o sócio Alcides Martins de Araújo Maia entrou com a quantia de 2 172 500\$, ficando a possuir uma quota de 5 930 000\$;

Que, em consequência do efectuado aumento de capital, alteram a redacção do corpo do artigo 3.º do contrato de sociedade, disposição que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita social, é de 71 000 000\$ e está dividido em quatro quotas, a saber: uma de 35 500 000\$, pertencente ao sócio Álvaro Sebastião Matos de Araújo; uma de 17 750 000\$, pertencente à sócia Maria de Lurdes Matos de Araújo; uma de 11 820 000\$, pertencente à sócia Maria Bernardete Ribeiro Ferreira; e uma de 5 930 000\$, pertencente ao sócio Alcides Martins de Araújo Maia.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão,
2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02765420

E. PEREIRA DA SILVA & C.ª, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão.
Matrícula n.º 1780/860728; identificação de pessoa colectiva
n.º 501700129; inscrição n.º 5; número e data da apresentação:
of. 57/960509.

Certifico que foi concedida autorização por Eduardo Pereira da Silva, em 27 de Fevereiro de 1996, para que o seu apelido «Pereira da Silva» continue a figurar na firma.

Mais verifico que, pela inscrição n.º 7, apresentação n.º of. 58/960509, foi concedida a autorização por Maria Manuela de Campos Almeida da Silva, em 27 de Fevereiro de 1996, para que o seu apelido «Silva» continue a figurar na firma.

Finalmente certifico que pela inscrição n.º 8, apresentação n.º 59/960509, os sócios da referida sociedade deliberam alterar o contrato de sociedade quanto aos artigos 3.º e 4.º, mantendo o seu corpo, eliminam o § único, que passa a chamar-se § 1.º e aditam-lhe um novo parágrafo, que será o segundo, o que tudo passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e já realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrita social, é de 15 000 000\$ e está dividido em duas quotas: uma do valor de 12 750 000\$, pertencente ao sócio António Ângelo Ramos e outra de 2 250 000\$, pertencente à sócia Zulmira Simão Pimentel Capelo Ramos.

ARTIGO 4.º

§ 1.º

§ 2.º Ficam, desde já, nomeados gerentes os sócios António Ângelo Ramos e Zulmira Simão Pimentel Capelo Ramos.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão,
2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02768640

SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DIGITAIS, S. E. D., L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão.
Matrícula n.º 3077/921124; identificação de pessoa colectiva
n.º 502876506; inscrição n.º 6; número e data da apresentação:
33/960125.

Certifico que os sócios da referida sociedade deliberam alterar, como efectivamente alteram o artigo 4.º do pacto social, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, pertence ao sócio José Manuel Sá Carneiro.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos, nomeadamente documentos de responsabilidade e compra e venda de veículos automóveis, para e da sociedade, é suficiente a assinatura do gerente José Manuel Sá Carneiro.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão,
2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02765683

PEIXARIA E POMAR OLIVEIRENSE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão.
Matrícula n.º 3523/940506; identificação de pessoa colectiva
n.º 503208795; inscrição n.º 2; número e data da apresentação:
38/960115.

Certifico que foi dissolvida a referida sociedade.

Data da aprovação das contas: 29 de Dezembro de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão,
2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02765020

MATEUS & TAVARES — PUBLICIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão.
Matrícula n.º 3045/920923; identificação de pessoa colectiva
n.º 502841346; inscrição n.º 3; número e data da apresentação:
of. 41/960116.

Certifico que Jorge Paulo Silva Tavares, em 17 de Novembro de 1995, autorizou que o seu apelido «Tavares» continue a figurar na firma.

Mais certifico que pela inscrição n.º 4, apresentação n.º 42/960116, os sócios da referida sociedade deliberaram alterar, como alteram, no contrato de sociedade o artigo 3.º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e está dividido em três quotas: uma de 220 000\$,

pertencente ao sócio Raul José Pires Mateus, uma de 100 000\$, pertencente ao sócio Orlando César Pires Mateus e outra de 80 000\$, pertencente ao sócio José Rosendo Araújo Cruz.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência, administração e direcção da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence ao já gerente Raul José Pires Mateus, com a remuneração que se vier a fixar em assembleia geral.

2 — Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos, contratos ou documentos de responsabilidade, mesmo na compra e venda de viaturas automóveis, para e da sociedade, é suficiente a assinatura de um só gerente, ou a de procurador ou mandatário da sociedade, com poderes especiais conferidos no respectivo mandato.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02351986

SOUSAS & SOUSA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 1961/870707; identificação de pessoa colectiva n.º 501848932; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 41/960111.

Certifico que os sócios da referida sociedade deliberam:

a) Mudar a sede social do lugar de Surribes, freguesia de Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão, para o lugar de Portela, da mesma freguesia de Riba de Ave;

b) Aumentar o capital social de 10 500 000\$ para 30 000 000\$, sendo o aumento de 19 500 000\$, todo ele realizado em dinheiro, subscrito pelos sócios e na proporção das quotas dos sócios, sendo a quota de cada sócio elevada para 15 000 000\$; e

c) Em consequência, alterar parcialmente o contrato social, no que concerne ao corpo do artigo 2.º e ao artigo 4.º do pacto social, os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

2.º

A sua sede é situada no lugar de Portela, freguesia de Riba de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão.

4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrita social, é de 30 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas do valor nominal de 15 000 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02351900

FORMAÇÃO E SERVIÇOS INFORMÁTICOS DE XAVIER, SOUSA & MACHADO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 3553/940723; identificação de pessoa colectiva n.º 503242241; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 39/960115.

Certifico que foi dissolvida e liquidada a referida sociedade.

Data da aprovação das contas: 29 de Dezembro de 1994.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02765012

MATOS & ALCINO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 1952/870616; identificação de pessoa colectiva n.º 501840753; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: of. 35/960129.

Certifico que Manuel Matos Pereira renunciou ao cargo de gerente em 27 de Outubro de 1995.

Mais certifico que pela inscrição n.º 3 — Apresentação n.º 36/960129, foi designada gerente Idalina da Conceição Pinto Fontão Oliveira, por deliberação de 27 de Outubro de 1995.

Pela inscrição n.º 4 — Apresentação n.º 37/960129, foi alterado o pacto, consistente na alteração do § 1.º do artigo 5.º, ficando a constar:

Forma de obrigar: pela assinatura de qualquer um dos gerentes.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02765802

H. J. N. — CONFECÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2866/911219; identificação de pessoa colectiva n.º 502672706; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 42/960415.

Certifico que os sócios da sociedade acima referida deliberam aumentar o capital social daquela sociedade para 10 000 000\$, sendo o reforço, no montante de 9 600 000\$, realizado em dinheiro e pela forma seguinte:

a) O sócio Manuel Carneiro de Carvalho Nunes entra com a importância de 3 280 000\$, pelo que a sua quota é elevada para 3 400 000\$;

b) A sócia Maria Isabel Correia de Barros Nunes entra com a importância de 3 060 000\$, pelo que a sua quota é elevada para 3 300 000\$;

c) O sócio Joaquim Ferreira da Silva entra com a importância de 3 260 000\$, pelo que a quota é elevada para 3 300 000\$.

E que, nestes termos, dão como aumentado o capital social da aludida sociedade, dando, em consequência, nova redacção ao artigo 3.º do respectivo contrato, a qual passa a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 000\$ e corresponde à soma de três quotas, sendo uma de 3 400 000\$, pertencente ao sócio Manuel Carneiro de Carvalho Nunes e duas iguais de 3 300 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Maria Isabel Correia de Barros Nunes e Joaquim Ferreira da Silva.

Mais certifico que pela inscrição n.º 3 — Apresentação n.º 43/960415, foi alterado o pacto no concerne ao artigo 1.º ficando a constar:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma ou denominação H. J. N. — Confecções, L.ª, tem a sua sede no Pavilhão n.º 3, no lugar de São João da Pedra Leital, da freguesia de Requião, do concelho de Vila Nova de Famalicão e durará por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir do dia 13 de Dezembro de 1991.

Mais certifico que pela inscrição n.º 1 — Apresentação n.º 54/961111 — Averbamento n.º 1, Maria Isabel Correia de Barros Nunes, cessou as suas funções de gerente, por renúncia, de 17 de Janeiro de 1996.

Pela inscrição n.º 4 — Apresentação n.º 44/960415, foi designado gerente Joaquim Ferreira da Silva.

Data da deliberação: 17 de Janeiro de 1996.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02767872

M. GASPAR & ARAÚJO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2401/890926; identificação de pessoa colectiva n.º 502225653; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 85/960129.

Certifico que os sócios da referida sociedade, de comum acordo, dissolvem a referida sociedade a partir de 10 de Novembro de 1995, para todos os efeitos.

Que a referida sociedade não possui bens imóveis, nem activo nem passivo, pelo que, a partir de hoje, com a aprovação das contas, de mútuo acordo, a dão por liquidada.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02765829

ARTUR & MARTINS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 3536/940524; identificação de pessoa colectiva n.º 503225363; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 45/960516.

Certifico que os sócios da referida sociedade deliberam:

a) Aumentar, e efectivamente aumentam, o capital social da mencionada sociedade, dos actuais 1 000 000\$ para 4 000 000\$, sendo um aumento de 3 000 000\$, todo ele realizado em dinheiro, que, assim, reforçam as suas quotas, tendo o sócio Nuno Maria de Freitas Martins entrado com a quantia de 2 500 000\$, pelo que passa a ter uma quota de 3 000 000\$ e o sócio Artur Correia Campos, com a quantia de 500 000\$, pelo que passa a ter uma quota de 1 000 000\$; e

b) Alterar o contrato de sociedade quanto ao seu artigo 3.º, corpo do artigo 5.º e seu § 1.º, os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 4 000 000\$, e corresponde à soma de duas quotas: uma de 3 000 000\$, pertencente ao sócio Nuno Maria de Freitas Martins; e uma de 1 000 000\$, pertencente ao sócio Artur Correia Campos.

ARTIGO 5.º

A gerência e administração da sociedade competem ao sócio Nuno Maria de Freitas Martins, que desde já fica nomeado gerente, com a remuneração que vier a ser fixada em assembleia geral.

§ 1.º Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos ou documentos de responsabilidade, mesmo na compra, venda ou troca de viaturas automóveis é suficiente a assinatura do gerente Nuno Maria de Freitas Martins ou a de procurador ou mandatário, com poderes especiais conferidos no respectivo mandato.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02768712

DILVA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 215/640427; identificação de pessoa colectiva n.º 500085633; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 19/960429.

Certifico que o presidente do conselho fiscal, Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Pinho da Costa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 14 — Apresentação n.º 20/960429, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768259

FREIPER — CONFECÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 3567/940714; identificação de pessoa colectiva n.º 503258741; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 37/960125.

Certifico que os sócios da referida sociedade deliberam alterar o contrato de sociedade tão somente quanto aos artigos 3.º e 4.º, os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 1 000 000\$ e está dividido em duas quotas iguais de 500 000\$ cada uma, pertencendo uma a cada um dos sócios João Manuel Bessa Mendes e Manuel Francisco Gonçalves.

4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme deliberado em assembleia geral, fica atribuída aos dois sócios que, desde já, ficam nomeados gerentes, sendo necessárias as assinaturas conjuntas de dois gerentes para obrigar a sociedade.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02765691

VILARINHO PARQUE — CONSTRUÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 3875/951027; identificação de pessoa colectiva n.º 503540242; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 41/960424.

Certifico que cessaram as suas funções Aurea Fernanda Maia Coelho, Adelino Cerejeira Leitão da Silva e António Manuel Car-

valho Gomes de membros do conselho de administração, por renúncia, em 28 de Março de 1996.

Mais certifico que pela inscrição n.º 2 — Apresentação n.º 42/960524, foi designado o conselho de administração até ao termo de 1995-1998.

Nomeados: Manuel Joaquim Reis Campos, Adelino Cerejeira Leitão da Silva, casados, e Aurea Fernanda Maia Coelho, solteira, maior.

Data da deliberação: 29 de Março de 1996.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02768054

BASTOS & LEÃO — DIVERSÕES PÚBLICAS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 4114/960328; identificação de pessoa colectiva n.º 503017574; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: of. 88/960328.

Certifico que Fernando Roque Leão Canas, cessou as suas funções, por renúncia, em 8 de Março de 1996.

Mais certifico que pela inscrição n.º 6 — Apresentação of. 88/960328, Fernando Roque Leão Canas, autorizou que o seu apelido «Leão» continue a figurar na firma, em 8 de Março de 1996.

Mais certifico que pelo averbamento n.º 2 à inscrição 4, apresentação of. 89/960328, Aurora da Silva Pereira Canas, cessou as suas funções, por renúncia, em 8 de Março de 1996.

Finalmente certifico que os sócios da referida sociedade, pela inscrição n.º 8 — Apresentação n.º 90/960328, alteraram os artigos 1.º e 3.º do pacto social, os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Bastos & Leão — Diversões Públicas, L.^{da}, e tem a sua sede no lugar de Campas, freguesia de Landim, concelho de Vila Nova de Famalicão.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$, e está dividido em duas quotas iguais de 2 500 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios, Avelino Manuel da Silva Costa e José Carlos Martins Pereira.

Conferi e está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante Principal, *Herminia da Conceição Nunes Coelho Lopes*. 02767619

ACRO — SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2747/910424; identificação de pessoa colectiva n.º 502544074; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 40/960426.

Certifico que a sociedade de revisores oficiais de contas, presidente do conselho fiscal, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 10 — Apresentação n.º 41/960426, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768151

J. O. — INVESTIMENTOS — S. G. P. S., S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2745/910424; identificação de pessoa colectiva n.º 502544090; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 67/960426.

Certifico que a sociedade de revisores oficiais de contas, presidente do conselho fiscal, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 10 — Apresentação n.º 68/960426, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768224

O. R. O. — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2746/910424; identificação de pessoa colectiva n.º 502544082; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 65/960426.

Certifico que a sociedade de revisores oficiais de contas, presidente do conselho fiscal, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 11 — Apresentação n.º 66/960426, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768208

SOCIAFRO — SOCIEDADE DE SERVIÇOS AGRO-INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 1451/830301; identificação de pessoa colectiva n.º 501359966; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 21/960429.

Certifico que o vogal do conselho fiscal, Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Pinho da Costa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 11 — Apresentação n.º 22/960429, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768267

OLIFIL TÊXTEIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 1908/870323; identificação de pessoa colectiva n.º 501799443; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 16/960429.

Certifico que o vogal do conselho fiscal, Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Pinho da Costa, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, actualmente denomina-se de Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 11 — Apresentação n.º 17/960429, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768240

F. PIMENTA, SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2744/910429; identificação de pessoa colectiva n.º 502547642; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 27/960429.

Certifico que a sociedade de revisores oficiais de contas, presidente do conselho fiscal, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 10 — Apresentação n.º 28/960429, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768283

COSOLI — SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão. Matrícula n.º 2748/910502; identificação de pessoa colectiva n.º 502547634; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 63/960426.

Certifico que a sociedade de revisores oficiais de contas, presidente do conselho fiscal, actualmente denomina-se Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mais certifico que pela inscrição n.º 10 — Apresentação n.º 64/960426, foram depositadas as contas relativas ao ano de 1995.

Conferi e está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, 2 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Ferreira de Sá Araújo*. 02768194

LEIRIA

ALCOBAÇA

PALMER — COMÉRCIO INTERNACIONAL, L.ª

Sede: Largo de José Damasceno de Campos, 2.º, esquerdo, Benedita, Alcobaca

Conservatória do Registo Comercial de Alcobaca. Matrícula n.º 1659; identificação de pessoa colectiva n.º 502409355; inscrição n.º 8 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 5 e 6/960516.

Certifico que foram alterados os artigos 2.º e 3.º do contrato de sociedade, os quais ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a importação, exportação e comercialização de produtos diversos de indústria e comércio, e o comércio de representações.

A sociedade pode participar no capital social de outras sociedades, ainda que com diferente objecto social ou reguladas por leis especiais, bem como fazer parte de consórcios, agrupamentos complementares de empresas ou associações em participação.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 20 000 000\$, e corresponde à soma de três quotas: uma de 12 000 000\$ e outra de 7 920 000\$, ambas pertencentes à sócia Comodity Holdings Inc. e outra de 80 000\$, pertencente à sócia Haverling Industries Inc.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Certifico que cessou funções de gerente Maria João Cadete Grilo da Cruz Fonseca, em virtude de ter renunciado aos respectivos poderes.

Conferi, está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Alcobaca. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Manuel Bonifácio*. 02876876

LISBOA

CASCAIS

MULTIOBJECTIVO — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Actual denominação: MULTIOBJECTIVO CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 4390; identificação de pessoa colectiva n.º 502141689; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/960129.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe passando o capital social de 400 000\$ para 5 000 000\$, tendo, em consequência, os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ficado com a seguinte redacção:

1.º

A sociedade adopta a denominação de MULTIOBJECTIVO — Construção Civil e Obras Públicas, L.ª, e mantém a sua sede na Rua das Acácias, lote 155, cave, Bairro dos Eucaliptos, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais.

2.º

A sociedade tem por objecto a construção civil, obras públicas, compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 2 500 000\$, pertencendo uma a cada sócio.

4.º

A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios; a cessão a estranhos fica dependente do expresso consentimento da sociedade à qual é reservado o direito de preferência, e não querendo ela ou não podendo legalmente exercê-lo, o mesmo direito é conferido aos sócios individualmente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositada na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808617

ASTREIN SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8908; identificação de pessoa colectiva n.º 502236043; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 5/960206.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, tendo, em consequência, os artigos 2.º, n.º 1, 3.º, n.º 1, e 4.º ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede social na Costa da Guia, lote 2-C, 1.º, esquerdo, freguesia e concelho de Cascais.

ARTIGO 3.º

1 — O objecto social da sociedade consiste na prestação de serviços de apoio na área da manutenção industrial e venda dos respectivos equipamentos; prestação de consultadoria na organização e manutenção de empresas, formação profissional e de quadros, comercialização de equipamentos para manutenção, desenvolvimento e vendas de *software* informático para manutenção; organização de seminários e acções de formação em geral, prestação de serviços de organização industrial e compra e venda e comercialização de livros, documentação e publicações técnicas de estudo e de apoio, bem como, venda e comercialização de *hardware*.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado, é de 2 000 000\$, correspondente à soma das seguintes quotas dos sócios: uma de 1 800 000\$, de Régis José Galliano Ponce; e uma outra de 200 000\$, de Adriano Duque Monteiro Leite.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 17 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808579

IRVE BUSINESS INC — SUCURSAL EM PORTUGAL

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8966; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/960328.

Certifico que foi constituída representação permanente em Portugal (sucursal) da sociedade em epígrafe.

Sede: P. O. Box 3149, Pasca Estate, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas.

Sede da representação: Quinta da Bicuda, Rua das Perdizes, lote 11, 1-C, Torre, Cascais.

Objecto: compra, venda, cessão, alienação, transacção, financiamento, permuta, propriedade, administração, mútuo, comissionamento, hipoteca, garantia, arrendamento, utilização, usufruto ou liquidação de bens de qualquer espécie, móveis ou imóveis, títulos ou direitos, realização e aceitação de todo o tipo de acordos, contratos, operações, negócios e transacções comerciais lícitas, entre outras.

Capital: 50 000 dólares americanos.

Designação de representantes: José Miguel Júdice, divorciado, e Nunes de Brito Lopes, solteiro, maior.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 17 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808560

ECOCASCAIS ESCAPES — SISTEMA DE SILENCIOSOS E CATALIZADORES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8877; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/960214.

Certifico que entre os sócios José Manuel Viegas Pereira, casado com Margarida Maria Serrão da Costa Mendes Pereira na comunhão de adquiridos, Carlos Alberto Aleixo Afonso, casado com Laura Isabel Costa Vieira Afonso, na comunhão de adquiridos e

BORTEX — Fábrica de Escapes, L.ª, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta o tipo de sociedade comercial por quotas, a sua firma é constituída pela denominação Ecocascais Escapes — Sistema de Silenciosos e Catalizadores, L.ª, e a sua sede fica instalada na Rua de Artur Francisco, armazém 3, Alcoitão, freguesia de Alcoitão, concelho de Cascais.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá mudar a sua sede quando o julgar conveniente aos seus interesses, para dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, e poderá abrir sucursais ou qualquer outra forma de representação.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de montagem e venda de escapes de automóvel e motos; prestação de pequenos serviços em veículos automóveis, assim como substituição de calços e pastilhas de travões, amortecedores, mudanças de óleo, verificação e substituição de pneus assim como alinhamentos e calibrações, e ainda desenvolvimento dos sistemas de escapes e catalizadores.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 5 000 000\$, e corresponde à soma de três quotas: duas iguais, de 1 200 000\$ cada, pertencentes uma a cada um dos sócios José Manuel Viegas Pereira e Carlos Alberto Aleixo Afonso; e outra, de 2 600 000\$, pertencente à sócia BORTEX — Fábrica de Escapes, L.ª

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelo sócio José Manuel Viegas Pereira, e pelo não sócio Mário Rui Reis Afonso, solteiro, maior, residente na Avenida de São Pedro, 2, 5.º, direito, Pontinha, em Lisboa, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, são necessárias as assinaturas de dois gerentes.

3 — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos fins sociais, nomeadamente em avais, letras de favor, fianças e responsabilidades semelhantes.

ARTIGO 5.º

1 — A cessão e divisão de quotas entre os sócios é livremente permitida; na cessão de quotas a estranhos têm preferência a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo.

2 — O sócio que pretender alienar a sua quota a estranhos deverá notificar a sociedade com a antecedência mínima de 30 dias, por carta registada, na qual identificará o nome do adquirente e as condições da cessão.

ARTIGO 6.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com o sócio sobrevivente e os herdeiros ou representante legal do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear de entre si um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, no caso de a mesma ser objecto de arresto, penhora ou qualquer outro meio de apreensão judicial, sendo o valor da quota a determinar nos termos do artigo 235.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não exija outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

A sociedade poderá adquirir participações sociais noutras sociedades, ainda que com objecto diferente.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 6 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02806002

DELTARISCO — SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9015; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 13/080696.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, tendo, em consequência, o artigo 4.º ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade mantém a firma DELTARISCO — Saúde, Higiene e Segurança, L.ª, e passa a ter a sua sede na Rua do Pinheiro, lote 2, no Livramento, São João do Estoril, freguesia de Estoril, concelho de Cascais.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 5 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02805987

LOURETO & COUTINHOS — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 6695; identificação de pessoa colectiva n.º 502288450; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 5/951010.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, tendo, em consequência, o artigo 3.º ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos diversos bens e valores do activo constantes da escrituração, é de 6 000 000\$ e acha-se dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 1 500 000\$ e pertencentes uma a cada um dos sócios João Estêvão de Sousa Pereira Coutinho e Ana Maria Pinheiro Fernandes Coutinho.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 9 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02809036

CORREIA & VIEGAS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDO INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7033; identificação de pessoa colectiva n.º 503052744; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 19/950606.

Certifico que foram depositados os documentos respeitantes ao registo de prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 1994.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 17 de Junho de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista dos Santos Loureiro*. 02805774

HORTA & LEANDRO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8999; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/270596

Certifico que Noémia Horta Rodrigues de Passo, casada com José Eduardo Rodrigues de Passo na comunhão de adquiridos, e Paula Maria Alves da Silva de Azevedo Leandro Valente, casada com Manuel Pedro Pereira Valente, na separação, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma Horta & Leandro, L.ª, e vai ter a sua sede na Urbanização Chéclos, Rua B, lote 7, loja 2, em Carcavos, freguesia do mesmo nome, concelho de Cascais.

§ único. Por simples deliberação da gerência, pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais ou outras formas de representação social em qualquer ponto do País.

2.º

O objecto da sociedade consiste em café, *snack-bar*, pastelaria.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$ cada uma, pertencentes uma a cada uma das sócias, Noémia Horta Rodrigues de Passo e Paula Maria Alves da Silva de Azevedo Leandro Valente.

§ único. Poderão ser exigidas às sócias prestações suplementares de capital até ao quintuplo do capital social e estas poderão fazer os suprimentos de que a sociedade carecer nas condições que forem deliberadas em assembleia geral.

4.º

1 — A gerência da sociedade e a sua administração em juízo e fora dele, activa e passivamente, e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por ambas as sócias, que ficam desde já nomeadas gerentes.

2 — Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — As gerentes nomeadas ficam, ainda, investidas de poderes especiais para em nome da sociedade efectuarem a compra, venda, hipoteca e permuta de quaisquer bens móveis ou imóveis.

4 — A sociedade pode constituir mandatários para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

5.º

A cessão de quotas entre sócios é livre mas quando feita a estranhos dependem sempre do consentimento da sociedade à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos restantes sócios em segundo lugar.

6.º

Por morte ou interdição de qualquer sócio a sociedade continuará com os sócios sobreviventes ou capazes e os herdeiros do falecido ou representante legal do interdito, devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

7.º

A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com objecto diferente do seu, ou reguladas por leis especiais, bem como fazer parte de consórcios e agrupamentos complementares de empresas.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 28 de Agosto de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02805952

MOTORGEST — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 6542; identificação de pessoa colectiva n.º 502899449; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/960530.

Certifico que foi registada a cessação das funções como revisor oficial de contas, Borges, Reduto, Maia, Mesquita e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 21 de Julho de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 30 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808960

MALMEQUER MENTIROSO — FLORES E DECORAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8549; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/950927.

Certifico que entre os sócios Francisco José Milhano Rodrigues Pereira e Alice de Jesus Marques de Sousa foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Malmequer Mentiroso — Flores e Decorações, L.ª, e tem a sua sede na Avenida Marginal, bloco B, loja 24, Centro Comercial Cisne, concelho e freguesia de Cascais.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto social produção e comércio de flores naturais e artificiais e artigos de decoração.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 400 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas de 200 000\$ cada, e pertencentes aos sócios Francisco José Milhano Rodrigues Pereira e Alice de Jesus Marques de Sousa.

ARTIGO 4.º

A cessão total ou parcial de quotas entre os sócios é livremente permitida. A cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade à qual fica, em primeiro lugar, e aos sócios, em segundo conferido o direito de preferência.

ARTIGO 5.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, até ao montante igual ao décuplo do capital actual.

ARTIGO 6.º

Fica nomeado gerente, com dispensa de caução e sem remuneração o sócio Francisco José Milhano Rodrigues Pereira.

ARTIGO 7.º

Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura do gerente.

ARTIGO 8.º

Em caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios a sociedade continuará com o herdeiros ou o representante legal do falecido ou interdito, devendo os herdeiros nomear de entre si, um que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º

A sociedade através da assembleia geral, poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

- Insolvência do sócio seu titular;
- Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- Venda ou adjudicações judiciais.

§ único. A amortização será realizada pelo preço igual ao valor nominal da quota pago em quatro prestações trimestrais.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 30 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808935

COUTO, HAMID & HASSAN, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8916; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/960222.

Certifico que entre os sócios Mahomed Ali Abdul Hamid, solteiro, maior, Salauddin Abdul Hamid Hassan, casado com Leonor de Almeida Palma Hamid Hassan na comunhão de adquiridos, e José Eduardo Couto e Silva, casado com Maria Helena Castilho dos Santos Galhardo Couto e Silva, na comunhão de adquiridos, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Couto, Hamid & Hassan, L.ª, e vai ter a sua sede na Urbanização Terplana, lote 21, 2.º, direito, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais.

2 — A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do concelho de Cascais, ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações, ou outras formas locais de representação no território nacional.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio a retalho de artigos de óptica, bem como importação e comercialização de equipamentos electrónicos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 450 000\$, e corresponde à soma de três quotas iguais do valor nominal de 150 000\$, pertencentes uma a cada sócio.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência será designada em assembleia geral.
2 — A sociedade vincula-se com a intervenção conjunta de dois gerentes.

3 — A gerência poderá não ser remunerada se tal vier a ser deliberado pelos sócios.

4 — Os poderes dos gerentes não compreendem a prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades, salvo se existir justificado interesse próprio da sociedade garante, ou se tratar de sociedade em relação de domínio ou de grupo.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades de responsabilidade limitada com objecto diferente ou reguladas por lei especial.

ARTIGO 6.º

1 — Apenas a cessão total ou parcial de quotas entre sócios, não carece do consentimento da sociedade.

2 — Na cessão onerosa de quotas a não sócios, fica reconhecido o direito de preferência à sociedade e aos sócios não cedentes, sucessivamente.

ARTIGO 7.º

Sem prejuízo de disposição legal em contrário, a sociedade só poderá amortizar uma quota sem o consentimento do respectivo titular, nos seguintes casos:

- a) Se uma quota for arrolada, arrestada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente;
- b) Quando um sócio praticar actos que prejudiquem gravemente o bom nome da sociedade.

ARTIGO 8.º

1 — A convocação das assembleias gerais compete a qualquer gerente e deve ser feita por meio de carta registada, com aviso de recepção, dirigida a cada um dos sócios e expedida com a antecedência mínima de 15 dias, a não ser que a lei exija outras formalidades ou estabeleça prazo mais longo.

2 — A representação voluntária de um sócio nas deliberações sociais que admitam tal representação pode ser conferida a qualquer pessoa.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 6 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02805995

SANOFI WINTHROP — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 6416; identificação de pessoa colectiva n.º 502322446; inscrição n.º 18; número e data da apresentação: 14/960304.

Certifico que foram depositados os documentos respeitantes ao registo de prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 1994.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 16 de Julho de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista dos Santos Loureiro*. 03209920

SANTA MARTA & PINHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 3424; identificação de pessoa colectiva n.º 501726896; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/950714.

Certifico que foi depositada na pasta da sociedade em epígrafe a escritura donde consta que o ex-sócio Eduardo Francisco Santa Marta Caupers, por renúncia, em 2 de Junho de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 24 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808838

SIBERLUZ — COMÉRCIO DE CANDEEIROS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8049; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/231294.

Certifico que entre os sócios Alberto Mendes Brito e Ana Maria Tavares dos Prazeres Brito foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação SIBERLUZ — Comércio de Candeeiros, L.ª, e vai ter a sua sede no Buzano, lote 33, Centro Comercial Mirasol, loja 12, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste no comércio de candeeiros, artigos de iluminação e material eléctrico.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 600 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 300 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios, Alberto Mendes Brito e Ana Maria Tavares Prazeres Brito.

ARTIGO 4.º

É livre a cessão de quotas entre os sócios; porém a estranhos, só poderá fazer-se com prévio e expreso conhecimento da sociedade. A sociedade e os sócios terão preferência, por esta ordem, nas cessões de quotas, devendo o correspondente direito ser exercido no prazo de 15 dias.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos seguintes casos:

- a) Quando o sócio for judicialmente declarado falido ou insolvente, interdito ou inabilitado;
- b) Quando a quota de um sócio for objecto de arresto, penhora ou qualquer outro procedimento cautelar, se, antes da respectiva arrematação, o sócio não conseguir desonerá-la;
- c) Quando qualquer sócio que tenha entrado em litígio com a sociedade venha a decair no respectivo pedido;
- d) Quando o sócio ceder a sua quota sem que para tal tenha obtido o prévio consentimento da sociedade;
- e) Quando o sócio dolosamente prejudicar a sociedade no seu bom nome ou no seu património;
- f) A amortização deve ser deliberada dentro de 90 dias a contar da data em que a sociedade tiver conhecimento do facto que a permite, consuma-se com a respectiva deliberação, e deve ser comunicada ao sócio através de carta registada, no prazo de 15 dias.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

§ único. A sociedade obriga-se com a assinatura de dois gerentes.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais, quando devam reunir e a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com 15 dias de antecedência.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 27 de Setembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista dos Santos Loureiro*. 02279762

QUIOSQUE XÉXÉ, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9037; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/960530.

Certifico que entre os sócios Luís Manuel de Pinho Araújo e Jaime Augusto Seixas do Nascimento foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Quiosque Xéxé, L.ª, com sede na Praceta de Doroana, lugar de Madorna, freguesia da Parede, concelho de Cascais.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de papelaria, tabacaria, jornais, revistas, brindes, bijutaria, gás, *snack*, agência de totobola, totoloto e raspadinha.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem o capital social, integralmente realizado em dinheiro, de 400 000\$, correspondente à soma de duas quotas iguais de 200 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas, total ou parcial, entre sócios é livre; a estranhos, porém, depende do consentimento da sociedade, à qual fica reservado em primeiro lugar o direito de preferência e em seguida aos sócios não cedentes.

ARTIGO 5.º

A gerência e representação da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes, vinculando-se a sociedade com a assinatura de um gerente, em todos os seus actos e contratos, incluindo nos de aquisição, alienação e oneração de bens móveis.

ARTIGO 6.º

É expressamente proibido aos gerentes vincular a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios e interesses sociais, designadamente em aceite e saque de letras de favor, prestar fianças, subfianças, cauções e outros semelhantes.

ARTIGO 7.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios, com, pelo menos, 15 dias de antecedência, excepto se a lei prescrever outra forma de convocação.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 27 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808846

RICMAR — COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 3334; identificação de pessoa colectiva n.º 501687025; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 15/960509.

Certifico que foi depositada na pasta da sociedade em epígrafe, a escritura donde consta que Nuno Ricardo Madeira Palma de Carvalho renunciou à gerência em 18 de Abril de 1996.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 24 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808803

BOCADILHO — HOTELARIA E TURISMO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 1091; identificação de pessoa colectiva n.º 500081492; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/951011.

Certifico que foi alterado o contrato social da sociedade em epígrafe, tendo, em consequência, o artigo 1.º ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma BOCADILHO — Hotelaria e Turismo, L.ª, e tem a sua sede na Avenida do Brasil, 7, 3.º, esquerdo, freguesia e concelho de Cascais.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 24 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808811

ROSA & MARIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 5439; identificação de pessoa colectiva n.º 502564490; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/950629.

Certifico que foi depositada na pasta da sociedade em epígrafe, a escritura donde consta a renúncia de Mário José Barata Alves das funções de gerente, em 17 de Abril de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 23 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808749

MARINHAVE — SOCIEDADE AGRO-AVÍCOLA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 4517; identificação de pessoa colectiva n.º 502198494; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 18/960530.

Certifico que foi depositada a fotocópia da acta donde consta a nomeação de administração e do conselho fiscal da sociedade em epígrafe:

Nomeação de membros do conselho de administração e do conselho fiscal:

Conselho de administração: presidente, José Carlos de Sommer Champalimaud, casado; vogais: Maria da Conceição Champalimaud A. Bello, casada, e Francisco Xavier Vilardebó Sommer Champalimaud.

Conselho fiscal: presidente, António Pedro Coelho, casado, revisor oficial de contas; vogais: António Luís da Silva Furtado Santos, casado, Luís Fernando Monteiro Castelo, casado; suplente, Martinez, Carvalheda & Plácido, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Prazo: final de 1996.

Deliberação de 23 de Março de 1996.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 20 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808692

BAR DA VIGIA — CAFÉ, SNACK-BAR, RESTAURANTE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9025; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 2/960506.

Certifico que entre os sócios Francisco Monteiro Fernandes, casado com Maria Natália Pedroto Fernandes, na comunhão geral, e Álvaro da Silva, divorciado, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma Bar da Vigia — Café, Snack-Bar, Restaurante, L.ª, tem a sua sede na Praia da Vigia, no lugar e freguesia da Parede, concelho de Cascais, com o cartão provisório de identificação de pessoa colectiva n.º 973468580 e na actividade 55401.

2.º

A sociedade tem como objecto, café, *snack-bar*, restaurante.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 700 000\$, corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 315 000\$, pertencente ao sócio Francisco Monteiro Fernandes, e outra do valor nominal de 385 000\$, pertencente ao sócio Álvaro da Silva.

4.º

A sociedade pode adquirir participações noutras sociedades, ou associar-se em agrupamentos complementares de empresas.

5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado pelos sócios, será nomeada em assembleia geral. § único. Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

6.º

Para obrigar a sociedade em quaisquer actos e contratos, é obrigatória a assinatura dos dois gerentes.

7.º

A sociedade tem o direito de amortizar a quota que tenha sido objecto de arresto, penhora, ou qualquer providência cautelar, sendo a sua forma de liquidação e a contrapartida da amortização, determinadas nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

8.º

A cessão de quotas entre sócios e a favor de descendentes é livre. § 1.º A transmissão de quotas a terceiros, depende de deliberação tomada em assembleia geral.

§ 2.º Na transmissão de quotas a terceiros, a sociedade, em primeiro lugar, os restantes sócios, em segundo, gozam do direito de preferência, na proporção das quotas que possuírem.

§ 3.º Os sócios, ou sócio cedente deverão notificar os preferentes das condições da cessão, exercendo-se o direito de preferência nos 30 dias subsequentes.

9.º

Dos lucros líquidos apurados em cada balanço, depois de deduzida a reserva legal, poderão os sócios deliberar a formação ou reforço de outras reservas.

Disposição transitória

A gerência fica desde já, autorizada a efectuar o levantamento da totalidade do capital social, em nome da sociedade ora constituída, a fim de fazer face às despesas com este contrato, seu registo e publicações e ainda instalação da sede social.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 18 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808641

PIRILAMPO — CRECHE E JARDIM INFANTIL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 9023; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/960429.

Certifico que entre Luís Manuel Silvestre Proença e Elisabete da Silva Robalo Dias Gonçalves Proença, casados na comunhão geral, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato seguinte:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Pirilampo — Creche e Jardim Infantil, L.ª, e tem a sede na Rua dos Eucaliptos, lugar da Torre, 1464, freguesia e concelho de Cascais.

2 — Por simples deliberação da gerência poderá a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, bem como serem criadas ou extintas sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no País ou no estrangeiro.

2.º

A sociedade tem por objecto o ensino pré-escolar e básico (primeiro ciclo).

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas do valor nominal de 500 000\$ cada, uma de cada sócio.

4.º

1 — A gerência e a representação da sociedade, incumbe a quem sócio ou não, for nomeado em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme for deliberado na mesma.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

3 — Fica desde já designada gerente a sócia Elisabete da Silva Robalo Dias Gonçalves Proença.

5.º

A sociedade pode amortizar qualquer quota, sempre que:

a) A quota seja arrolada, arrestada, penhorada;

b) A quota seja cedida sem consentimento da sociedade fora dos casos previstos no n.º 2 do artigo 228.º do Código das Sociedades Comerciais.

6.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, a quem fica reservado o direito de preferência em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo lugar.

Que a gerente nomeada, fica, desde já autorizada a proceder ao levantamento do capital social depositado na instituição bancária adiante referida, a fim de fazer face a despesas de constituição, registo, instalação e equipamento da sociedade.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 19 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808536

BIO-GALENICA — REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 6404; identificação de pessoa colectiva n.º 502849398; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 6/960315.

Certifico que foi registado o aumento de capital da sociedade em epígrafe, com um reforço de 1 500 000\$ integralmente realizado em dinheiro, ficando o capital social da sociedade: 5 000 000\$, tendo, em consequência, sido alterado o artigo 3.º, que passa a ser o seguinte:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes da escrituração, é de 5 000 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 4 900 000\$, da sócia Maria de Lurdes Pereira Viriato Shirley, uma de 50 000\$, do sócio Carlos Pinto da Glória Shirley e uma de 50 000\$, do sócio Philippe Gaston Besson.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 19 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*. 02808650

SOCIEDADE DO RESTAURANTE DAS ARCADAS DO ESTORIL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 56; identificação de pessoa colectiva n.º 500510970; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 14/950518.

Certifico que foi registado o aumento de capital da sociedade em epígrafe, com um reforço de 2 550 000\$ integralmente realizado em dinheiro e, em consequência, foi alterado o pacto social, traduzido na nova redacção dos artigos 3.º e 5.º, que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 3 000 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: três quotas nos valores no-

minais, respectivamente de, 150 000\$, 150 000\$ e 900 000\$, pertencentes ao sócio Vítor Martins Lima; duas quotas nos valores nominais, respectivamente de, 150 000\$ e 900 000\$, pertencentes à sócia Maria Helena Ferreira Lima; uma quota no valor nominal de 750 000\$, pertencente ao sócio Luís Miguel Ferreira Lima.

ARTIGO 5.º

A administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence aos sócios Vítor Martins Lima e Maria Helena Ferreira Lima, desde já nomeados gerentes, sendo suficiente a intervenção de um gerente para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

O texto actualizado do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais, 19 de Setembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Meiro Aires Grilo*. 02808676

LISBOA — 2.ª SECÇÃO

GREY LISBOA — AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 3273/920730; identificação de pessoa colectiva n.º 502812990; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 5/960719.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 1995.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção, 25 de Novembro de 1996. — O Segundo-Ajudante, *António Sérgio Barros Martins*. 05434041

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

MEGAMEIOS — PUBLICIDADE E MEIOS, A. C. E.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 11/930407; identificação de pessoa colectiva n.º 502798670; inscrições n.ºs 4 e 5; números e data das apresentações: 29 e 30/960409.

Certifico que referente à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

BETAMEIOS — Compra de Espaço Publicitário, L.ª, foi exonerada em 26 de Março de 1996.

Modificação total do contrato, o qual ficou com a redacção seguinte:

1.º

Denominação

O agrupamento denomina-se MEGAMEIOS — Publicidade e Meios, A. C. E.

2.º

Sede

O agrupamento tem a sua sede em Lisboa, na Avenida de Columbano Bordalo Pinheiro, 89, 8.º, freguesia de Campolide, e poderá ser transferida para outro local, por deliberação unânime do conselho de administração.

3.º

Objecto

O objecto principal do agrupamento complementar de empresas é a negociação e optimização da compra de suportes publicitários, podendo ter como objecto acessório a realização e partilha de lucros.

§ único. Os suportes publicitários adquiridos destinam-se à prossecução das actividades comerciais normalmente desenvolvidas pelas agrupadas.

4.º

Início da actividade e duração

O agrupamento inicia a sua actividade nesta data e tem duração ilimitada.

5.º

Capital

O agrupamento complementar de empresas tem o capital de 10 000 000\$, que deverá ser integralmente realizado em dinheiro.

6.º

Participação das agrupadas

As agrupadas participarão no agrupamento na seguinte proporção: PMI — 5 000 000\$, equivalentes a 50%; Bates Portugal — 1 250 000\$, equivalentes a 12,5%; EPG — TBWA — 1 250 000\$, equivalentes a 12,5%; Markimage — 1 250 000\$, equivalentes a 12,5%; Saatchi & Saatchi — 1 250 000\$, equivalentes a 12,5%.

7.º

Contribuições e obrigações das agrupadas

1 — Cada uma das agrupadas contribuirá para o agrupamento, com o necessário para assegurar as despesas de investimento e de exploração constantes do orçamento anualmente aprovado pela assembleia geral, na proporção da respectiva participação.

2 — Será da competência do conselho de administração deliberar sobre a necessidade de efectuar ou não as contribuições referidas no número anterior, bem como o respectivo valor e a data em que foram devidas.

3 — Cada agrupada celebrará com o agrupamento um contrato de prestação de serviços de onde conste, além de outras cláusulas, a definição das respectivas obrigações de pagamento e de garantia.

8.º

Proveitos e contabilidade

1 — Todos os proveitos operacionais obtidos pelo agrupamento na negociação e optimização da compra de suportes publicitários serão de imediato creditados às agrupadas, na proporção dos investimentos realizados.

2 — No caso dos proveitos financeiros, nomeadamente os resultantes da antecipação de pagamentos aos suportes publicitários, os respectivos ganhos serão directamente creditados às agrupadas que lhe tenham dado origem.

3 — O agrupamento disporá de contabilidade própria distinta da das agrupadas.

9.º

Administração e fiscalização

1 — A administração do agrupamento é exercida por um conselho de administração constituído por um presidente e quatro administradores, podendo um destes ser investido nas funções de administrador-delegado.

2 — Ao conselho de administração caberá administrar, gerir e representar o agrupamento, em juízo e fora dele.

3 — O conselho de administração deliberará por maioria e das suas reuniões serão lavradas actas.

4 — O agrupamento obrigará-se à assinatura conjunta de dois administradores, excepto nos actos de mero expediente ou no endosso de cheques às instituições de crédito, em que será suficiente uma assinatura.

5 — Competirá ao conselho de administração aprovar as normas de organização interna e de funcionamento do agrupamento.

6 — O conselho de administração poderá constituir mandatários do agrupamento para os efeitos julgados convenientes.

7 — A fiscalização da actividade e das contas do agrupamento competirá a um conselho fiscal, constituído por um presidente e dois vogais, um dos quais será obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

10.º

Responsabilidade das agrupadas

1 — As agrupadas respondem perante terceiros subsidiariamente em relação ao agrupamento e solidariamente entre si.

2 — A agrupada que responder perante terceiros, nos termos do número anterior, tem direito de regresso contra as outras agrupadas, na proporção das respectivas participações.

11.º

Exclusividade

1 — A assembleia geral é constituída por um representante de cada uma das agrupadas, que votará de acordo com a participação que detiver no capital do agrupamento.

2 — A agrupada que violar o disposto no número antecedente será responsável pelos danos que causar ao agrupamento.

3 — Competirá à assembleia geral, para além das demais atribuições previstas na lei, a aprovação do plano e do orçamento anual do agrupamento.

4 — No caso previsto no número anterior a agrupada em causa deverá entregar ao agrupamento os proventos próprios resultantes dos negócios por si efectuados, ou ceder-lhe os direitos a tais proventos.

12.º

Dissolução do agrupamento e exclusão de agrupadas

1 — Para além dos casos de dissolução previstos na lei, a assembleia geral poderá deliberar sobre a continuidade ou não do agrupamento.

2 — Para os efeitos do previsto no número anterior, e após um ano de vigência do A. C. E., qualquer uma das agrupadas poderá requerer à assembleia geral a dissolução e liquidação do agrupamento.

3 — Durante o referido prazo de um ano, o agrupamento só poderá ser dissolvido por meio de deliberação unânime das agrupadas, tomada em assembleia geral.

4 — Falida, dissolvida ou liquidada judicialmente qualquer uma das agrupadas, esta será excluída do agrupamento, devendo tal decisão ser tomada pela assembleia geral.

5 — Liquidado o agrupamento, os eventuais lucros ou perdas resultantes do apuramento final de contas, serão distribuídos ou suportados pelas agrupadas em partes iguais.

13.º

Assembleias gerais e deliberações

1 — A assembleia geral é constituída por um representante de cada uma das agrupadas que votará de acordo com a participação que detiver no capital do agrupamento.

2 — As assembleias gerais serão convocadas por escrito, com a antecedência mínima de 15 dias, por qualquer uma das agrupadas, ou pelo conselho de administração, com menção da ordem de trabalhos.

3 — Competirá à assembleia geral, para além das demais atribuições previstas na lei, a aprovação do plano e do orçamento geral do agrupamento.

14.º

Litígios

1 — Os litígios decorrentes da interpretação, execução e validade do presente contrato serão decididas por árbitros, nos termos e forma prescritos na lei da arbitragem.

2 — Os árbitros decidirão segundo as regras da equidade.

3 — Desde já se designa o Centro de Arbitragem Voluntária da Ordem dos Advogados para os efeitos dos números anteriores.

15.º

Cláusula transitória

As agrupadas designam desde já como membros dos órgãos do agrupamento:

Conselho de administração: presidente, Sérgio Lorca Fernandez; administrador-delegado, João Manuel Carmo de Almeida Lourei-

ro; administradores: Carlos Manuel de Jesus Sousa; José Carlos Mascarenhas Botelho Moniz; Victor Manuel Abrantes de Lemos Pantoja.

Conselho fiscal: presidente, João Rui Lobato Faria Sanchetti; vogais: Mário Jorge Mateus da Cruz; Boto, Amorim & Associados.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Valdemira Marinho Ribeiro da Silva*. 05024404

LOURES

ALURAMA — CONSTRUÇÕES METÁLICAS E SERRALHARIA DIVERSA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 7747; identificação de pessoa colectiva n.º 502348780; inscrição n.º 2, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e datas das apresentações: 31/950308, 7/961030 e 8/961030.

Certifica que, por escritura de 6 de Julho de 1994, exarada a fl. 87 v.º do livro n.º 36-L do 14.º Cartório Notarial de Lisboa, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Alteração parcial do contrato, aumento de capital de 400 000\$ para 1 600 000\$, em consequência o artigo 3.º passa a ter a seguinte redacção:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens sociais, é de 1 600 000\$, e corresponde à soma de duas quotas, uma de 1 580 000\$, da sócia Ana Maria Luís Amaral, e, uma quota de 20 000\$, do sócio Armando Mendes Amaral.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Esta certidão está conforme o original.

2.º Cessação de gerência, de 1) Ana Maria Amaral.

Causa: renúncia.

Data: 11 de Outubro de 1996.

3.º Alteração parcial do contrato, quanto ao n.º 1 dos artigos 7.º e 8.º, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 7.º

1 — A gerência fica a cargo do sócio Armando Mendes Amaral, ao qual além dos poderes gerais de gerência que a lei lhe atribui, são conferidos os seguintes:

- a) Alienar por venda, cessão, trespasse, troca ou por qualquer outro título, quaisquer bens sociais, móveis ou imóveis;
- b) Dar de penhor os bens ou direitos da sociedade;
- c) Contrair empréstimos e efectuar operações de crédito, prestando as garantias que forem necessárias;
- d) Confessar, desistir e transigir em todos os pleitos e questões judiciais e extrajudiciais em que a sociedade se encontre envolvida;
- e) Adquirir por qualquer título para a sociedade, bens móveis ou imóveis, incluindo veículos automóveis;
- f) Constituir mandatários nos termos do artigo 252.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Esta certidão está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Loures, 25 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Lucília Maria Gomes Jacinto*.

05328748

VINIUVAS — COMÉRCIO DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTARES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 6347; identificação de pessoa colectiva n.º 501872094; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 8, inscrição n.º 13, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 13 e inscrição n.º 15; números e datas das apresentações: 25, 26/950405, 2 e 3/961104.

Certifico que foram efectuados os seguintes actos de registo:

1.º Cessação de gerência, de 1) Fernando Carlos da Conceição Oliveira.

Causa: renúncia.

Data: 27 de Março de 1995

2.º Nomeação de gerência, de Carlos Alberto Alves Madeira Santos. Data 27 de Março de 1995.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Esta certidão está conforme o original.

3.º Certifico que, por escritura de 21 de Outubro de 1996, exarada a fl. 34 do livro n.º 156-H do 6.º Cartório Notarial de Lisboa, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessação de gerência, de 3) Carlos Alberto Alves Madeira Santos.

Causa: renúncia.

Data: 21 de Outubro de 1996.

4.º Alteração parcial do contrato quanto ao artigo 5.º, que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, fica exclusivamente a cargo do sócio Pedro Miguel Alves Madeira dos Santos, desde já nomeado gerente e que obrigará validamente a sociedade em todos os actos e contratos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Esta certidão está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Loures, 25 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Lucília Maria Gomes Jacinto*.
05328632

KEMEN PORTUGAL — MOBILIÁRIO E ORGANIZAÇÃO DE ESCRITÓRIOS, L.^{DA}

(anteriormente ESCRIMOVEL — KEMEN, MOBILIÁRIO E ORGANIZAÇÃO DE ESCRITÓRIOS, L.^{DA})

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 9255; identificação de pessoa colectiva n.º 500918473; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 5/950515.

Certifico que, por escritura de 19 de Abril de 1995, exarada de fl. 50 a fl. 51 do livro n.º 127-H do Cartório Notarial de Queluz, foi alterado o artigo 1.º, n.º 1, do contrato social, que passa a ter a seguinte redacção:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação Kemen Portugal — Mobiliário e Organização de Escritórios, L.^{da}, tem a sua sede social na Estrada Nacional n.º 8, Alameda de Fernando Namora, 3, lojas 1 a 4, freguesia de Póvoa de Santo Adrião, concelho de Loures.

A duração da sociedade será por tempo indeterminado.

2 — (Mantém-se.)

3 — (Mantém-se.)

Esta certidão está conforme o original.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Loures, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante, *Maria Emília Eusébio Sequeira Gonçalves*.
03218309

CNS — COMÉRCIO DE TINTAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 12 420; identificação de pessoa colectiva ...º 973312386; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/951013.

Certifico que, por escritura de 9 de Agosto de 1995, exarada de fl. 80 a fl. 82 do livro n.º 572-B do Cartório Notarial de Loures, foi constituída a sociedade em epígrafe entre João Horácio Gonçalves Mateus Serra, João Fernando de Jesus Guerra Cardial e Luís Miguel Norte Mateus, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma CNS — Comércio de Tintas L.^{da}, tem a sua sede na Rua dos Bombeiros, lote 12, 3.º, direito, lugar e freguesia de Caneças, concelho de Loures.

§ 1.º Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criadas e encerradas filiais, sucursais, estabelecimentos ou outras formas locais de representação em qualquer ponto do País.

§ 2.º A sociedade poderá, sob qualquer forma legal, associar-se com outras pessoas, para formar sociedades, agrupamentos complementares, consórcios e associações em participação, além de poder adquirir e alienar participações em sociedades com o mesmo ou diferente objecto.

2.º

O objecto social é a actividade de comércio a retalho de tintas e produtos químicos.

3.º

O capital social é de 405 000\$, e corresponde à soma de três quotas iguais de 135 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

4.º

A gerência dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelo sócio Luís Miguel Norte Mateus, que desde já é nomeado gerente.

§ único. Para obrigar validamente a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é necessária e suficiente a assinatura de um gerente.

5.º

A cessão, total ou parcial, de quotas é livremente permitida entre os sócios, seus cônjuges ou descendentes, mas a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade tendo esta em primeiro lugar e os sócios não cedentes em segundo, terão sempre direito de preferência.

6.º

Poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital, com o voto unânime de todos os sócios até ao montante máximo de 20 000 000\$, e qualquer sócio poderá fazer suprimentos à sociedade, nos termos e condições que em assembleia geral forem estabelecidos.

Esta certidão está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Loures, 2 de Dezembro de 1996. — A Ajudante, *Maria Emília Eusébio Sequeira Gonçalves*.
02831724

TERESANA ALIMENTAR E SUPERMERCADO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 11 354; identificação de pessoa colectiva n.º 503275514; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1, inscrição n.º 4 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; números e datas das apresentações: 3, 4/951130 e 5/961025.

Certifico que, por escritura de 30 de Outubro de 1995, exarada a fl. 30 do livro n.º 64-I do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, foram efectuados os seguintes actos de registo:

- 1.º Cessão de gerência de 1) Francisco Manuel Cabral Santos, e
- 2) Ana de Ascensão Pires Rouxinol Santos.

Causa: renúncia.

Data: 30 de Outubro de 1995.

2.º Alteração parcial do contrato, quanto aos artigos 3.º e 5.º, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 400 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e nos demais valores constantes do activo social e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$, pertencentes uma a cada uma das sócias, Carla José Raposo da Costa e Célia José Raposo da Costa Rodrigues.

ARTIGO 5.º

1 — São gerentes ambas as sócias e a não sócia, Deonilde Maria Costa, divorciada, residente na Urbanização da Arroja, lote 97, 9.º, C, freguesia de Odivelas, concelho de Loures.

2 —

3 —

4 —

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Esta certidão está conforme o original.

3.º Certifico que foram efectuados os seguintes actos de registo: Cessão de gerência de 4) Célia José Raposo da Costa Rodrigues.

Causa: renúncia.

Data: 1 de Agosto de 1996.

Esta certidão está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Loures, 18 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Lucília Maria Gomes Jacinto*.
05328039

SANDRIDÁLIA — CLUBE DE VÍDEO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 12 195; identificação de pessoa colectiva n.º 503453749; inscrição n.º 1, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1, inscrição n.º 4, averbamento n.º 2 à inscrição n.º 1, averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4 e inscrição n.º 7; números e datas das apresentações: 17/950703, 19/951010, 21/951010, 14/961029, 4/961112 e 15/961029.

1.º Certifico que, por escritura de 26 de Junho de 1995, exarada a fl. 98 do livro n.º 160-F do 23.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída a sociedade em epígrafe entre Maria Idália Esteves Ferreira Andrade e Sandra Marina Andrade Cordeiro Pinto, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Sandridália — Clube de Vídeo, L.ª

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua da Quinta da Silveira, lote 571, loja, em Odivelas, freguesia de Odivelas, município de Loures.

2 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo município ou para município limítrofe.

ARTIGO 3.º

O objecto social consiste em compra, venda e aluguer de artigos de vídeo clube, cafetaria, *snack-bar*, géneros alimentares, confecções de roupas e retrosarias.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, dividido em duas quotas iguais de 200 000\$, pertencendo uma a cada sócia.

ARTIGO 5.º

Só entre os sócios a cessão de quotas dispensa o consentimento da sociedade, nos demais casos carecem sempre do prévio consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência e representação da sociedade compete a dois gerentes, cargo para que ficam já designadas as sócias Maria Idália Esteves Ferreira Andrade e Sandra Marina Andrade Cordeiro Pinto, que poderão não ser remuneradas, se assim for deliberado em assembleia geral.

2 — Para vincular a sociedade são necessárias as assinaturas em conjunto de dois gerentes.

Esta certidão está conforme o original.

2.º Certifico que, por escritura de 14 de Setembro de 1995, exarada a fl. 4 do livro n.º 164-F do 23.º Cartório Notarial de Lisboa, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessão de gerência de 2) Sandra Marina Andrade Cordeiro Pinto.

Causa: renúncia.

Data: 14 de Setembro de 1995.

3.º Nomeação para gerência de José Carlos Andrade.

Data da deliberação: 14 de Setembro de 1995.

Esta certidão está conforme o original.

4.º Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 1996, exarada a fl. 10 v.º do livro n.º 112-I do Cartório Notarial de Moscavide, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Cessão de gerência de 1) Maria Idália Esteves Ferreira Andrade.

Causa: renúncia.

Data: 15 de Outubro de 1996.

5.º Cessão de gerência de José Carlos Andrade.

Causa: Renúncia.

Data: 15 de Outubro de 1996.

6.º Alteração parcial do contrato, quanto aos artigos 4.º e 6.º, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social, já integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de 200 000\$, pertencendo uma a cada um dos sócios, Gregório Borges Lage e Dolores Manuela Pereira Lages.

ARTIGO 6.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa ou passivamente, podendo não ser remunerada se tal vier a ser deliberado em assembleia geral será exercida pelo não sócio Rui Gregório Pereira Borges Lage.

§ único. A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos com a assinatura do gerente nomeado

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Esta certidão está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Loures, 25 de Novembro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Lucília Maria Gomes Jacinto*.
05328659

OEIRAS

LABORTERAPIA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9538; identificação de pessoa colectiva n.º 502628812; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 4/960216.

Nomeação de administrador para completar o mandato que terminará em 31 de Dezembro de 1996.

Administrador nomeado — Rui Manuel Figueira de Carvalho.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03118703

LABORTERAPIA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9538; identificação de pessoa colectiva n.º 502628812; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 3/960216.

Revogação da nomeação como administrador — Hervé Phillippe Rudaux.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03118711

LABORTERAPIA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9538; identificação de pessoa colectiva n.º 502628812; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 9/960905.

Nomeação de membros do órgão de administração.

Administradores nomeados:

John Joseph Ahern, Hervé Phillippe Rudaux.

Período: 1994-1996.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03007510

FRANCISCO BOTELHO DA COSTA, COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 95 553; identificação de pessoa colectiva n.º 973274050; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/950721.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Francisco José Mégre Botelho da Costa, solteiro, maior, Luís Filipe Mégre Botelho da Costa, casado com Maria da Conceição Gaspar de Albuquerque Ferreira Botelho da Costa, na comunhão de adquiridos, exarada por escritura pública de 27 de Julho de 1995, no 20.º Cartório Notarial de Lisboa, a fls. 57 e 57 v.º do livro n.º 366-C, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Francisco Botelho da Costa, Comércio de Automóveis, L.^{da}, e vai ter a sua sede na Avenida dos Bombeiros Voluntários, 52-C, em Miraflares, freguesia de Algés, concelho de Oeiras.

2 — A gerência poderá deslocar livremente a sede da sociedade dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de automóveis novos e usados.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — Ficam designados gerentes ambos os sócios.

2 — A sociedade vincula-se com a intervenção de um gerente.

3 — A gerência poderá não ser remunerada se tal vier a ser deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

Apenas a cessão total ou parcial de quotas entre sócios não carece do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

A convocação da assembleia geral, compete a qualquer gerente e deve ser feita por meio de carta registada, com aviso de recepção, dirigida a cada um dos sócios e expedida com a antecedência mínima de 15 dias, a não ser que a lei exija outras formalidades ou estabeleça prazo mais longo.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005690

HABIVÁRIOS — ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9552; identificação de pessoa colectiva n.º 973143649; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/950720.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Ana Maria Ribeiro da Costa Correia Chaves, casada com José Pedro Correia Chaves, na separação de bens, e Maria Teresa de Frias Negrão, solteira, maior, exarada por escritura pública de 6 de Junho de 1995, no 21.º Cartório Notarial de Lisboa, de fl. 62 a fl. 63 do livro n.º 44-J, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de HABIVÁRIOS — Administração de Condomínios e Prestação de Serviços, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Sacadura Cabral, 29, 5.º, esquerdo, freguesia do Dafundo, concelho de Oeiras.

§ único. Por simples deliberação da gerência, a sede social pode ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto:

a) A administração de condomínios;

b) A prestação de serviços de limpeza;

c) A prestação de serviços de obras correntes necessárias ao lar, designadamente, de pinturas, de reparação de canalizações, de reparações eléctricas e outras afins;

d) A prestação de serviços de *babby-sitter*;

e) Outros serviços prestados directa ou indirectamente mediante subcontratação a serem fornecidos no domicílio.

2 — No exercício da sua actividade, a sociedade pode não só participar no capital de outras sociedades, mas também adquirir e alienar participações no capital social de outras sociedades, ainda que, tanto num caso, como noutro, tais sociedades tenham objecto social diferente, associar-se a quaisquer pessoas singulares ou colectivas ou a quaisquer agrupamentos complementares de empresas, associações em participação ou consórcios ou entidades de natureza semelhante e participar na sua administração e fiscalização.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de 400 000\$, e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de 200 000\$, da sócia Ana Maria Ribeiro da Costa Correia Chaves, e outra de 200 000\$, da sócia Maria Teresa de Frias Negrão.

ARTIGO 4.º

A cessão de quotas e a sua divisão entre os sócios é livre. Em caso de cessão a terceiros, a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar, reservam-se o direito de preferência na aquisição, na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos gerentes que forem nomeados em assembleia geral, os quais ficam dispensados de caução e não terão remuneração, salvo se o contrário for deliberado pelos sócios.

2 — A sociedade fica obrigada nos seus actos e contratos:

- a) Pelas assinaturas, em conjunto, de dois gerentes;
- b) Pelas assinaturas, em conjunto, de um gerente e de um procurador da sociedade, nos termos da respectiva procuração;
- c) Pela assinatura de um procurador da sociedade no âmbito dos poderes que lhe forem conferidos.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos casos de arresto, arrolamento, penhora ou qualquer outra forma de apreensão judicial.

2 — O valor da quota a amortizar, salvo disposição legal em contrário, é o nominal.

ARTIGO 7.º

1 — As assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada dirigida aos sócios, com a antecedência mínima de 15 dias.

2 — O sócio impedido de comparecer às reuniões da assembleia geral, poderá fazer-se representar por outro sócio, por ascendente ou descendente ou por pessoa estranha à sociedade, através de carta dirigida à sociedade, identificando o representante.

Disposições transitórias**ARTIGO 9.º**

Ficam, desde já, nomeadas gerentes ambas as sócias.

ARTIGO 10.º

Para fazer face às despesas com a instalação dos serviços sociedade, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, qualquer das gerentes fica, desde já, autorizada a proceder ao levantamento da importância depositada à ordem da sociedade em conta aberta na Caixa Geral de Depósitos, dependência das Amoreiras, a título de capital social.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005640

LUSCO-FUSCO — COMERCIALIZAÇÃO E CONFECÇÃO DE ABAT-JOURS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9160; identificação de pessoa colectiva n.º 503357529; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 13/950713.

Certifico que foi alterado o artigo 3.º do contrato social, que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 400 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$

cada uma, pertencentes uma a cada uma das sócias, Ana Mónica de Herédia Carvalho Araújo e Ana Maria de Herédia Carvalho Araújo.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 25 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005402

EUROBAU PORTUGAL — CONSTRUTORES CIVIS E OBRAS PÚBLICAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9420; identificação de pessoa colectiva n.º 503256102; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 4/950718.

Certifico que foi alterado o artigo 1.º, n.º 2, do contrato social, que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Almeida Garrett, 18-A, sala 7, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005518

LABIRINTOS INFORMÁTICOS — SOFTWARE EDUCATIVO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9545; identificação de pessoa colectiva n.º 502685263; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 4/950717.

Certifico que foram alterados o corpo do artigo 1.º e o artigo 3.º do contrato social, que passaram a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade continua a adoptar a firma Labirintos Informáticos — Software Educativo, L.ª, e passa a ter a sua sede na Rua dos Cedros, 25, 2.º, esquerdo, em Caxias, freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, e corresponde à soma de duas quotas de 200 000\$ cada, ambas pertencentes ao sócio David James Forbes Sant'Ana.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 25 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005470

LABIRINTOS INFORMÁTICOS — SOFTWARE EDUCATIVO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9545; identificação de pessoa colectiva n.º 502685263; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 2/951127.

Certifico que ficou depositada fotocópia da escritura de 16 de Outubro de 1995, exarada a fls. 6 e 6 v.º do livro de notas diversas n.º 645-A do Cartório Notarial de Oeiras, com a dissolução da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 25 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03056368

KELLOGG ESPANA, S. A. (SUCURSAL)

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9544; identificação de pessoa colectiva n.º 973213523; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/950713.

Certifico que, por deliberação em instrumento público de formalização de acordos sociais, outorgado no Cartório Notarial de Barcelona em 9 de Maio de 1995, com tradução feita no 17.º Cartório Notarial de Lisboa, foi deliberado abrir sucursal em Portugal com sede da representada: Edifício Parque Oceano, Estrada Marginal, sala 5, Santo Amaro de Oeiras.

Com o capital: 5 000 000\$.

Objecto: fabrico e venda, importação e exportação e, em geral, a promoção e comercialização de produtos derivados de cereais, assim como outros produtos alimentícios, produtos dietéticos e similares, participar directa e indirectamente em qualquer tipo de sociedade cujo objecto social seja similar.

Representantes: Felipe Sáiz Vilalta e Jaime Navarro de Feney rols.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 25 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005399

CCIVIL — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 7512; identificação de pessoa colectiva n.º 502207337; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 7/960228.

Certifico que foi alterado o artigo 3.º do contrato social, que passou a constar da seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de 180 000 000\$, encontra-se integralmente subscrito e realizado e corresponde à soma das seguintes quotas: três quotas de 25 000 000\$, pertencentes cada uma, respectivamente a Domingos Maria Rebelo de Andrade e Sousa, Carlos Manuel Cardoso Franco de Sousa e Pedro Maria Rebelo de Andrade e Sousa; uma quota de 8 340 000\$ pertencente ao sócio Domingos Maria Rebelo de Andrade e Sousa; duas quotas de 8 330 000\$, pertencentes, cada uma, respectivamente a Carlos Manuel Cardoso Franco de Sousa, e Pedro Maria Rebelo de Andrade e Sousa; uma quota de 26 660 000\$, pertencente ao sócio Domingos Maria Rebelo de Andrade e Sousa; e duas quotas de 26 670 000\$, pertencentes, cada uma, respectivamente a Carlos Manuel Cardoso Franco de Sousa e Pedro Maria Rebelo de Andrade e Sousa.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03048977

MSFT — SOFTWARE PARA MICROCOMPUTADORES, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9080; identificação de pessoa colectiva n.º 502586745; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 5/950713.

Recondução de funções de gerentes.

Prazo: exercício de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 25 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005348

VERSÃO 3 — PUBLICIDADE, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9543; identificação de pessoa colectiva n.º 973176000; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/950713.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre António Rosa Franco, casado com Maria Pilaro Henriques, na comunhão geral, Anabela dos Reis Domingos Franco, casada com António Vicente Henriques Franco, na comunhão de adquiridos, Maria de Jesus dos Reis Domingos Mota de Oliveira, casada com Henrique Carlos Mota de Oliveira Marques, na comunhão de adquiridos,

exarada por escritura pública de 20 de Março de 1995, no Cartório Notarial de Oeiras, de fl. 4 a fl. 6 v.º do livro n.º 715-B, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Versão 3 — Publicidade, L.^{da}, e vai ter a sua sede na Praceta de António Boto, 21-A, no lugar e freguesia de Carnaxide, deste concelho, com o cartão provisório de pessoa colectiva n.º 973126000 e número de actividade 7440.

§ único. A gerência, por simples deliberação, poderá deslocar a sede dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, criar e encerrar filiais, sucursais, estabelecimentos ou outras formas locais de representação em qualquer ponto do País.

2.º

O objecto social consiste em publicidade, comércio e serviços.

3.º

O capital social é de 400 000\$, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de 120 000\$, do sócio António Rosa Franco; uma de 140 000\$, da sócia Anabela dos Reis Domingos Franco, e uma de 140 000\$, da sócia Maria de Jesus dos Reis Domingos Mota de Oliveira.

4.º

Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá adquirir participações no capital de outras sociedades qualquer que seja o seu tipo ou objecto, incluindo participação em agrupamento complementar de empresas.

5.º

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando a assinatura de qualquer um deles para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

§ único. Fica expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos que não digam respeito aos negócios da mesma, tais como abonações, fianças e letras de favor.

6.º

1 — A transmissão de quotas ou de parte de quotas entre os sócios é livre.

2 — No caso de transmissão de quotas ou parte de quotas a estranhos, o sócio cedente obriga-se a reconhecer o direito de preferência aos sócios não cedentes.

3 — Para esse efeito, o sócio que pretenda ceder a sua quota ou parte dela a terceiros dará conhecimento aos demais sócios, por escrito, por carta registada com aviso de recepção, nos termos da projectada cessação, identificando o cessionário, o preço e as condições de pagamento da mesma, a fim de propor o exercício do direito de preferência estatuído no número anterior.

7.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não exija outras formalidades ou prazos, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005380

UNIÃO PORTUGUESA DE VÁLVULAS — ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 5677; identificação de pessoa colectiva n.º 500864870; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 3/950717.

Certifico que foi alterado o artigo 5.º do contrato social, que passou a ter a seguinte redacção:

5.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrituração, é de 157 000 000\$, e corresponde à soma de seis quotas: duas quotas, sendo uma do valor nominal de 5 975 000\$, e outra do valor nominal de 13 941 750\$, do sócio José Carvalho Pereira; duas quotas, sendo uma do valor nominal de 18 025 000\$, e outra do valor nominal de 42 058 250\$, da sócia Maria Raquel Sandão de Sousa Queiroz Pereira; uma quota do valor nominal de 38 500 000\$, da sócia Cláudia de Fátima Sandão Queiroz Sanches Vaz, e uma quota do valor nominal de 38 500 000\$, do sócio Honório Sandão Queiroz Sanches Vaz.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005461

PROMENDO — PROMOÇÕES EMPRESARIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9876; identificação de pessoa colectiva n.º 973393017; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/960115.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, exarada por escritura pública de 13 de Dezembro de 1995, no 8.º Cartório Notarial de Lisboa, de fl. 95 a fl. 96 v.º do livro n.º 79-I, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de PROMENDO — Promoções Empresariais, S. A., e rege-se pelos presentes estatutos e demais legislação vigente.

2.º

1 — A sede social é em Oeiras, na Rua de Damão, 15, concelho de Oeiras.

2 — Por deliberação do conselho de administração, a sede da sociedade poderá ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criadas e extintas, onde e quando entender, delegações, agências ou quaisquer outras formas de representação em Portugal e no estrangeiro.

3.º

1 — A sociedade tem por objecto a compra de imóveis para venda, a administração de bens próprios ou alheios, a prestação de serviços de organização e gestão de empresas, nos diversos ramos de actividade bem como a promoção e organização de eventos de carácter empresarial ou social, para apoio a empresas.

2 — A sociedade poderá adquirir participações em outras sociedades sediadas no País ou no estrangeiro, ainda que com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, ou em agrupamentos complementares de empresas.

CAPÍTULO II

Capital social, acções e obrigações

4.º

O capital social, que se encontra integralmente em dinheiro, é de 5 000 000\$ e é representado por 5000 acções ordinárias com o valor nominal de 1000\$ cada uma.

5.º

As acções, representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500 e 1000 acções serão nominativas ou ao portador, reciprocamente con-

vertíveis quando liberadas, podendo também revestir a forma meramente escritural.

6.º

A sociedade poderá, nos termos da lei, emitir obrigações nas condições que forem deliberadas pela assembleia geral.

CAPÍTULO III

Assembleia geral

7.º

1 — O direito a assistir, participar e votar nas assembleias gerais e participar nos seus trabalhos cabe aos accionistas que detenham acções com direito a, pelo menos, um voto.

2 — A cada acção corresponde um voto.

3 — Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da assembleia geral, por cônjuge, ascendente, descendente, administradores, directores ou outro accionista da sociedade, mediante carta dirigida ao presidente da mesa, indicando o nome e domicílio do representante e data da assembleia, até oito dias antes da sua realização, bem como por procurador com poderes especiais de representação.

4 — Para conferirem direito de voto numa assembleia, as acções devem estar averbadas ou depositadas até cinco dias antes da data da assembleia.

8.º

A mesa da assembleia será constituída por um presidente e um secretário, eleitos de quatro em quatro anos de entre os accionistas, ou terceiros.

CAPÍTULO IV

Administração e fiscalização

9.º

A administração da sociedade, cabe a um administrador único ou a um conselho de administração, composto de três a cinco membros, conforme for deliberado em assembleia geral, sendo eleitos de quatro em quatro anos e dispensados de caução.

10.º

A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura do administrador único, quando o houver;

b) Pela assinatura de dois quaisquer membros do conselho de administração;

c) Pela assinatura de qualquer administrador em quem tenham sido delegados poderes, nos limites da respectiva delegação.

11.º

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único ou a um conselho fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, eleitos de quatro em quatro anos, conforme for deliberado pela assembleia geral.

CAPÍTULO V

Dos exercícios sociais, lucros, reservas e dividendos

12.º

Os lucros líquidos apurados pelo balanço, terão a seguinte aplicação:

a) 5%, para o fundo da reserva legal até perfazer o montante exigido por lei;

b) O saldo para constituir as reservas ou outra aplicação que a assembleia geral julgar apropriadas, podendo esta deliberar não distribuir dividendos.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

13.º

Para o quadriénio 1995 a 1999 ficam nomeados os seguintes corpos sociais:

Conselho de administração: Pedro Macedo Pinto de Mendonça, casado, residente na Rua de Damão, 15, em Oeiras, Ana Rebelo de Carvalho Meneses de Mendonça Mariz Fernandes, casada, residente na Rua de Alfredo Soares, 8, 13.º, letra C, em Lisboa, e Luís António Macedo Pinto de Vasconcelos, casado, residente na Avenida da República, 30, 6.º, direito, em Lisboa.

Fiscal único: Patrício, Mimoso e Mendes Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 42, identificação de pessoa colectiva n.º 501738924; representada por Joaquim Patrício da Silva, revisor oficial de contas n.º 320, contribuinte fiscal n.º 113153074, casado, residente na Rua de Nogueira e Sousa, 8, 1.º, em Lisboa; suplente, José Joaquim Januário, revisor oficial de contas n.º 267, contribuinte fiscal n.º 122324161, casado, residente na Rua de Jorge Álvares, 4, 3.º, em Lisboa.

Mesa da assembleia geral: presidente, José Manuel de Almeida Archer, casado, residente na Avenida de D. Carlos I, 111, 2.º, direito, em Lisboa; secretário, Maria Madalena Gonzalez Afonso Viana de Mendonça, casada, residente na Rua de Damão, 15, em Oeiras.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 4 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03116751

VIDEOACÚSTICA — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELECTRÓNICOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 4782; identificação de pessoa colectiva n.º 501468838; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 1/960508.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 19, de 29 de Março de 1996, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03112748

DISCOTECA ROSI DE HENRIQUES E SILVA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 2298; identificação de pessoa colectiva n.º 500086460; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 8 e 9/950717.

Certifico que Maria Madalena Portugal Santos Veigas Henriques renunciou à gerência da sociedade, e foram alterados os artigos 3.º e 5.º do contrato social, que passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 500 000\$, e corresponde à soma de duas quotas, uma de 455 000\$, pertencente ao sócio Horácio Rodrigues Henriques e outra de 45 000\$, pertencente à sócia Ana Isabel Portugal Viegas Henriques.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade pertence ao sócio Horácio Rodrigues Henriques.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 20 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005496

EUROTAGUS — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS E INDUSTRIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 5114; identificação de pessoa colectiva n.º 501607382; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 5/950718.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 17, de 6 de Julho de 1994, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1993.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005526

EUROTAGUS — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS E INDUSTRIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 5114; identificação de pessoa colectiva n.º 501607382; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 8/951017.

Eleição dos órgãos sociais para o triénio 1995-1997.

Conselho de administração: presidente, Carlos Alberto Pereira Fernandes Portela; vogais: Mário Henrique de Paxiuta de Paiva, João Manuel Neves Correia Pires.

Conselho fiscal: presidente, José Joaquim Afonso Diz; vogais efectivos: Vicente Gomes Marques, Eduardo Nuno Nunes Gonçalves; vogal suplente, Carlos José Castro Alexandre.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03009459

C. I. L. — CENTRO DE INFORMÁTICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 4884; identificação de pessoa colectiva n.º 500809690; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 4/960620.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 57, de 29 de Março de 1996, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03114236

H. E. O. — PUBLICIDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9539; identificação de pessoa colectiva n.º 973231211; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/950712.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Helena Cristina Brandão Pereira dos Santos, solteiro, maior, Maria Odília Sousa Monteiro Marques, casada com José Carlos Amaral Batista Marques, na comunhão de adquiridos, exarada por escritura pública de 12 de Abril de 1995, no 22.º Cartório Notarial Lisboa, de fl. 76 a fl. 77 v.º do livro n.º 51-I, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma H. E. O. — Publicidade, L.ª, e tem a sua sede na Rua da Constituição, 26, 3.º, direito, em Tercena, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como abrir sucursais ou outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O seu objecto consiste na publicidade e relações públicas.

3.º

O capital social é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas de 200 000\$ cada uma, pertencentes a cada uma das sócias.

4.º

A divisão e cessão de quotas entre sócios é livremente permitida. Na cessão de quotas a estranhos têm preferência a sociedade em primeiro lugar, e os sócios em segundo; se mais de um preferir será a quota dividida, pelos sócios na proporção das suas quotas.

5.º

1 — A gerência da sociedade e com ou sem remuneração, conforme foi deliberado em assembleia geral, será exercida pela sócia Maria Odília Sousa Monteiro Marques.

2 — Para vincular a sociedade em todos os seus actos contratos é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — Fica proibido aos gerentes obrigarem a sociedade em fianças, subfianças e outros actos, contratos ou documentos semelhantes, estranhos aos negócios sociais, sob pena de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005305

NESTLÉ — PORTUGAL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 5375; identificação de pessoa colectiva n.º 500201307; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 3/960625.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 2, de 6 de Maio de 1996, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03114562

LABORTERAPIA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9538; identificação de pessoa colectiva n.º 502628812; averbamento n.º 2 à inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 2/960216.

Certifico que a sociedade deslocou a sede para Tagus Park, Parque de Ciência e Tecnologia, Edifício Inovação II, sala 421, freguesia de Porto Salvo.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 25 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03118495

TECNOVIA — SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 1966; identificação de pessoa colectiva n.º 500280908; inscrição n.º 16; número e data da apresentação: 4/960202.

Eleição dos órgãos sociais.

Período: 1996-1999.

Conselho de administração: presidente, José Guilherme Jorge da Costa, Luís Guilherme Canas da Costa, Filipe Soares Franco.

Conselho fiscal: presidente, Manuel António Batista Macara; vogais: António Barreira Castro Silva, (Sociedade de Revisores Oficiais de Contas), Fernando Vieira & Associados, representada por António Manuel Mendes Barreira (revisor oficial de contas), Victor

Manuel Canas Cardoso; membro suplente, Raul Alberto Serra da Silva Fernandes (revisor oficial de contas).

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03117758

TECNOVIA — SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 1966; identificação de pessoa colectiva n.º 500280908; inscrição n.º 12; número e data da apresentação: 8/940518.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 56 de 15 de Abril de 1994, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1993.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 01613499

TECNOVIA — SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 1966; identificação de pessoa colectiva n.º 500280908; inscrição n.º 13; número e data da apresentação: 12/941017.

Eleição dos órgãos sociais.

Período: quadriénio 1994-1998.

Conselho de administração: presidente, José Guilherme Jorge da Costa, Luís Guilherme Canas da Costa, Henrique Francisco Martins, Mário Franco Ruivo, Maria Adriana Diniz Canas da Costa.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 01656244

TECNOVIA — SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 1966; identificação de pessoa colectiva n.º 500280908; inscrição n.º 14; número e data da apresentação: 1/950110.

Eleição do presidente do conselho fiscal, Joel da Silva Santos.

Período: até final do mandato, 31 de Março de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03101851

TECNOVIA — SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 1966; identificação de pessoa colectiva n.º 500280908; inscrição n.º 15; número e data da apresentação: 2/950712.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 59, de 31 de Maio de 1996, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1994.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005259

LABORTERAPIA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9538; identificação de pessoa colectiva n.º 502628812; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 4/950712.

Certifico que foram alterados os artigos 1.º, n.º 1, 3.º e 14.º, n.º 1, do contrato social, que passaram a constar da seguinte redacção:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de LABORTERAPIA — Produtos Farmacêuticos, S. A., tem a sua sede na Rua de Diogo do Couto, 1-B, freguesia de Linda-a-Velha, concelho de Oeiras.

3.º

1 — O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é de 150 000 000\$, representado por 150 000 acções, do valor nominal de 1000\$ cada uma.

14.º

1 — A sociedade fica obrigada nela assinatura de dois quaisquer dos seus administradores.

Declarou ainda, que, as entradas estão realizadas e que não é exigida pela lei, pelo contrato ou pela deliberação a realização de outras entradas.

O texto, na sua redacção actualizada, ficou arquivado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005267

LABORTERAPIA — PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9538; identificação de pessoa colectiva n.º 502628812; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 3/960529.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 9, de 29 de Março de 1996, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 22 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03113400

COMCAFÉ — COMERCIAL DE CAFÉ, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 7197; identificação de pessoa colectiva n.º 500247145; inscrição n.º 27; número e data da apresentação: 2/960126.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 98, de 28 de Novembro de 1995, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03117421

COMCAFÉ — COMERCIAL DE CAFÉ, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 7197; identificação de pessoa colectiva n.º 500247145; inscrição n.º 27; número e data da apresentação: 2/960126.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 95, de 21 de Março de 1995, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1994.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03053393

J. CARLOS — TRANSPORTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9483; identificação de pessoa colectiva n.º 973183020; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 5/950719.

Nomeação de Cláudia Ventura Mateus para gerente da sociedade.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005607

DIMEGESTE — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9540; identificação de pessoa colectiva n.º 503470260; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2 e inscrição n.º 5; números e data das apresentações: 16 e 17/960523.

Certifico que cessaram as funções de gerentes Sérgio Bruno Pereira de Moura e Beatriz Isabel Dias Jacinto e foram alterados o n.º 1 do artigo 1.º, o artigo 3.º e o n.º 3 do artigo 5.º do contrato social, que passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma DIMEGESTE — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª, com sede na Rua de Francisco José Vitorino, 8-A, loja G, freguesia de Linda-a-Velha, concelho de Oeiras.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 450 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 225 000\$ cada uma, pertencentes, respectivamente, uma a cada uma das sócias, Beatriz Isabel Dias Jacinto e Zita Marques da Cunha Jacinto.

ARTIGO 5.º

3 — A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005321

DIMEGESTE — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9540; identificação de pessoa colectiva n.º 503470260; inscrições n.º 1 e 2; números e data das apresentações: 1 e 2/950713.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Zita Marques da Cunha Jacinto, casada com Fernando Alberto Gonçalves Baptista, na comunhão de adquiridos; Sérgio Bruno Pereira de Moura, solteiro, maior; Beatriz Isabel Dias Jacinto, solteira, maior; exarada por escritura pública de 31 de Maio de 1995, no Cartório Notarial de Algés, de fl. 86 a fl. 87 do livro n.º 85-G, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de DIMEGESTE — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª, com sede na Rua de Luciano Cordeiro, Edifício Pirâmide, piso 01, sala N, freguesia de Linda-a-Velha, concelho de Oeiras.

2 — A sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, agências, delegações ou outras formas de delegação, no país ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a actividade de mediação imobiliária.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 450 000\$, e corresponde à soma de três quotas: uma de 150 000\$, pertencente a Sérgio Bruno Pereira de Moura; uma de

150 000\$, pertencente a Beatriz Isabel Dias Jacinto; uma de 150 000\$, pertencente a Zita Marques da Cunha Jacinto.

ARTIGO 4.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, bem como constituir prestações suplementares de capital, até ao montante de 10 000 000\$, e nos termos em que forem deliberados em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade pertencem a um ou mais gerentes, sócios ou não, eleitos em assembleia geral.

2 — A remuneração ou não dos gerentes será determinada por deliberação dos sócios.

3 — Para obrigar a sociedade em juízo e fora dele é suficiente a assinatura de dois gerentes.

ARTIGO 6.º

A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, garantias, avais, letras de favor e outros actos e contratos semelhantes estranhos ao seu objecto social.

ARTIGO 7.º

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas e quer seja a título gratuito ou oneroso é livre entre os sócios. A cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes em segundo, fica reservado o direito de preferência na respectiva aquisição.

Foram nomeados gerentes da sociedade Sérgio Bruno Pereira de Moura, Beatriz Isabel Dias Jacinto e Zita Marques da Cunha Jacinto.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03113027

UMENOSALFA — ESTATÍSTICA, FORMAÇÃO E SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9541; identificação de pessoa colectiva n.º 972631704; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 7/950713.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Ana Paula Nunes Amaro, divorciada, Maria Luísa Patrício de Barros dos Santos, casada com Fernando Marques dos Santos, na comunhão de adquiridos, exarada por escritura pública de 13 de Junho de 1995, no 3.º Cartório Notarial de Almada, de fl. 16 a fl. 17 v.º do livro n.º 7-J, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.º

Firma

A sociedade adopta a firma UMENOSALFA — Estatística, Formação e Serviços, L.ª

2.º

Sede

1 — A sociedade tem a sua sede na Rua de João Chagas, 24, rés-do-chão, direito, freguesia de Algés, concelho de Oeiras.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limitrofe.

3 — É dispensada a deliberação dos sócios para a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

3.º

Objecto

A sociedade tem como objecto a consultoria, formação e prestação de serviços nas áreas de estatística e informática, a compra e ven-

da de material informático e a produção, apresentação e comércio de documentos técnicos.

4.º

Capital

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 200 000\$ cada, pertencendo uma a cada uma das sócias.

5.º

Amortização de quotas

A sociedade poderá amortizar qualquer quota sempre que:

a) A quota seja arrolada, arrestada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente;

b) A quota seja cedida sem consentimento da sociedade fora dos casos previstos no n.º 2 do artigo 228.º do Código das Sociedades Comerciais.

6.º

Gerência

1 — A gerência fica a cargo de ambas as sócias, desde já designadas como gerente.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a assinatura de dois gerentes.

Disseram ainda as outorgantes que a sociedade poderá iniciar imediatamente a sua actividade ficando a gerência autorizada a:

a) Praticar todos os actos compreendidos no objecto social;

b) Fazer o levantamento integral do capital para aquisição de equipamento;

c) Celebrar contratos de *leasing* e de aquisição de viaturas automóveis.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005364

CONTROLAUTO — CONTROLO TÉCNICO AUTOMÓVEL, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9542; identificação de pessoa colectiva n.º 503123226; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 23/960523.

Certifico que foi depositada na pasta respectiva, fotocópia da acta da assembleia geral n.º 7, de 29 de Março de 1996, e os restantes documentos respeitantes à prestação de contas do exercício do ano de 1995.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 26 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03113060

LUÍS MIGUEL & M. PINTO — SOCIEDADE DE FABRICO PRODUTOS DE LIMPEZA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 8666; identificação de pessoa colectiva n.º 502839465; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 1/950721.

Certifico que foram alterados o artigo 4.º e corpo do artigo 8.º do contrato social, que passaram a ter a seguinte redacção:

4.º

Sede: Avenida das Tulipas, lote 32, 7.º, direito, em Miraflôres, Algés, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.
(Mantém-se o § único.)

8.º

Gerência: Fica a cargo de ambos os sócios, desde já designados gerentes, vinculando-se a sociedade em todos os seus actos e contratos mediante a intervenção de ambos os gerentes.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005682

DV CONSTROI — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9774; identificação de pessoa colectiva n.º 973381736; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/951116.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre José Manuel de Oliveira Neto, casado com Isabel Maria Bento Santos Silva Neto, na comunhão de adquiridos; Ana Rita Domingues de Almeida Esteves de Aguiar, solteira, maior; Carlos Alberto Gomes, casado com Maria da Conceição Elias de Sousa Gomes, na comunhão de adquiridos; Vítor Manuel Toureiro dos Santos Tendeiro, casado com Leonor da Consolação Neves Gonçalves dos Santos Tendeiro, na comunhão geral; Eduardo Nelson dos Santos Gomes, casado com Maria Clara Duarte Barata Gomes, na comunhão de adquiridos, exarada por escritura pública de 13 de Outubro de 1995, no 21.º Cartório Notarial de Lisboa, de fl. 68 a fl. 70 do livro n.º 33-H, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO 1.º

Denominação, duração e sede

1 — A sociedade, constituída sob a forma de sociedade anónima e por tempo indeterminado, denominada DV CONSTRÓI — Sociedade de Construções, S. A., tem a sua sede social em Algés, na Rua de Latino Coelho, 29.

2 — O conselho de administração poderá mudar a sede da sociedade e criar, transferir ou encerrar outros estabelecimentos, sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação social.

ARTIGO 2.º

Objecto

1 — A sociedade tem por objecto a compra e venda de prédios rústicos e urbanos, administração de bens próprios e alheios, prestação de serviços a terceiros, elaboração de estudos e projectos financeiros ou económicos, participação em investimentos, participação em outras sociedades, gestão de empresas, promoção e construção de empreendimentos imobiliários e de quaisquer obras de construção civil.

2 — A sociedade poderá participar noutras sociedades de responsabilidade limitada ou ilimitada, de objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas, consórcios, associações em participação e semelhantes.

CAPÍTULO II

Capital social e acções

Órgãos sociais

ARTIGO 3.º

Capital social e sua representação

1 — O capital social é de 15 000 000\$, integralmente subscrito e realizado.

2 — O capital social está dividido em acções com o valor de 1000\$ cada, representado por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 1000 ou 10 000 acções, podendo os accionistas exigir a sua divisão ou representação.

3 — As acções são ao portador ou nominativas, registadas ou não, recíproca e livremente convertíveis por iniciativa dos respectivos titulares que suportarão os custos inerentes.

4 — Os títulos representativos das acções, quer provisórios, quer definitivos serão sempre assinados por dois administradores, ou por um administrador e um mandatário com poderes especiais para o acto, podendo, contudo, as assinaturas serem apostas por meio de chancela por eles autorizada.

ARTIGO 4.º

Acções próprias

A sociedade poderá adquirir acções próprias e realizar sobre elas quaisquer operações permitidas por lei.

ARTIGO 5.º

Obrigações e outros títulos

A sociedade pode emitir obrigações ou quaisquer títulos negociáveis, podendo ainda financiar-se através de quaisquer outros meios legalmente permitidos.

CAPÍTULO III

SECÇÃO I

Assembleia geral

ARTIGO 6.º

Constituição da assembleia geral

1 — A assembleia geral é constituída pelos accionistas que, até cinco dias antes do designado para a reunião da assembleia geral, tenham, pelo menos, 100 acções averbadas em seu nome no competente livro de registo da sociedade, ou depositadas na sede da sociedade ou em qualquer instituição bancária.

2 — Os accionistas titulares de um número de acções inferior a 100 poderão agrupar-se de forma a completar esse número ou número superior, fazendo-se então representar por qualquer um dos agrupados, o que deverá ser comunicado ao presidente da mesa da assembleia geral por meio de carta até à véspera do dia em que a assembleia geral houver de reunir-se.

3 — Poderão assistir às reuniões de assembleia geral ou intervir, sem direito a voto, na discussão de todos os assuntos que aí forem tratados, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal, e da mesa da assembleia geral ainda que, sendo accionistas, não se encontrem na situação prevista no n.º 1.

ARTIGO 7.º

Representação

1 — Qualquer accionista que seja pessoa singular poderá fazer-se representar pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por um membro da administração ou por outro accionista, bastando para prova do mandato que este conste de simples carta assinada pelo mandante dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral, ou de procuração, devendo aquela ou esta ser entregue na sede social até à véspera do dia em que a assembleia geral houver de reunir-se.

2 — A representação das pessoas colectivas, para efeitos de participação na assembleia geral e de exercício de funções nos órgãos sociais, será comunicada ao presidente da mesa da assembleia geral por simples carta emanada do respectivo órgão competente.

ARTIGO 8.º

Mesa da assembleia geral

A mesa da assembleia geral será constituída por um presidente e um secretário, que poderão não ser accionistas, todos eleitos trienalmente, sendo sempre permitida a reeleição.

ARTIGO 9.º**Reuniões**

A assembleia geral reunirá, ordinariamente, pelo menos, uma vez em cada ano nos primeiros três meses depois de findo o exercício.

SECÇÃO II**Conselho de administração****ARTIGO 10.º****Composição e eleição**

1 — A condução dos negócios sociais será exercida por um conselho de administração composto por um número mínimo de três e um máximo de sete membros, eleitos pela assembleia geral por um período de três anos e reconduzíveis uma ou mais vezes.

2 — A assembleia geral que eleja os membros do conselho de administração escolherá, igualmente, de entre estes, o respectivo presidente.

ARTIGO 11.º**Prestação de caução pelos membros do conselho de administração**

Os administradores prestarão individualmente caução, por qualquer forma admitida na lei e pelo montante mínimo por ela exigido, excepto se tal for dispensado em assembleia geral.

ARTIGO 12.º**Competência**

Ao conselho de administração compete especialmente:

a) Gerir os negócios e praticar todos os actos e operações inseridos no objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;

b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

c) Adquirir, alienar ou onerar bens e direitos móveis e imóveis;

d) Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;

e) Contrair empréstimos e outros tipos de financiamentos e realizar outras operações de crédito que não sejam vedadas pela lei;

f) Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre os empregados e sua remuneração;

g) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados;

h) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia geral.

ARTIGO 13.º**Delegação de poderes**

1 — O conselho de administração, através de simples acta, poderá delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores ou numa comissão executiva composta por um número ímpar de membros.

2 — A delegação prevista no número anterior não poderá abranger as matérias constantes das alíneas a) a d), f), l) e m) do artigo 406.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 14.º**Reuniões do conselho de administração**

1 — O conselho de administração deve fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente ou por dois administradores.

2 — O conselho de administração não pode funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, salvo por motivo de urgência, como tal expressamente reconhecida pelo presidente, caso em que os votos podem ser expressos por correspondência ou por procuração passada a outro administrador.

3 — As deliberações do conselho de administração constarão sempre de acta e serão tomadas por maioria dos votos presentes, tendo o presidente, ou quem legalmente o substitua, voto de qualidade em caso de empate.

ARTIGO 15.º**Vinculação da sociedade**

1 — A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura conjunta de dois administradores;

b) Pela assinatura de um administrador e de um mandatário constituído no âmbito e nos termos do respectivo mandato;

c) Pelas assinaturas de um ou mais mandatários no âmbito dos respectivos mandatos;

d) Pela assinatura de um administrador-delegado no âmbito da respectiva delegação de competências.

2 — Em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um administrador.

3 — O conselho de administração pode deliberar, nos termos legais, que certos documentos da sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou chancela.

SECÇÃO III**Conselho fiscal****ARTIGO 16.º****Fiscalização dos negócios sociais**

1 — A fiscalização da actividade social compete a um conselho fiscal, composto por um presidente, dois vogais efectivos e um suplente, todos eleitos trienalmente em assembleia geral.

2 — Um dos vogais efectivos e o suplente serão revisores oficiais de contas.

CAPÍTULO IV**Disposições gerais e transitórias****ARTIGO 17.º****Remuneração dos membros dos órgãos sociais**

1 — As remunerações dos membros da mesa da assembleia geral, do conselho de administração e do conselho fiscal, sem prejuízo do legalmente disposto quanto aos revisores oficiais de contas, são fixadas pela assembleia geral, que poderá, para o efeito, mandar uma comissão de remunerações que eleja, composta por três membros.

2 — Compete ao conselho de administração celebrar os contratos com os revisores oficiais de contas que, nessa qualidade, integrem os órgãos sociais.

ARTIGO 18.º**Aplicação dos resultados apurados**

1 — Os resultados líquidos de cada exercício, devidamente aprovados, terão a aplicação que a assembleia geral determinar.

2 — A distribuição de dividendos aos sócios, bem como o respectivo montante, será deliberada por maioria absoluta do capital presente ou representado na reunião da assembleia que o delibera.

ARTIGO 19.º**Foro competente**

Fica estipulado o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, para todos os litígios emergentes entre os accionistas, seus herdeiros ou representantes e a sociedade.

ARTIGO 20.º**Dissolução da sociedade**

A sociedade dissolve-se nos casos e termos legais, ou mediante deliberação tomada em assembleia geral, pela maioria legalmente necessária.

ARTIGO 21.º

Disposição transitória

Ficam desde já nomeados os seguintes membros dos órgãos sociais para o triénio de 1995-1997.

Conselho de administração: presidente, José Manuel de Oliveira Neto; 1.º vogal, Carlos Alberto Gomes; 2.º vogal, Victor Manuel Toureiro dos Santos Tendeiro.

Conselho fiscal: presidente, Carlos José de Oliveira Cristóvão; vogal, Fernando da Piedade Cruz; revisor oficial de contas, António Escameia Mariquito; revisor oficial de contas (suplente), José Martins Correia.

Mesa da assembleia geral: presidente, Abel Augusto Esteves de Aguiar; secretário, Eduardo Nelson dos Santos Gomes.

Independentemente do registo definitivo da sociedade fica desde já autorizado o conselho de administração a movimentar a conta aberta em nome da sociedade numa instituição de crédito, a fim de fazer face a despesas com esta escritura, sua publicidade e registo e ainda para a aquisição dos bens móveis ou imóveis necessários ao início e desenvolvimento da actividade do objecto social.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 4 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03055906

F. J. DURAND PASSOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9119; identificação de pessoa colectiva n.º 503306347; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 3/960301.

Certifico que foram alterados os artigos 1.º e 3.º do contrato social, que passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade continua a adoptar a firma F. J. Durand Passos, L.ª, e passa a ter a sua sede no Alto do Lagoal, 15, 1.º, G-8, em Caxias, na freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras.

§ único. (*Mantém-se.*)

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 1 000 000\$, e corresponde às seguintes quotas: duas quotas uma do valor nominal de 750 000\$, e outra do valor nominal de 200 000\$, pertencentes ao sócio Fernando José Durand Passos; e uma do valor nominal de 50 000\$, pertencente Sócia Maria da Luz Mesquita Durand Passos.

O texto na sua redacção actualizada ficou arquivado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 4 de Dezembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03119432

COLUB — COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9515; identificação de pessoa colectiva n.º 973177047; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/950630.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Pedro Jaime de Serpa Lancastre Freitas casado com Maria Teresa Lobo da Silveira e Sequeira de Lancastre Freitas, separação de bens; Pedro de Sequeira de Lancastre Freitas, solteiro, maior, Maria Madalena de Sequeira de Lancastre Freitas, solteira, maior; Catarina de Sequeira de Lancastre Freitas, solteira, maior, exarada por escritura pública de 6 de Junho de 1995, no 16.º Cartório Notarial de Lisboa, de fl. 6 v. a fl. 7 v.º do livro n.º 231-H, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação COLUB — Combustíveis e Lubrificantes, L.ª, e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1 — A sede da sociedade é na Alameda do Conde de Oeiras, 53, cave, freguesia e concelho de Oeiras.

2 — Por deliberação da gerência, poderá a sociedade deslocar a sede social para dentro do mesmo concelho ou concelhos limítrofes e criar, transferir ou encerrar, no território nacional ou no estrangeiro, sucursais, agências ou quaisquer outras formas de representação.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto o comércio de combustíveis e lubrificantes e a exploração de postos de abastecimento de combustível, garagens e estações de serviço.

§ único. Por simples deliberação da assembleia geral, poderá em qualquer momento a sociedade subscrever ou adquirir, alienar ou onerar participações em sociedades, com objecto idêntico ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

A capital social, subscrito e realizado em dinheiro, é de 3 000 000\$, e representado por quatro quotas iguais de valor nominal de 750 000\$, pertencentes aos sócios Pedro Jaime de Serpa Lancastre Freitas, Pedro de Sequeira de Lancastre Freitas, Maria Madalena de Sequeira de Lancastre Freitas e Catarina de Sequeira de Lancastre Freitas.

ARTIGO 5.º

1 — A divisão e a cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre sócios, mas a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes.

2 — Na cessão de quotas a estranhos, a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo lugar, terão direito de preferência.

3 — O sócio que queira ceder a sua quota deverá comunicá-lo por carta registada tanto à sociedade como a cada um dos sócios, a qual obrigatoriamente deverá informar da identidade do adquirente, o preço, a modalidade ou a forma de pagamento e o prazo da sua liquidação.

4 — Se a sociedade ou os sócios quiserem usar do referido direito, deverão manifestá-lo ao proponente nos 60 dias seguintes à data do registo da referida carta.

5 — No caso de a sociedade não optar e houver vários interessados entre os sócios, as quotas serão por eles rateadas, na proporção das respectivas posições.

6 — É livre a cessão de quotas se a sociedade e os sócios não se pronunciarem no prazo estabelecido no n.º 4 do presente artigo.

7 — No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, os seus herdeiros escolherão um que os represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa, no prazo de 90 dias a partir do óbito ou da interdição, podendo continuar na sociedade, ou sair dela, mediante o recebimento do valor da quota.

8 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota que for objecto de penhor, arresto, penhora, arrolamento, apreensão em processo judicial ou administrativo ou outra providência que venha a possibilitar a sua venda judicial ou ainda quando por divórcio, separação de pessoas e bens, a quota não fique a pertencer inteiramente ao sócio.

9 — A amortização da quota é feita pelo valor nominal, acrescido da parte proporcional dos fundos de reservas constituídas, segundo o último balanço aprovado e será paga em quatro prestações trimestrais.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica a cargo de gerentes que serão nomeados em assembleia geral, sendo já nomeados gerentes os sócios, Pedro Jaime de Serpa Lancastre Freitas e Pedro de Sequeira de Lancastre Freitas.

2 — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessária a assinatura de um gerente.

3 — Os gerentes não podem obrigar a sociedade em actos alheios aos negócios sociais, tais como abonações, fianças e letras a favor.

4 — A gerência poderá delegar para a prática de actos específicos a estranhos, mediante procuração desde que aprovados em assembleia geral.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá exigir aos sócios, prestações suplementares de capital até ao décuplo do capital social, desde que a chamada, seja deliberada pela unanimidade dos votos representativos da totalidade do capital social.

ARTIGO 8.º

1 — As assembleias gerais fazem-se nos termos da lei, podendo os sócios sempre que o desejarem constituir-se em assembleias universais.

ARTIGO 9.º (transitório)

1 — Qualquer um dos designados gerentes, fica desde já autorizado a proceder ao levantamento da totalidade do capital social depositado, afim de suportar as despesas de constituição e registo e outras inerentes à própria actividade da sociedade.

2 — A sociedade assume a responsabilidade pela prática dos negócios jurídicos próprios da actividade da sociedade, efectuados pelos nomeados gerentes, desde a data da constituição da sociedade até ao seu registo definitivo.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03057100

J. DIAS & DIAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 4681; identificação de pessoa colectiva n.º 500144311; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/950720.

Certifico que a sociedade desloçou a sede para a Rua do Dr. António Patrício Gouveia, 26, 8.º, letra A, vila e freguesia de Oeiras.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005631

MINILAB — LABORATÓRIO DE FOTOGRAFIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 5293; identificação de pessoa colectiva n.º 501449698; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 7/950720.

Nomeação de Raul Carlos Sousa Amado, para gerente da sociedade.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005666

FERMATIC — FERRAMENTAS E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 5828; identificação de pessoa colectiva n.º 502008687; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 6/950721.

Certifico que ficou depositada fotocópia da escritura de 13 de Julho de 1995, exarada de fl. 22 a fl. 23 do livro de notas diversas n.º 89-G do Cartório Notarial de Algés, com a dissolução da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005720

CINEPONTO/LEO BURNETT — PUBLICIDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9554; identificação de pessoa colectiva n.º 501077464; averbamento

n.º 1 à inscrição n.º 6 e inscrição n.º 13; números e data das apresentações: 12 e 13/951130.

Certifico que renunciou à gerência da sociedade Dennis John Regan e foi nomeado gerente da sociedade Gregory Joseph Silich.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03056562

CINEPONTO/LEO BURNETT — PUBLICIDADE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9554; identificação de pessoa colectiva n.º 501077464; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 4/950421.

Certifico que foi alterado o artigo 1.º do contrato social, que passou a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

Sede: Avenida da República, 139-D, freguesia de Carnaxide.

O texto, na sua redacção actualizada, ficou arquivado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005704

DUOGEST — CONTABILIDADE, ANÁLISE E GESTÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9295; identificação de pessoa colectiva n.º 503007340; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 4/950720.

Certifico que foram alterados os artigos 1.º, 3.º e 4.º do contrato social, que passaram a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade continua a adoptar a firma DUOGEST — Contabilidade, Análise e Gestão, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Guerra Junqueiro, 5, rés-do-chão, A, em Queluz de Baixo, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e nos valores que constituem o activo, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas: uma de 280 000\$, pertencente ao sócio Manuel José Roldão Ferreira; e outra de 120 000\$, pertencente à sócia Maria da Conceição Cabral Margarido Roldão Ferreira.

4.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo do sócio Manuel José Roldão Ferreira, desde já nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, sendo suficiente a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade, em todos os seus actos e contratos.

O texto, na sua redacção actualizada, ficou arquivado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005658

OS TRABALHOS DE HÉRCULES, DESIGN E COMUNICAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras. Matrícula n.º 9556; identificação de pessoa colectiva n.º 972312757; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/950724.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe entre Ana Luísa Ferreira Carneiro de Varennes e Mendonça, solteira, maior, Maria Leonor Ferreira Carneiro de Varennes e Mendonça, solteira, maior, exarada por escritura pública de 4 de Agosto de 1993, no 5.º Cartório Notarial de Lisboa, de fl. 124 a fl. 125 v.º do livro n.º 42-I, que se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma de Os Trabalhos de Hércules — Design e Comunicação, L.ª, e tem a sua sede na Quinta de Santa Marta, freguesia de Carnaxide, em Algés, concelho de Oeiras, a qual poderá ser transferida dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes por simples deliberação da gerência.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a produção de *design* e comunicação.

ARTIGO 3.º

O capital da sociedade é de 400 000\$, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, correspondente à soma de duas quotas no valor nominal de 300 000\$, e 100 000\$, pertencentes, respectivamente, à sócia Ana Luísa Ferreira Carneiro Varennes e Mendonça e à sócia Maria Leonor Ferreira Carneiro Varennes e Mendonça.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa ou passivamente, dispensada de caução, pertence à sócia Ana Luísa Ferreira Carneiro Varennes e Mendonça, que desde já fica nomeada gerente.

§ único. Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos basta a assinatura da gerente Ana Luísa Ferreira Carneiro Varennes e Mendonça.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios, excepto a favor de estranhos, caso em que necessita do consentimento dos sócios não cedentes a quem é reservado o direito de preferência em primeiro lugar.

ARTIGO 6.º

Ficam de conta da sociedade todas as despesas com a sua constituição, designadamente as desta escritura, registo e despesas inerentes que são da responsabilidade da sociedade. A gerência fica, desde já, autorizada a efectuar levantamentos da conta de depósito em nome da sociedade, até ao montante do total do capital, para fazer face àquelas despesas e ainda às da aquisição de bens necessários à sua actividade, assumindo a sociedade os direitos e obrigações emergentes destes actos.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, 28 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Josefina Viegas*. 03005763

TORRES VEDRAS

JUVEX — EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2403; identificação de pessoa colectiva n.º 503539767; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/961107.

Certifico que foi deslocada a sede social, tendo sido alterado o corpo do artigo 1.º do contrato de sociedade, o qual ficou com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação JUVEX — Equipamentos e Serviços, L.ª, com sede na Rua de António Leal de Ascensão,

22, B, freguesia de São Pedro e Santiago, em Torres Vedras, e durará por tempo indeterminado a partir da data da sua constituição.

§ único

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras, 4 de Dezembro de 1996. — A Escriutária Superior, *Luísa Maria dos Santos Marta*. 05763312

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES PINHAL DE CASCAIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2604; identificação de pessoa colectiva n.º 973838671; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 8/961122.

Certifico que foi constituída a sociedade com a denominação em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

Contrato de sociedade

No dia 4 de Novembro de 1996, no 2.º Cartório Notarial de Torres Vedras, perante mim, licenciada Arminda das Dores Correia Martins, notária respectiva, compareceram como outorgantes:

1.º António Luís do Vale Figueiroa Rego, casado, natural da freguesia de Ponte do Rol, deste concelho, habitualmente residente na Rua de Teresa de Jesus Pereira, 23, 4.º, esquerdo, nesta cidade, que intervém na qualidade de presidente do conselho de administração e em representação da sociedade anónima TORRESFINA — Sociedade de Investimentos e Gestão, S. A., com sede na Rua do 1.º de Dezembro, 6, 1.º, A, nesta cidade, freguesia de São Pedro, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 502811714, com o capital social de 5 000 000\$, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho sob o n.º 1874, com poderes para este acto, tendo verificado a qualidade em que intervém e a identificação da dita sociedade por uma certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial deste concelho, com o teor da referida matrícula e de todas as inscrições em vigor da dita sociedade e os poderes que legitimam a sua intervenção neste acto por uma pública-forma extraída através de fotocópia da acta n.º 21, do conselho de administração da referida sociedade, o que tudo arquivou;

2.º Joaquim Vital Rosa, casado, natural da freguesia de Silveira, deste concelho, habitualmente residente no lugar e freguesia de Ponte do Rol, deste concelho, que intervém na qualidade de presidente do conselho de administração e em representação da sociedade anónima Vital Rosa — Imobiliária e Construção, S. A., com sede no lugar e freguesia de Ponte do Rol, referida, com o capital social de 40 000 000\$, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho sob o n.º 1943, com poderes para este acto, tendo verificado a qualidade em que intervém e a identificação da mencionada sociedade por uma pública-forma extraída através de fotocópia de uma certidão emitida pela referida Conservatória com o teor da matrícula e de todas as inscrições em vigor e atrás referidas, e ainda por uma pública-forma extraída através de fotocópia da acta n.º 5 do conselho de administração da dita sociedade, o que tudo arquivou.

Verifiquei a identidade de ambos os outorgantes por conhecimento pessoal.

E por eles, nas qualidades em que respectivamente outorgam, foi dito que pela presente escritura, a sociedade que o primeiro outorgante representa, bem como a sociedade que o segundo outorgante representa, atrás devidamente identificadas, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada com a denominação Sociedade de Construções Pinhal de Cascais, L.ª, com sede no lugar e freguesia de Ponte do Rol, deste concelho, que se regerá segundo os artigos constantes de um documento complementar, elaborado segundo o n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que arquivo e que fica a fazer parte integrante desta escritura.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação Sociedade de Construções Pinhal de Cascais, L.ª, com sede no lugar e freguesia de Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras.

2 — A gerência da Sociedade poderá deslocar livremente a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no território nacional ou estrangeiro, por simples deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 2.º

A Sociedade tem por objecto: o desenvolvimento e actividades de administração de propriedades, projecção e execução de empreendimentos imobiliários, urbanísticos, hoteleiros e turísticos, compra e venda de imóveis para construção ou para revenda dos adquiridos para esse fim.

ARTIGO 3.º

O capital social, a realizar integralmente em dinheiro, é de 20 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas iguais de 10 000 000\$, uma de cada sócia.

§ único. O capital social encontra-se realizado quanto a metade, devendo o restante ser realizado dentro de um ano.

ARTIGO 4.º

Na cessão onerosa de quotas a não sócios fica reconhecido o direito de preferência aos sócios não cedentes e à sociedade sucessivamente, subordinando-se aquele direito ao regime da lei geral.

§ único. Os sócios poderão fazer supimentos à sociedade, até ao montante global de 60 000 000\$, fixando-se em assembleia geral, as condições a que ficarão sujeitos.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, será desempenhada por dois gerentes, sendo desde já nomeados: António Luís do Vale Figueirôa Rego, casado, residente em Torres Vedras, na Rua de Teresa de Jesus Pereira, 23, 4.º, esquerdo, e Joaquim Vital Rosa, casado, residente em Ponte do Rol.

§ único. Para vincular a sociedade é necessária a intervenção em conjunto de dois gerentes.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras, 28 de Novembro de 1996. — A Escriturária Superior, *Lúisa Maria dos Santos Marta*. 05763444

DISERVE — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2605; identificação de pessoa colectiva n.º 973655410; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/961122.

Certifico que foi constituída a sociedade com a denominação em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

Contrato de sociedade

No dia 10 de Setembro de 1996, no 2.º Cartório Notarial de Torres Vedras, perante mim, Maria Teresa Macieira Fivelim Costa, primeira-ajudante deste Cartório, em exercício, por a notária respectiva se encontrar de licença para férias, compareceram como outorgantes:

1.º Sérgio José Veríssimo Guerra Esteves, solteiro, maior, contribuinte fiscal n.º 196837472, residente, habitualmente, na Rua da Boavista, 3, lugar de Ameal, freguesia de Ramalhal, deste concelho, natural da freguesia de São Pedro e Santiago, deste concelho;

2.º José Elias Esteves, casado segundo o regime da comunhão geral com Maria da Conceição Veríssimo Esteves, com residência habitual na morada anterior, contribuinte fiscal n.º 120486253, natural da freguesia de Ramalhal, referida.

E por eles foi dito que pela presente escritura, constituem entre si, uma sociedade comercial por quotas denominada DISERVE — Prestação de Serviços Diversos, L.ª, com sede no Largo do 1.º de Maio, lugar e freguesia de Ramalhal, concelho de Torres Vedras, que se regerá segundo os artigos constantes de um documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que arquivo e que fica a fazer parte integrante desta escritura.

Contrato de sociedade

1.º

A sociedade adopta a denominação de DISERVE — Prestação de Serviços Diversos L.ª, e tem a sua sede no Largo do 1.º de Maio, lugar e freguesia de Ramalhal, concelho de Torres Vedras; a sua duração é por tempo indeterminado.

2.º

O objecto da sociedade é a prestação de serviços administrativos e contabilidade.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 500 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma no valor nominal de 300 000\$, pertencente ao sócio Sérgio José Veríssimo Guerra Esteves, e outra no valor nominal de 200 000\$, pertencente ao sócio José Elias Esteves.

4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, será exercida pelos dois sócios, que ficam desde já nomeados gerentes.

5.º

Para todos e quaisquer actos são sempre necessárias as duas assinaturas dos sócios gerentes, incluindo a representação em juízo, excepto para os de mero expediente que bastará a assinatura de um deles.

6.º

A transmissão da quota por um dos sócios para outrem, só poderá ser feita com o acordo do sócio cedente, podendo este adquiri-la por direito de preferência.

7.º

Em caso de falecimento de um dos sócios, a quota será transmitida aos herdeiros legais. Ao sócio sobrevivente fica-lhe reservado o direito de opção em aceitar para a sociedade os herdeiros do sócio falecido, ou efectuar a amortização da quota, pelo valor apurado num balanço elaborado expressamente para o efeito. O pagamento será efectuado em prestações mensais, ou de outra forma, existindo acordo entre as partes, não sendo assim dissolvida a sociedade.

8.º

O valor a calcular correspondente à amortização será o da cotação na altura praticada no mercado, mais o valor do imobilizado.

9.º

Sempre que seja necessário reunir em assembleia geral, serão os sócios convocados por cartas registadas a eles dirigidas com 15 dias de antecedência.

10.º

Ficam livremente permitidas as cessões de quotas entre sócios, no todo ou em parte, ficando dispensadas de consentimento da sociedade as disposições para isso necessárias. Qualquer cessão a estra-

nhos à sociedade só poderá ter lugar quando nem ela, nem nenhum dos consócios do cedente, quiser fazer a respectiva aquisição pelo valor que a quota cedenda no momento tiver.

11.º

Fica proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e ou contratos estranhos ao objecto da sociedade.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras, 28 de Novembro de 1996. — A Escri.ªraria Superior, *Luisa Maria dos Santos Marta*. 05763452

XINEZICES — SOCIEDADE COMERCIAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras. Matrícula n.º 2607; identificação de pessoa colectiva n.º 973838060; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 36/961126.

Certifico que foi constituída a sociedade com a denominação em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

Contrato da sociedade

No dia 21 de Outubro de 1996, no 2.º Cartório Notarial de Torres Vedras, perante mim, Arminda das Dores Correia Martins, notária respectiva, compareceram como outorgantes:

1.º Manuel Paulo dos Santos, casado, natural da freguesia de Runa, deste concelho, onde reside, habitualmente, no Casal das Pedras Lages, e António Fernando Alves Fortunato, casado, natural da freguesia de Santa Maria do Castelo e São Miguel, deste concelho, com residência habitual no Bairro do Calvo, 8, Ponte do Rol, Torres Vedras, que intervêm na qualidade de directores e em representação da Colchões Bom Repouso — Cooperativa Operária de Fabrico de Colchões, C. R. L., titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 500436878, com sede na Rua das Pedras Lages, lugar e freguesia dita de Runa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, sob o n.º 601 do livro n.º J-1, a fl. 136, com o capital mínimo de 51 000\$, como consta de fotocópia da acta n.º 134, de 16 de Setembro do ano corrente da assembleia geral da referida Cooperativa e de certidão passada pela 8.ª Conservatória, que arquivo e pelas quais verifiquei a qualidade em que eles outorgam, a suficiência dos seus poderes para este acto e toda a identificação da mesma Cooperativa;

2.º Zilda Manuel de Almeida Ramalho Gomes Graça, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, casada segundo o regime da comunhão de adquiridos com Fernando Henrique Pernes Graça, com residência habitual no Campo da Várzea, 15, 2.º, D, nesta cidade, contribuinte fiscal n.º 206185030.

E por eles foi dito que entre a referida Cooperativa e a segunda outorgante, constituem uma sociedade comercial por quotas denominada Xinezices — Sociedade Comercial de Importação e Exportação, L.ª, com sede na Rua de Cândido dos Reis, 33, freguesia de São Pedro, nesta cidade e concelho de Torres Vedras, que se re-gerá segundo os artigos constantes de um documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que arquivo e que fica a fazer parte integrante desta escritura.

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

1.º

A sociedade adopta a denominação de Xinezices — Sociedade Comercial de Importação e Exportação, L.ª, tem a sua sede na Rua de Cândido dos Reis, 33, em Torres Vedras, freguesia de São Pedro, concelho de Torres Vedras.

A gerência da sociedade poderá mudar a sede dentro do mesmo concelho ou para outros concelhos e abrir sucursais ou filiais dentro do território nacional.

2.º

A sociedade tem por objecto a venda ao público e por grosso, importação e exportação dos seguintes produtos: enxovais, artigos para o lar, roupas, artesanatos e bijutarias.

3.º

O capital social é de 2 000 000\$, já inteiramente realizados em dinheiro e acha-se dividido em duas quotas do valor nominal de 1 000 000\$ cada, uma pertencente à sócia Colchões Bom Repouso — Cooperativa Operária de Fabrico de Colchões, C. R. L., e outra à sócia Zilda Manuel de Almeida Ramalho Gomes Graça.

4.º

A gerência da sociedade fica a cargo da sócia Zilda Manuel de Almeida Ramalho Gomes Graça e dos não sócios Manuel Paulo dos Santos, casado, residente na Rua de 5 de Outubro, Runa, freguesia de Runa, concelho de Torres Vedras, e António Fernando Alves Fortunato, casado, residente no Bairro do Calvo, Ponte do Rol, freguesia de Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras, desde já nomeados gerentes, sendo obrigatória a assinatura conjunta da gerente Zilda e de um dos gerentes para obrigar a sociedade, à excepção de situações de mero expediente, em que bastará a assinatura de um.

5.º

A cessão de quotas, total ou parcial, é livremente permitida entre os sócios, mas quando feita a estranhos carece do consentimento da sociedade, gozando esta em primeiro lugar e os sócios em segundo, do direito de preferência.

6.º

A gerência fica desde já autorizada a proceder ao levantamento do capital social já realizado, depositado na Caixa Geral de Depósitos em Torres Vedras, para satisfação das despesas de constituição, publicações, registo e aquisição de materiais necessários à instalação da sede.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras, 28 de Novembro de 1996. — A Escri.ªraria Superior, *Luisa Maria dos Santos Marta*. 05763460

PORTO AMARANTE

ARAÚJO & LOUREIRO, L.ª

Sede: Rua do Dr. Joaquim Silva Cunha, sem número, Vila Meã, Real, 4600 Amarante

Conservatória do Registo Comercial de Amarante. Matrícula n.º 1026/961108; inscrição E-1; número e data da apresentação: 38/961108.

Certifico que entre os sócios Cristina Mariana Gameiro Loureiro, casada com Fernando Luís Machado Lopes Meneses Trigo, em comunhão de adquiridos, residente da Rua de Duarte Barbosa, 434, apartamento 001, Porto, e Maria João Araújo Oliveira Nobre Contreiras, casada com Luís Brito Silveira Nobre Contreiras, na comunhão de adquiridos, residente na Rua de Gondarém, 659, 2.º, esquerdo, Miragaia, Porto, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Araújo & Loureiro, L.ª, e tem a sua sede na Rua do Dr. Joaquim Silva Cunha, sem número, Vila Meã, freguesia de Real, concelho de Amarante.

§ único. A gerência da sociedade poderá livremente deslocar a sede da sociedade dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio a retalho de produtos farmacêuticos, produtos cosméticos e de higiene e artigos médicos e ortopédicos.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$, encontrando-se dividido nas seguintes quotas: uma no valor nominal de 200 000\$, pertencente à sócia Cristina Mariana Gameiro Loureiro, e outra no valor nominal de 200 000\$, pertencente à sócia Maria João Araújo Oliveira Nobre Contreiras.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com a remuneração que lhe for fixada em assembleia geral, compete a ambas as sócias, que desde já são nomeadas gerentes.

2 — A direcção técnica da farmácia denominada «Freitas», sita na Rua do Dr. Joaquim Silva Cunha, sem número, Vila Meã, Real, Amarante, fica confiada à sócia Cristina Mariana Gameiro Loureiro.

ARTIGO 5.º

A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

ARTIGO 6.º

1 — A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando sobre a quota incida arresto, arrolamento, penhora, qualquer providência cautelar desde que judicialmente justificada, ou seja incluída em massa falida;
- c) Quando tenha sido decretada, por sentença transitada em julgado, a interdição ou inabilitação do seu titular.

2 — Salvo disposição legal em contrário, a contrapartida pela amortização é:

- a) Na hipótese prevista na alínea a) do n.º 1, o valor acordado entre as partes;
- b) Nas restantes hipóteses, e salvo disposto em normas legais imperativas, será o valor mais baixo dos seguintes valores, ou o valor nominal da quota, ou o valor do último balanço aprovado.

3 — A amortização considera-se realizada com o pagamento do valor apurado ao titular da quota, ou com o depósito dessa quantia, não impugnado ou com impugnação improcedente, na Caixa Geral dos Depósitos e à ordem daquele.

4 — Salvo disposição legal em contrário ou acordo das partes, o pagamento ou o depósito do valor apurado com contrapartida pela amortização será fraccionado em duas prestações iguais, a efectuar dentro de seis meses e um ano, respectivamente, a contar da fixação da contrapartida.

ARTIGO 7.º

São livres as cessões de quotas, mesmo a estranhos, ficando des- já dispensado o consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

1 — Os sócios autorizam os gerentes ou os seus procuradores, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, a efectuar levantamentos da conta aberta no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., para o pagamento, designadamente, de rendas, salários, maquinarias, equipamentos, despesas de instalação e gastos anteriores ao registo da sociedade, tendo como limite a totalidade do capital depositado.

2 — Os sócios autorizam os gerentes a realizarem negócios jurídicos que vinculem a sociedade antes do registo desta, nomeadamente tomarem de trespasse nos termos e condições que entenderem, a farmácia «Freitas», sita na Rua do Dr. Joaquim Silva

Cunha, sem número, Vila Meã, freguesia de Real, concelho de Amarante.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Amarante, 20 de Novembro de 1996. — A Segunda-Ajudante, *Maria Ercília Leite Ribeiro de Carvalho*.
01063405

MARCO DE CANAVESSES

J. F. RIBEIRO — EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 891/961105; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/051195.

Certifico que entre Fernando Pereira Ribeiro, casado em comunhão de adquiridos com Madalena Maria Teixeira de Queirós Ribeiro e Madalena Maria Teixeira de Queirós Ribeiro, casada em comunhão de adquiridos com Fernando Pereira Ribeiro, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a denominação J. F. Ribeiro — Empreendimentos Imobiliários, L.ª, terá a sua sede no lugar da Légua, freguesia de Várzea de Ovelha a Aliviada, concelho do Marco de Canaveses, e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto consiste na construção e venda de imóveis.

3.º

O capital social é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 360 000\$, pertencente ao primeiro Fernando, e outra do valor nominal de 40 000\$, pertencente à sócia Madalena. Encontra-se integralmente realizado e subscrito em dinheiro.

4.º

A gerência fica afecta ao sócio Fernando Pereira Ribeiro, obrigando-se a sociedade apenas com a sua assinatura.

§ único. O gerente poderá delegar os seus poderes de gerência, inclusive em pessoas estranhas à sociedade, carecendo, porém, do consentimento expresso dado pela assembleia geral.

5.º

É permitida a divisão e cessão de quotas entre os sócios. A cessão a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade.

6.º

Falecendo algum sócio ou for ele interdito, a sociedade não se dissolve, sendo admitido o representante legal do interdito e o cabeça-de-casal da herança ilíquida e indivisa enquanto a respectiva quota se mantiver nessa situação.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias salvo os casos para que a lei prescreva formalidades especiais de convocação.

8.º

Fica desde já autorizado o gerente a proceder ao levantamento do capital depositado para fazer face às despesas de constituição e registo e outras inerentes à própria actividade.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses, 26 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
05006511

PENAFIEL

FERNANDO, SANTOS & LEAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel. Matrícula n.º 1183/961121; identificação de pessoa colectiva n.º 973769979 (provisório); inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/961121.

Certifico que entre José Manuel da Silva Santos, Afonso Fernando Ribeiro Leal e Fernando Torcato de Jesus Magalhães foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

1 — A sociedade adopta a firma Fernando, Santos & Leal, L.ª, tem a sua sede em Crasto, Santa Marta, Penafiel.

2 — Não depende da deliberação dos sócios a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação em qualquer parte do território nacional.

3 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

O objecto social consiste no comércio a retalho em bancas e feiras de vestuário.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 500 000\$, dividido em três quotas, sendo duas de 237 500\$ cada, pertencentes uma a cada um dos sócios, José Manuel da Silva Santos e Afonso Fernando Ribeiro Leal, e uma de 25 000\$, pertencente ao sócio Fernando Torcato de Jesus Magalhães.

4.º

1 — A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, incumbe aos sócios, José Manuel da Silva Santos e Afonso Fernando Ribeiro Leal.

2 — Para vincular a sociedade em todos os actos e contratos, que não sejam de mero expediente, é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais poderá a gerência:

a) Comprar e vender veículos automóveis e proceder aos registos necessários;

b) Tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;

c) Confessar, desistir ou transigir em juízo.

5.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e em segundo aos sócios não cedentes.

6.º

Os lucros depois de retiradas as importâncias para fundo de reserva legal terão o destino que a assembleia geral decidir por simples maioria.

Mais declararam os outorgantes que a gerência fica desde já autorizada a movimentar a conta aberta em nome da sociedade na agência da Caixa Geral de Depósitos, em Penafiel, podendo efectuar os levantamentos necessários para fazer face às despesas com a constituição e registo da sociedade, bem como com a instalação da sede social e com a aquisição de bens e equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel, 26 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, *Antónia Maria Cardoso da Silva*. 05304466

IRMÃOS RIBEIROS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel. Matrícula n.º 1181/961118; identificação de pessoa colectiva n.º 502017561; inscrição n.º 8; número e data da apresentação: 4/961118.

Certifico que pela inscrição acima referida a sociedade em epígrafe mudou a sede do concelho de Paredes para a área do concelho de Penafiel, tendo, em consequência, alterado o artigo 1.º do receptivo contrato, ficando com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Irmãos Ribeiros, L.ª, e durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede no lugar de Espessantes, freguesia de Urró, concelho de Penafiel, podendo criar filiais ou delegações em qualquer ponto do território nacional.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel, 26 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, *Antónia Maria Cardoso da Silva*. 05304458

ENTUPAR — LAZER E DESPORTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel. Matrícula n.º 1013/950417; identificação de pessoa colectiva n.º 503396478; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 30/961105.

Certifico que pela inscrição acima referida, a sociedade alterou o capital de 1 000 000\$ para 10 000 000\$, tendo, em consequência, alterado o artigo 3.º do respectivo contrato e aditado ao mesmo o artigo 8.º, ficando com a seguinte redacção:

3.º

O capital social, integralmente realizado, é de 10 000 000\$ e corresponde à soma de quatro quotas iguais, cada uma do valor nominal de 2 500 000\$, pertencentes uma a cada um dos sócios, Joaquim da Rocha Ribeiro, Jorge Silva Cardoso, António Fernando Peixoto de Sousa Machado e José António dos Santos Rocha.

8.º

Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao montante global de 25 000 000\$, a efectuar na proporção das respectivas quotas.

Mais declararam os outorgantes que todas as entradas já se encontram totalmente realizadas, não sendo exigidas, nem pela lei, nem pelo contrato, a realização de outras entradas.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel, 26 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, *Antónia Maria Cardoso da Silva*. 05304474

I. C. INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel. Matrícula n.º 1049/950912; identificação de pessoa colectiva n.º 503487171; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 6/961121.

Certifico que pela inscrição acima referida, a sociedade alterou o capital de 400 000\$ para 5 000 000\$, tendo, em consequência,

alterado o artigo 3.º do respectivo contrato, ficando com a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, já integralmente realizado, é de 5 000 000\$, está dividido em duas quotas iguais do valor nominal de 2 500 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios, Daniel Alberto Leal Coelho Ferreira e Sónia Manuela Leal Coelho Ferreira.

O texto do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Penafiel, 26 de Novembro de 1996. — A Escriutária Superior, *Antónia Maria Cardoso da Silva*. 05304512

PORTO — 1.ª SECÇÃO

DENTALGAIA — CLÍNICA DENTÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 47 271/900327; identificação de pessoa colectiva n.º 502314583; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 23/960226; pasta n.º 3326.

Certifico que a sociedade mudou a denominação para DENTALGAIA — Clínica Dentária, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 15 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02215411

FERNANDO FERREIRA — GABINETE DE CONTABILIDADE FISCALIDADE E INFORMÁTICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4127/960328; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 18/960328; pasta n.º 4127.

Certifico que entre Fernando Augusto Ferreira e Ana Fátima Oliveira Neves Ferreira foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Fernando Ferreira — Gabinete de Contabilidade Fiscalidade e Informática, L.ª, tem a sua sede no Porto, na Rua dos Bragas, 208, 4.º, sala 6, freguesia de Cedofeita.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na prestação de serviços de contabilidade, fiscalidade e informática.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 500 000\$, está integralmente realizado em dinheiro e dividido em duas quotas iguais de 250 000\$, pertencendo uma ao sócio Fernando Augusto Ferreira, e outra à sócia Ana Fátima Oliveira Neves Ferreira.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e representação da sociedade fica afectada ao sócio Fernando Augusto Ferreira, que desde já é nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura de um gerente.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais a gerência poderá comprar e vender quaisquer bens de natureza móvel.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 21 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 03186610

C. B. E. — COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4278-A/960530; identificação de pessoa colectiva n.º 503176230; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 26/960530; pasta n.º 4278-A.

Certifico que a sociedade em epígrafe alterou o contrato dando nova redacção ao artigo 1.º

Sede: Edifício do Hotel Beta, Rua do Ameal, 601 a 607, freguesia de Paranhos, Porto.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 20 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02215527

COBETAR — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S. A.

Sede: Rua do Amparo, 12, 1.º, direito, F, Porto

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 43 929/870722; identificação de pessoa colectiva n.º 501854800; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 63/960424; pasta n.º 3810.

Certifico que ficam depositados, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas relativas ao ano de 1995, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 22 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02215594

ANTÓNIO PEREIRA DOS SANTOS & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 3953; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/960126; pasta n.º 3953.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma António Pereira dos Santos & Filhos, L.ª, tem a sua sede na Rua da Esperança, 326, freguesia de Pedroso, concelho de Vila Nova de Gaia.

§ único. Por simples deliberação da gerência a sociedade poderá deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes, podendo também criar e suprimir filiais, agências ou outras dependências.

2.º

O objecto social consiste na construção e reparação de edifícios, indústria de construção civil em geral.

3.º

O capital social, em dinheiro, é de 900 000\$ e corresponde à soma de três quotas iguais de 300 000\$ cada uma, pertencendo respectivamente aos sócios: António Pereira dos Santos, João Duarte dos Santos e António Fernando Duarte dos Santos.

§ único. As quotas encontram-se realizadas quanto a 50%, devendo o remanescente ser realizado até 90 dias.

4.º

As cessões de quotas são livres entre os sócios bem como a sua divisão, ficando desde já dispensado o consentimento especial da sociedade para as divisões porventura necessárias. A cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade ficando neste caso, atribuído a esta, em primeiro lugar e aos sócios não cedentes, em segundo, o direito de preferência.

5.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições de juro e reembolso que forem votadas em assembleia geral.

6.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a todos os sócios, ficando desde já nomeados gerentes.

7.º

Para obrigar a sociedade, bem como para a representar em juízo e fora dele, activa e passivamente, é necessária a assinatura conjunta de dois sócios gerentes; porém, nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer gerente.

8.º

A sociedade não se dissolve pela morte ou interdição de qualquer sócio. No caso de morte de um dos sócios a mesma continuará com os sócios sobreviventes e os herdeiros do falecido que entre si nomearão um a que todos represente. E no caso de interdição continuará com os sócios capazes e o sócio interdito, representando este por quem de direito.

9.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias, salvo se a lei prescrever outras formalidades.

10.º

A sociedade assumirá, nos termos do artigo 19.º do Código das Sociedades Comerciais, todas as despesas com a constituição e aquisição de bens.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 21 de Fevereiro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

02326426

COBETAR — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 43 929/890722; identificação de pessoa colectiva n.º 501854800; inscrição n.º 21; número e data da apresentação: 26/960507; pasta n.º 3810.

Certifico que a sociedade em epígrafe alterou o contrato, dando nova redacção aos artigos 6.º, 30.º, n.º 1, e suprime o artigo 7.º

ARTIGO 6.º

O capital social é de 900 000 000\$, integralmente subscrito e realizado, e dividido por 900 000 acções de valor nominal de 1000\$ cada uma.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 22 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

02215608

COBETAR — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 43 929/870722; identificação de pessoa colectiva n.º 501854800; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 16; número e data da apresentação: 18/960305; pasta n.º 3810.

Certifico que os vogais do conselho de administração José Manuel Lello Ribeiro de Almeida e Miguel Maria Sá Pais do Amaral

renunciaram em 17 de Outubro de 1996 e 15 de Novembro de 1996, respectivamente.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 22 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

02215586

SOCIEDADE PORTUGUESA LA CELLOPHANE, L.ª

Sede: Vendas de Grijó, Seixezelo, 4400 Vila Nova de Gaia

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 13 165/500923; inscrição n.º 27; número e data da apresentação: 13/960403.

Certifico que ficam depositados, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas relativas ao ano de 1994, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

02215578

RECHAUTO — REPARAÇÕES E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 39 990/850705; identificação de pessoa colectiva n.º 501512675; inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 21/960102; pasta n.º 15 535.

Certifico que a sociedade em epígrafe alterou o contrato, tendo, em consequência, os artigos 3.º, 6.º e 8.º do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita social, é de 2 000 000\$, dele pertencendo uma quota de 500 000\$ a cada um dos sócios Alexandre Teixeira de Vasconcelos, Fernando Marques Pereira Bastos e Armando de Jesus Fonseca, uma de 140 000\$, à sócia Maria Isabel Mendes Pereira Afonso e uma de 360 000\$, em comum, e na proporção de dois terços para a Maria Isabel e um sexto para cada um dos Pedro Miguel Pereira Afonso e Joana Raquel Pereira Afonso.

6.º

1 — A gerência da sociedade fica afectada aos sócios maiores e será remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — A sociedade fica obrigada com a assinatura de dois gerentes.

3 — Em actos de mero expediente basta a assinatura de um gerente.

4 — É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos ou documentos estranhos aos negócios e interesses sociais, nomeadamente, em letras de favor, avales, abonações, fianças e semelhantes.

5 — Para destituir qualquer sócio da gerência da sociedade, bastará a maioria simples dos votos dos sócios, excepto quanto ao sócio Alexandre Teixeira de Vasconcelos, para o qual a gerência constituirá um direito especial e inderrogável, só exclusível mediante a maioria qualificada de três quartas partes do capital social e o consentimento do próprio sócio, salvo se a sua gerência for prejudicial aos interesses da sociedade, o que terá de ser devidamente comprovado, hipótese em que poderá ser exonerado por maioria simples dos votos dos sócios.

8.º

As assembleias gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades ou prazos, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na respectiva pasta.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. — A Segunda-Ajudante, *Ligia Maria Gigante Pinheiro*. 02295407

ÁLVARO PINTO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 23 382; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 8/950809.

Certifico que Jacques Bernard renunciou, em 30 de Junho de 1995, à gerência.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 15 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02526670

MAGALHÃES & COUTINHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 14 301/580419; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 8; números e data das apresentações: 16/17/950809.

Certifico que Ricardo Soares Vieira de Magalhães, em 24 de Maio de 1995, renunciou à gerência e autorizou que o apelido «Magalhães» se mantenha na firma.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 16 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02526689

ANTIQUÁRIO LEPETRI, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4258; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 11/960522; pasta n.º 4258.

Certifico que entre Martha Cecília Lepetri de Carvalho e Maria do Céu Faria Gomes foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

1 — A sociedade adopta a denominação Antiquário Lepetri, L.ª, com sede na Avenida da Boavista, 1466, na cidade do Porto.

2 — Por simples deliberação da gerência, a sociedade pode deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2.º

A sociedade tem por objecto comércio de antiguidades.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, uma de 320 000\$, pertencente à sócia Martha Cecília Lepetri de Carvalho, e outra de 80 000\$, pertencente à sócia Maria do Céu Faria Gomes.

4.º

1 — A cessão, total ou parcial, de quotas é livre entre os sócios.

2 — A cessão a estranhos depende do prévio consentimento da sociedade, que tem preferência em primeiro lugar e em segundo lugar os sócios individualmente considerados.

5.º

1 — A gerência social, remunerada ou não, conforme deliberação em assembleia geral, fica afectada à sócia Martha Cecília Lepetri de Carvalho que, desde já é nomeada gerente.

2 — Para representar e obrigar validamente a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é bastante a assinatura ou intervenção de um gerente.

6.º

Os sócios poderão deliberar em assembleia geral que sejam exigidas prestações suplementares de capital, de montante igual ao do capital, na proporção das respectivas quotas, reembolsáveis nas condições estabelecidas na mesma assembleia.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada com aviso de recepção com antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 3 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 05141338

AMBAR (AMÉRICO BARBOSA) COMPLEXO INDUSTRIAL GRÁFICO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 21 163; identificação de pessoa colectiva n.º 500019720; inscrições n.º 15 e 16; números e data das apresentações: 13/14/950718.

Certifico que o conselho de administração é composto de cinco membros e que foram nomeados administradores Liliana Rosa Pinto de Lemos Portela e José Figueiredo da Rocha, casados, para o triénio de 1994-1996.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 27 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02299917

AMBAR (AMÉRICO BARBOSA) COMPLEXO INDUSTRIAL GRÁFICO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 21 163; identificação de pessoa colectiva n.º 500019720; número e data da inscrição: 12/940526; número e data da apresentação: 43/940526.

Certifico que foram designados membros dos órgãos sociais para o triénio de 1994-1996.

Conselho de administração: presidente, Américo de Sousa Barbosa, casado; vogais: Isabel Maria de Sousa Barbosa Oliveira Nunes, casada; Francisco Manuel Barbosa de Vasconcelos Terra, casado.

Conselho fiscal: presidente, Alberto Fernando Mendes Pedrosa, casado; revisor oficial de contas, José Rodrigues de Jesus, casado; vogal, Maria de Lurdes Barros Ferreira de Sá Monteiro, casada; suplente, António Monteiro de Magalhães, casado.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 26 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 02525020

RICARDO ALEXANDRE BERNARDO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 44 797; identificação de pessoa colectiva n.º 501951024; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 35/950718.

Certifico que a firma supracitada alterou e deu nova redacção ao artigo 3.º do contrato:

Capital: elevado à cifra de 15 000 000\$, mediante reforço de 14 000 000\$, subscrito em dinheiro, por Ricardo Alexandre Bernardo com 8 400 000\$, e Maria José Cardoso Esteves Bernardo com 5 600 000\$.

Sócios e quotas: 1) Ricardo Alexandre Bernardo, com uma quota de 9 000 000\$ e mulher, 2) Maria José Cardoso Esteves Bernardo, com uma quota de 6 000 000\$.

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na respectiva pasta.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 26 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02525038

CONFRUSA — REPRESENTAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 2429; identificação de pessoa colectiva n.º 503251399; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 54/950618.

Certifico que Horácio dos Anjos da Silva cessou funções, em 21 de Abril de 1995, por renúncia.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 2 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02525100

F. MARQUES DA SILVA & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 19 251; identificação de pessoa colectiva n.º 500103658; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 19/950720.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, cujo extracto é o seguinte:

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 500 000 000\$ e dele pertence uma quota do valor nominal de 250 000 000\$ a cada um dos sócios, Adriano Augusto Marques da Silva e Flausino da Silva Marques.

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02525097

TRANSOCEÂNICA-TUR, VIAGENS E TURISMO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 23 502/790222; identificação de pessoa colectiva n.º 500822760; inscrições n.ºs 2 e 6; números e data das apresentações: 2/7/950720.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, cujo extracto é o seguinte:

1.º

A sociedade adopta a firma Transoceânica-Tur, Viagens e Turismo, L.ª, e tem a sua sede na Avenida da República, 415, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 100 000\$ e dele pertence uma quota do valor nominal de

3 400 000\$, ao sócio José Ferreira Gomes, e uma do valor nominal de 1 700 000\$, à sócia Ana Rosa Moutinho de Oliveira.

Mais certifico que Alfredo Maria Ferreira, casado, foi nomeado gerente, por deliberação de 1 de Junho de 1995.

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02525089

NELSON & JAIME — COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4263; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 22/960523; pasta n.º 4263.

Certifico que entre Nelson António Gomes Perpétua Moreira e Jaime Manuel Fonseca da Silva foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

a) A sociedade adopta a denominação de Nelson & Jaime — Comércio de Automóveis, L.ª, tem a sua sede na Rua do Visconde das Devezas, 40, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

b) Por simples deliberação da gerência a sede social poderá ser transferida para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto o comércio de automóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 400 000\$ e está dividido em duas quotas iguais de 200 000\$ cada, pertencendo uma a cada um dos sócios, Nelson António Gomes Perpétua Moreira e Jaime Manuel Fonseca da Silva.

ARTIGO 4.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de ambos os sócios, desde já nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura de dois gerentes em conjunto.

3 — Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá comprar, vender e permutar quaisquer bens de natureza móvel e imóvel.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 3 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 05141389

NEURÓNIO EDITORIAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4262/960523; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/960523; pasta n.º 4262.

Certifico que entre José Fernando Santos Almeida e Isabel Maria de Sousa Chaves e Castro Santos Almeida foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Neurónio Editorial, L.ª, e tem a sua sede na Rua da Rasa, 699, 4.º, direito, freguesia de Mafamude, desta cidade.

2.º

O objecto social consiste na edição e distribuição de publicações periódicas e não periódicas.

3.º

O capital social é de 400 000\$, dele pertencendo uma quota de 200 000\$ a cada um dos sócios José Fernando Santos Almeida e Isabel Maria de Sousa Chaves e Castro Santos Almeida.

4.º

1 — A gerência da sociedade, fica afectada ao sócio José Fernando Santos Almeida, que fica desde já nomeado gerente.

2 — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos bastará a assinatura de um gerente.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas a favor de terceiros fica condicionada à autorização da sociedade, preferindo esta em primeiro lugar e em segundo lugar os sócios.

6.º

1 — Pode a gerência adquirir e alienar bens móveis e imóveis, necessários à prossecução do objecto social, nomeadamente veículos automóveis, celebrar contratos de locação, tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como rescindir os respectivos contratos.

2 — Pode ainda a gerência comprar e vender participações noutras sociedades com objecto diferente do da sociedade.

7.º

Para todos os casos omissos neste contrato aplicar-se-á a legislação em vigor.

8.º

O gerente fica desde já autorizado a movimentar contas bancárias abertas em nome da sociedade.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 3 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 05141370

IMO-N — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4260/960523; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 15/230596; pasta n.º 4260.

Certifico que entre Carlos Alberto Nunes e Maria Luísa da Conceição Nunes Sampaio foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma IMO-N — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª

2.º

Tem a sua sede na Praceta de 25 de Abril, 132, freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia.

§ único. A gerência poderá deslocar a sede, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, sem prévia deliberação dos sócios, bem como criar filiais, sucursais ou outras formas de representação.

3.º

Tem por objecto a mediação imobiliária.

4.º

O capital social, integralmente realizado, é de 2 000 000\$, dele pertencendo uma quota de 1 500 000\$, ao sócio Carlos Alberto

Nunes, e uma quota de 500 000\$, à sócia Maria Luísa da Conceição Nunes Sampaio.

5.º

1 — A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada à sócia Maria Luísa da Conceição Nunes Sampaio, desde já nomeada gerente, bastando apenas a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — É expressamente proibido, à gerência, usar a firma social em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em avales, letras de favor, fianças ou abonações.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre.

7.º

1 — Por falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio interdito, nomeando aqueles um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

2 — Se os herdeiros ou representante legal do sócio interdito não quiserem continuar na sociedade, darão do facto conhecimento à sociedade, no prazo de 60 dias contados a partir da data do falecimento, ou da interdição.

Nessa hipótese receberão tudo o que se apurar pertencer-lhes quanto à quota, lucros, suprimentos e mais direitos dos sócios, de harmonia com o balanço a apresentar na ocasião.

8.º

Dissolvendo-se a sociedade, todos os sócios serão liquidatários, ficando desde já determinado que se algum deles quiser ficar com o estabelecimento social, será o mesmo licitado verbalmente entre eles e adjudicado àquele que maiores vantagens ofereça em preço e forma de pagamento.

9.º

As assembleias gerais, desde que a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 3 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 05141354

TRANSCOÊNICA-TUR, VIAGENS E TURISMO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 23 502; identificação de pessoa colectiva n.º 500822760; inscrições n.º 2 e 6 a averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 2/6/7/950720.

Certifico foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, cujo extracto é o seguinte:

Alteração do contrato de sociedade

Artigos alterados: 1.º e 3.º

Capital: 5 100 000\$, por reforço de 4 100 000\$, em dinheiro, subscrito por José Ferreira Gomes, a quantia de 2 650 000\$, e por Ana Rosa Moutinho de Oliveira, a quantia de 1 450 000\$.

Sede: Avenida da República, 415, freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

Sócios e quotas:

1) José Ferreira Gomes, com uma quota de 3 400 000\$;

2) Ana Rosa Moutinho de Oliveira, com uma quota de 1 700 000\$.

Cessação de funções do gerente José Ferreira Gomes, em 16 de Maio de 1995, por renúncia.

Nomeação do gerente, Alfredo Maria Ferreira, casado, deliberado em 1 de Junho de 1995.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 2 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02525119

CARBONELL FIGUERAS, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4290/960604; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/960604; pasta n.º 4290.

Certifico que entre Carbonell Figueras, S. A., e Luis Juan Carbonell Figueras foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma Carbonell Figueras, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Guilhermina Suggia, 202, freguesia de Paranhos, concelho do Porto.

2.º

O objecto da sociedade consiste em construção geral de edifícios e engenharia civil.

3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$, dividido em duas quotas, sendo uma no valor nominal de 4 750 000\$ e pertencente à sócia Carbonell Figueras, S. A., e uma no valor nominal de 250 000\$ e pertencente ao sócio Luis Juan Carbonell Figueras.

4.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, tendo, em todo o caso, esta o direito de preferência, em primeiro lugar, e, em segundo, os sócios não cedentes, na proporção das suas quotas.

§ único. Sendo exercido o direito de preferência, o preço da cessão será encontrado através de balanço elaborado expressamente para o efeito.

5.º

A sociedade é administrada e representada por Luis Juan Carbonell Figueras, Manuel Marcos Duro, aqui primeiro e segundo outorgantes, e Maria del Pilar Carbonell Tudores, Luis Hoberto Uson Bienzobas e Andres Gasa Cabecerans, estes três são casados e residentes em Tarragona, Espanha, ora designados gerentes, e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

§ 1.º Para que a sociedade fique validamente obrigada, em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de qualquer um dos três primeiros gerentes designados, ou a intervenção conjunta dos dois últimos.

§ 2.º Os gerentes, nos termos do parágrafo anterior, também poderão: comprar, vender, arrendar ou onerar bens imóveis; comprar e vender viaturas automóveis; celebrar quaisquer contratos de locação financeira respeitantes a viaturas, máquinas, maquinismos e equipamentos, e tomar de arrendamento ou trespasse quaisquer estabelecimentos.

6.º

A sociedade poderá amortizar a quota de um sócio com o seu consentimento, e ainda, sem o seu acordo, nos seguintes casos:

- a) Arresto, arrolamento, penhora ou qualquer outra forma de apreensão judicial ou fiscal;
- b) Insolvência ou falência do seu titular;
- c) Transmissão não autorizada pela sociedade;
- d) Quando a quota deixe de pertencer ao seu titular por partilha resultante de separação judicial de pessoas e bens ou só de bens, ou de divórcio.

§ único. A contrapartida da amortização será apurada através do último balanço aprovado.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 31 de Outubro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02215152

CRUZ & MACHADO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 17 031/670529; identificação de pessoa colectiva n.º 500081026; inscrição n.º 10 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 7; números e data das apresentações: 20 e 21/960508.

Certifico que Avelino da Silva e Fernanda Alves Barroso renunciaram à gerência, e Palmira Ferreira da Silva Carneiro e António Augusto da Silva Carneiro foram nomeados gerentes, em 6 de Fevereiro de 1984.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 29 de Outubro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02215098

CRUZ & MACHADO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 17 031/670529; identificação de pessoa colectiva n.º 500081026; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 0; número e data da apresentação: 23/960508.

Certifico que a firma mudou a sede para a Rua de Gonçalo Mendes da Maia, 39, da freguesia de Nogueira, do concelho da Maia.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 29 de Outubro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02215101

CRUZ & MACHADO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 17 031/670529; identificação de pessoa colectiva n.º 500081026; inscrição n.º 4 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 0; números e data das apresentações: 13 e 14/960508.

Certifico que Manuel Artur Soares da Costa e Cândida Soares Francisco renunciaram à gerência e foram nomeados gerentes Maria Noémia Monteiro Patrício e Maria Augusta Monteiro Caçote, em 7 de Maio de 1981.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 29 de Outubro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02215128

CRUZ & MACHADO, L.^{da}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 17 031/670529; identificação de pessoa colectiva n.º 500081026; inscrição n.º 7 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 11 e 12/960508.

Certifico que Maria Augusta Monteiro Caçote e Maria Noémia Monteiro Patrício renunciaram à gerência, e Avelino da Silva e Fernanda Alves Barroso foram nomeados gerentes em 18 de Dezembro de 1981.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 29 de Outubro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02215110

DANTAS & VASCONCELOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 42 738; identificação de pessoa colectiva n.º 501713530; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 11; número e data da apresentação: 16/960116.

Certifico que os gerentes Alexandre Pinto Dias e Horácio João Costa Carvalho renunciaram, em 12 de Dezembro de 1995, à gerência.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Outubro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02215012

AQUAFLUÍDOS — CANALIZAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 922/930121; identificação de pessoa colectiva n.º 502908840; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/950901.

Certifico que o ex-sócio Fernando Maria Guedes Machado Antunes Oliveira renunciou à gerência em 10 de Agosto de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Agosto de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02527294

AUTO CIRCULAR, REPARAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 46 407; averbamento n.º 1 às inscrições n.º 1 e 2; números e data das apresentações: 43 e 44/950807.

Certifico que Joaquim Moreira de São Martinho renunciou à gerência em 17 de Fevereiro em 1995. Ana Carvalho da Silva Santos São Martinho foi nomeada gerente.

Data 17 de Fevereiro de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 15 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02330008

C. SILVANO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 20 070/730220; inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 6 e 7/950829.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, cujo extracto é o seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado, é de 900 000\$, dividido em duas quotas, uma do valor nominal 675 000\$, titulada em nome do sócio André Gonçalves Magalhães da Silva, e uma de 225 000\$, titulada em nome do sócio José Armando Dias Moreira.

ARTIGO 7.º

A gerência social, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afectada a ambos os sócios, desde já designados gerentes, bastando a assinatura de um gerente para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 19 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02527278

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 31/950606; identificação de pessoa colectiva n.º 973017791; averbamentos n.º 1 e 2 à inscrição n.º 2 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 34/37/960611; pasta n.º 31.

Certifico que a Fundação em epígrafe designou António Pinto de Sousa, casado, como representante da Fundação Belmiro de Azevedo, em substituição de Jaime Teixeira.

Data da deliberação: 3 de Outubro de 1995.

António da Silva Teixeira cessou funções de membro do conselho de administração, em 12 de Março de 1996, por renúncia.

Fernando Manuel Roque de Oliveira, casado, foi nomeado, por cooptação, administrador.

Data da deliberação: 2 de Abril de 1996.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 27 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

05092906

DISPONHA — IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 48 382/901004; identificação de pessoa colectiva n.º 502424265; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 11/960621; pasta n.º 4749.

Certifico que a sociedade em epígrafe, por escritura de 15 de Abril de 1996, a fl. 12 v.º do livro n.º 591-C do 2.º Cartório Notarial do Porto, alterou o contrato, dando nova redacção aos artigos 1.º e 3.º

1.º

A sociedade adopta a firma Disponha — Imobiliária e Construção, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Nossa Senhora de Fátima, 419, 2.º, frente, freguesia de Cedofeita, Porto.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 10 000 000\$ e dele pertence uma quota do valor nominal de 5 000 000\$ a cada um dos sócios, Manuel António de Oliveira Santos Silva e José Manuel Teixeira dos Santos.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

05092922

A GEPO — GRUPO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS DO PORTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 46 574/900126; identificação de pessoa colectiva n.º 502277939; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 1/060796; pasta n.º 89.

Certifico que os sócios Aureliano Baptista da Fonseca, Francisco José Adão da Fonseca e Jorge Manuel da Silva Maneca Rodrigues, casados, foram nomeados gerentes, para o biênio de 1993-1994, por deliberação de 31 de Março de 1993.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 17 de Junho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02329336

FOGCA-GESTÃO E CONTROLE — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 35 760/811127; identificação de pessoa colectiva

n.º 501288007; inscrição n.º 17; número e data da apresentação: 23/950711; pasta n.º 9464.

Certifico que foram depositados, na pasta referente à sociedade em epígrafe, a acta e demais documentos de prestação de contas do ano de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Outubro de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)* 02329344

EMPRESA DO JORNAL DE NOTÍCIAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 5738; identificação de pessoa colectiva n.º 500096791; inscrição n.º 17; número e data da apresentação: 30/950719; pasta n.º 2091.

Certifico que foram depositados, na pasta referente à sociedade em epígrafe, a acta e demais documentos de prestação de contas do ano de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 28 de Junho de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)* 02525062

EMPRESA DO JORNAL DE NOTÍCIAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 5738; identificação de pessoa colectiva n.º 500096791; inscrição n.º 16; número e data da apresentação: 30/950719; pasta n.º 2091.

Certifico que foram depositados, na pasta referente à sociedade em epígrafe, a acta e demais documentos de prestação de contas consolidadas do ano de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 27 de Junho de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)* 02525070

PROMO-N — PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4261/960523; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/960523; pasta n.º 4261.

Certifico que entre Carlos Alberto Nunes e Sérgio Sobral Nunes foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma PROMO-N — Promoção Imobiliária, L.ª

2.º

Tem a sua sede na Praceta de 25 de Abril, 77, 1.º, direito, freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia.

§ único. A gerência poderá deslocar a sede, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, sem prévia deliberação dos sócios, bem como criar filiais, sucursais ou outras formas de representação.

3.º

Tem por objecto a promoção imobiliária.

4.º

O capital social, integralmente realizado, é de 10 000 000\$, dele pertencendo uma quota de 9 500 000\$, ao sócio Carlos Al-

berto Nunes, e uma quota de 500 000\$, ao sócio Sérgio Sobral Nunes.

5.º

1 — A gerência social, remunerada ou não, conforme o que for deliberado em assembleia geral, fica afectada ao sócio; Carlos Alberto Nunes desde já nomeado gerente, bastando apenas a sua assinatura para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

2 — É expressamente proibido à gerência, usar a firma social em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em avales, letras de favor, fianças ou abonações.

6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre.

7.º

1 — Por falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representante legal do sócio interdito, nomeando aqueles um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

2 — Se os herdeiros ou representante legal do sócio interdito não quiserem continuar na sociedade, darão do facto conhecimento à sociedade, no prazo de 60 dias contados a partir da data do falecimento, ou da interdição.

Nessa hipótese receberão tudo o que se apurar pertencer-lhes quanto à quota, lucros, suprimentos e mais direitos dos sócios, de harmonia com o balanço a apresentar na ocasião.

8.º

Dissolvendo-se a sociedade, todos os sócios serão liquidatários, ficando desde já determinado que se algum deles quiser ficar com o estabelecimento social, será o mesmo licitado verbalmente entre eles e adjudicado àquele que maiores vantagens ofereça em preço e forma de pagamento.

9.º

As assembleias gerais, desde que a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com antecedência mínima de 15 dias.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 3 de Junho de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)* 05141362

ENIGMA — SISTEMAS INFORMÁTICOS DE GESTÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 1158; inscrição An. 1-1-8; números e data das apresentações: 30 e 32/950811.

Certifico que os sócios Paulo Jorge Gomes Braz Tavares Moniz e Vítor Manuel dos Santos Neves, em 18 de Maio de 1995. O pacto da sociedade foi alterado, no sentido de a gerência ficar afectada ao sócio Carlos Alberto Afonso Garcia e bastar a sua assinatura para obrigar a sociedade.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 16 de Julho de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)* 02527197

SARDINHA & LEITE — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 475/910214; identificação de pessoa colectiva n.º 502497262; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 26/960621; pasta n.º 9514.

Certifico que foram depositados, na pasta referente à sociedade em epígrafe, a acta e demais documentos de prestação de contas do ano de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 15 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02215470

MARCAL — SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 296/920518; inscrição n.º 3 e averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; números e data das apresentações: 7/8/950802.

Certifico que António João Soares Marques cessou funções como gerente, em 21 de Junho de 1995, por renúncia.

A firma passou a sede para a Rua da Cova Bela, 139, 2.º, tra-seiras, direito, freguesia de Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia.

Sócios e quotas: António Egipto Paulo Calado e mulher, Maria da Conceição dos Santos Moraes, cada um com uma quota de 200 000\$.

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 9 de Julho de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02525437

AUTO BELMA — REPARAÇÕES ELÉCTRICAS AUTO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 38 913/840719; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 11/12/950802.

Certifico que Alfredo Machado Leite renunciou à gerência em 26 de Junho de 1996, e foi nomeada gerente Maria Júlia dos Santos Correia.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 10 de Julho de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02525470

SOCIEDADE PORTUGUESA LA CELLOPHANE, L.ª

Sede: Vendas de Grijó, Seixezelo, Vila Nova de Gaia

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 13 165/500923; identificação de pessoa colectiva n.º 500268142; inscrição n.º 25; número e data da apresentação: 7/960418; pasta n.º 4708.

Certifico que ficam depositados, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas relativas ao ano de 1995, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02215195

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES MOTA & ELISEU, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 46 877/900427; identificação de pessoa colectiva n.º 500209852; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrições n.ºs 6 e 7; números e data das apresentações: 14-17 e 18/960502.

Certifico que o sócio António Eliseu Martins Libânio renunciou à gerência, em 19 de Dezembro de 1995, António do Couto Rodri-

gues foi nomeado gerente, em 19 de Dezembro de 1996, e foi dada nova redacção ao artigo 3.º do contrato:

Capital: 1 000 000\$

Sócios e quotas:

1) José Mário Teixeira de Magalhães Mota, com uma quota de 600 000\$, e

2) António do Couto Rodrigues, com uma quota de 400 000\$.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 11 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02215225

MANUEL FRANCISCO DA COSTA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 45 174/890220; identificação de pessoa colectiva n.º 502108894; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 18/960223.

Certifico que o ex-sócio Manuel Francisco da Costa renunciou à gerência em 16 de Setembro de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 12 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02215250

AUDIGAIA — CONTABILIDADE E GESTÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 39 151/841015; identificação de pessoa colectiva n.º 501526633; inscrição n.º 4; números e data das apresentações: 22/23/960206.

Certifico que a sociedade alterou o contrato, dando nova redacção aos artigos 1.º, 2.º e 3.º

Capital elevado à cifra de 2 000 000\$, mediante o reforço de 1 500 000\$, em dinheiro, subscrito e realizado por ambos os sócios na proporção das suas quotas.

Objecto: consiste em contabilidade, auditoria, consultadoria, organização e gestão de empresas, fiscalidade, seguros, comércio de artigos e equipamentos de escritório e prestação de serviços conexos com tais actividades.

Capital: 2 000 000\$.

Sócios e quotas unificadas:

1) Joaquim Faria Oliveira da Silva, com uma quota de 600 000\$, e

2) Vilma Cláudia Afonso Faria, com uma quota de 1 400 000\$.

Sede: Avenida da República, 2427, sala 10, freguesia de Mafamude, da cidade de Vila Nova de Gaia.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 13 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02215292

SARDINHA & LEITE, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 11 126/440325; identificação de pessoa colectiva n.º 500242453; inscrição n.º 18; número e data da apresentação: 31/960613; pasta n.º 2781.

Certifico que foram depositados, na pasta referente à sociedade em epígrafe, a acta e demais documentos de prestação de contas do ano de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 14 de Novembro de 1996. — O Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

02215330

AUTO SUECO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 12 853/490406; identificação de pessoa colectiva n.º 500038015; inscrição n.º 30; número e data da apresentação: 10/960530; pasta n.º 603.

Certifico que foram depositados, na pasta referente à sociedade em epígrafe, a acta e demais documentos de prestação de contas do ano de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 15 de Novembro de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
02215357

AZEVEDO & SOARES — COMÉRCIO DE MOTOCICLOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 3748; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/951122; pasta n.º 3748.

Certifico que entre António Martins Gonçalves de Azevedo e Bruno Jorge Santos Soares foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Azevedo & Soares — Comércio de Motociclos, L.^{DA}, com sede na Avenida de França, 68, freguesia de Cedofeita, cidade do Porto.

§ único. Por deliberação da gerência a sociedade poderá transferir a sede social para outro local e estabelecer ou encerrar filiais ou outras formas de representação.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste no comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios, manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios.

ARTIGO 3.º

O capital social é de 1 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma do valor nominal de 510 000\$, pertencente ao sócio António Martins Gonçalves de Azevedo, e uma do valor nominal de 490 000\$, pertencente ao sócio Bruno Jorge Santos Soares.

§ único. O capital social só se encontra realizado quanto a metade e na proporção de cada quota, devendo o restante, 500 000\$, ser realizado no prazo de um ano a contar desta data.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá exigir dos sócios prestações suplementares ao capital desde que a assembleia geral o delibere por unanimidade dos votos representativos de todo o capital, até ao montante igual ao dobro do capital social.

ARTIGO 5.º

A cessão parcial ou total das quotas entre sócios é livre, mas a cessão a terceiros depende do prévio consentimento da sociedade em primeiro lugar e dos sócios não cedentes, a quem é reservado o direito de opção, em igualdade de circunstâncias.

ARTIGO 6.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar qualquer quota nos casos de falência ou insolvência do titular da quota, quando a quota seja penhorada, arrestada ou por qualquer forma envolvida em processo judicial, por acordo do sócio titular da quota, ou quando por divórcio ou separação judicial de bens de qualquer sócio a quota não lhe fique a pertencer por inteiro.

ARTIGO 7.º

A gerência da sociedade, bem como a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo de todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

A sociedade vincula-se pelas assinaturas conjuntas de dois gerentes, sendo suficiente uma só assinatura em actos de mero expediente.

ARTIGO 9.º

É expressamente proibido aos gerentes o uso da firma social em letras de favor, fianças, abonações e demais actos e contratos alheios ao objecto da sociedade.

ARTIGO 10.º

No caso de falecimento de um dos sócios, enquanto a quota permanecer indivisa nomear-se-ão os herdeiros um de entre eles, que os represente na sociedade.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 12 de Dezembro de 1995. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)
03126200

ETEDA — ELECTRODOMÉSTICOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 40 222/850906; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 2/950828.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, cujo extracto é o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade tem a firma ETEDA — Electrodomésticos, L.^{DA}, e a sua sede na Estrada Interior da Circunvalação, 14 023, da cidade do Porto.

2 — A gerência poderá mudar a sede social para qualquer outro local do concelho em que se situa e seus limítrofes, sem prévia autorização da assembleia geral.

ARTIGO 4.º

O capital social, inteiramente realizado, é de 45 000 000\$ e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de 44 925 000\$, pertencente à sócia SEGROBE — Empresa Técnica de Electrodomésticos, S. A., e uma de 75 000\$, pertencente ao sócio Jorge Nuno Lima Pinto da Costa.

ARTIGO 7.º

A gerência da sociedade será exercida por três gerentes a designar pela assembleia geral, que também decidirá quanto à sua remuneração.

ARTIGO 8.º

Para obrigar a sociedade são necessárias as assinaturas conjuntas de dois gerentes.

Está conforme.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, foi depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção, 18 de Julho de 1996. — O Ajudante, (*Assinatura ilegível.*) 02526417

ANTÓNIO MACHADO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 1.ª Secção. Matrícula n.º 4257; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 6/960522; pasta n.º 4257.

Colecção Análise Social

Obras relevantes no domínio
das ciências sociais
sob a direcção científica
do Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa.

O ATRASO ECONÓMICO PORTUGUÊS
(1850 - 1930)

CULTURAS JUVENIS

A ECONOMIA PORTUGUESA NO SÉC. XIX

A QUESTÃO SOCIAL NO SALAZARISMO
(2 volumes)

O ALENTEJO NO SÉCULO XIX
Economia e Atitudes Económicas



IMPRESA
NACIONAL
CASA
DA MOEDA

JÁ À VENDA
ESTE
ÚLTIMO
VOLUME

Procurando reapreciar os principais tópicos que têm dominado o debate sobre a formação do Alentejo contemporâneo (1840 - 1910), Helder Adegar Fonseca elabora uma interpretação historiográfica sobre a economia, os interesses e atitudes das elites económicas do Alentejo, uma das regiões históricas de Portugal geralmente destacada pela persistência do fenómeno latifundista.



INCM

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Rua D. Francisco Manuel de Melo, 5
1099 Lisboa Codex • Tel.: 385 39 96



Gottlob Frege
Os Fundamentos da Aritmética

A edição, traduzida e comentada por António Zilhão, de uma das obras de base de um dos grandes filósofos contemporâneos. A resposta à pergunta fundamental sobre o conceito de número.



Goethe
A Metamorfose das Plantas

Tradução, introdução, notas e apêndices de Maria Filomena Molder. A natureza vista, de forma absolutamente inesperada, por um dos autores mais geniais de todos os tempos.



Friedrich Schiller
Sobre a Educação Estética do ser humano numa série de cartas

Alguns testemunhos sobre as posições estéticas de Schiller, desde a análise do trágico e do sublime à distinção entre a poesia ingénua e sentimental, passando pela defesa da necessidade de educar esteticamente o ser humano.

CLÁSSICOS DE FILOSOFIA

OS GRANDES MESTRES DO PENSAMENTO
TRADUZIDOS E ANOTADOS



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Rua D. Francisco Manuel de Melo, 5
1099 LISBOA CODEX • Tel. 385 39 96

À venda nas livrarias da INCM



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8816/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e Regiões Autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 874\$00 (IVA INCLuíDO 5%)



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICAS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1050 Lisboa
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 1250 Lisboa
Telef. (01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Avenida de António José de Almeida 1000 Lisboa
(Centro Comercial S. João de Deus, lojas 414 e 417)
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)384 01 32
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4050 Porto
Telef. (02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000 Coimbra
Telef. (039)269 02 Fax (039)326 30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex.